

**UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS  
MISSÕES - URI - CAMPUS DE FREDERICO WESTPHALEN  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO – URI/FW**

**MAL ESTAR DOCENTE E SÍNDROME DE *BURNOUT*: UMA ANÁLISE À LUZ  
DA TEORIA DA ALIENAÇÃO DE MARX**

**VALDEMIR JOSÉ DEBASTIANI**

**FREDERICO WESTPHALEN  
2017**

**VALDEMIR JOSÉ DEBASTIANI**

**MAL ESTAR DOCENTE E SÍNDROME DE *BURNOUT*: UMA ANÁLISE À LUZ  
DA TEORIA DA ALIENAÇÃO DE MARX**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação do Mestrado em Educação da URI- Campus de Frederico Westphalen como requisito final para a obtenção do Título de Mestre em Educação.

**Orientador:** Prof. Dr. Arnaldo Nogaró.

**FREDERICO WESTPHALEN  
2017**

## IDENTIFICAÇÃO

### 1.1 Instituição de Ensino/Unidade

URI - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões.

Campus de Frederico Westphalen

Rua Assis Brasil, 709 - Bairro Itapagé - 98400 000 - Frederico Westphalen/RS

### 1.2 Direção do Campus

Diretora Geral: Profa. Dra. Silvia Regina Canan

Diretora Acadêmica: Profa. Dra. Elisabete Cerutti

Diretor Administrativo: Prof. Clovis Quadros Hempel

### 1.3 Departamento/Curso

Departamento de Ciências Humanas - Chefe Profa. Dra. Luci Mary Duso Pacheco

Curso de Pós-Graduação em Educação - Mestrado em Educação - Coordenadora Profa.

Dra. Edite Maria Sudbrack.

### 1.4 Disciplina

Dissertação

### 1.5 Orientador

Prof. Dr. Arnaldo Nogaro

### 1.6 Orientando

Valdemir José Debastiani

### 1.7 Temática

Mal estar docente e síndrome de *burnout*: uma análise à luz da teoria da alienação de Marx

## **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Prof. Dr. Arnaldo Nogaró  
Orientador - URI/FW

---

Profa. Dra. Cláudia Battistin  
URI/FW

---

Prof. Dr. Ivo Dickmann  
UNOCHAPECÓ

Frederico Westphalen  
2017

## EPÍGRAFE

Em minhas labutas conheci o destino da árvore. Ela perdeu a copa e com isso o dialogo com o mundo se tornou mais difícil. Perdi o tronco e assim tive que me fortalecer muito para me manter sustentável. Perdi as raízes e empreendi grande empenho para continuamente me renovar. Perdi a seiva e tive que aprender a conviver com a solidão e a detração. Mas sobrou a semente. Sinto-me hoje apenas semente. E como semente me sinto inteiro. Pois na semente se esconde o frescor da copa, o vigor do tronco, o segredo das raízes e a vitalidade da seiva. Na semente está toda a promessa da vida, das flores e dos frutos. Dela tudo pode renascer. Mas só renasce se, no espírito das bem-aventuranças, eu aceitar o escuro do chão e o destino de toda semente: se não morrer, não dará fruto. (LEONARDO BOFF)

## RESUMO

A pesquisa realizada busca tratar do mal estar docente e suas consequências. O docente inserido no atual contexto da educação vem sofrendo diversas consequências por vezes, maléficas à sua saúde. O mal-estar docente está intrinsecamente ligado às condições ambientais e sociais a que este profissional está submetido. Esta pesquisa visa analisar as condições de trabalho dos docentes e estabelecer relações destes com o seu mal-estar, referendado pela teoria marxista da alienação com vistas para sua emancipação. Assim, a investigação será de cunho bibliográfico, natureza teórica, com enfoque qualitativo. Seguirá a problemática apresentada a partir do olhar epistemológico da corrente teórica histórico-crítica. O objeto pesquisado sugere uma análise mais ampliada da questão, a fim de, construir alternativas para transformação de “mal-estar” em “bem-estar” do exercício da profissão docente. Para tanto analisaremos a categoria do trabalho apresentada por Karl Marx, ao qual parte de sua gênese, e que é pelo trabalho que o homem transforma a natureza pela necessidade de sobrevivência ao passo que neste ato se transforma e se humaniza. Segundo este autor, nem sempre o trabalho é sinônimo de humanização e emancipação, caracterizado o trabalho alienando, este pode ser causa de estresse. O estresse é uma reação específica do organismo mediante qualquer exigência, um problema comum no organismo e indispensável para a sobrevivência humana, porém, quando assume índices elevados leva ao adoecimento. Através da pesquisa pretende-se demonstrar que o ambiente de trabalho dos professores é um dos causadores de desgaste físico e psíquico. As novas perspectivas em que a escola encontra-se inserida, as cobranças excessivas, bem como cobranças de funções que fogem ao papel do educador, e dificuldades diárias com alunos e gestores, são fatores que desencadeiam o estresse e posteriormente, sua cronificação com o surgimento da síndrome de *burnout*.

**Palavras-Chave:** Estresse. *Burnout*. Alienação. Trabalho. Docente.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>7</b>
<b>2 METODOLOGIA DA PESQUISA</b> .....	<b>10</b>
<b>3 PROCESSO DE ALIENAÇÃO DO TRABALHO EM MARX</b> .....	<b>19</b>
<b>3.1 Processo de produção e alienação</b> .....	<b>20</b>
<b>3.2 O processo de produção</b> .....	<b>21</b>
3.2.1 Trabalho: especificidade humana .....	23
3.2.2 A objetivação como realização do ser humano .....	25
3.2.3 Alienação: deturpação no processo da objetivação .....	27
<b>3.3 O conceito de alienação</b> .....	<b>29</b>
3.3.1 A alienação do produto do trabalho: do objeto.....	31
3.3.2 A alienação no ato de produção: no trabalho .....	34
3.3.3 O homem alienado de seu gênero: do universal .....	36
3.3.4 O homem alienado do seu semelhante: do igual .....	37
<b>3.4 A práxis docente e suas especificidades</b> .....	<b>39</b>
<b>4 CRONIFICAÇÃO DO ESTRESSE E BURNOUT NO</b>	
<b>TRABALHO DOCENTE</b> .....	<b>44</b>
<b>4.1 Conceituando Estresse</b> .....	<b>48</b>
<b>4.2 Causas e consequências do estresse no professor</b> .....	<b>50</b>
4.2.1 Causas do estresse do professor.....	50
4.2.2 Consequências do estresse do professor .....	54
<b>4.3 A Síndrome de <i>burnout</i>: causas</b> .....	<b>55</b>
4.3.1 Consequências da síndrome de <i>burnout</i> .....	59
4.3.2 Prevalência.....	61
4.3.3 Necessidade de observar o seu ambiente de trabalho.....	61
<b>5 ESTRESSE E SÍNDROME DE <i>BURNOUT</i> À LUZ DA</b>	
<b>TEORIA DA ALIENAÇÃO DE MARX</b> .....	<b>63</b>
<b>5.1 Fatores estressores no trabalho docente</b> .....	<b>65</b>
<b>5.2 A emancipação docente no exercício de seu trabalho</b> .....	<b>78</b>
<b>5.3 A liberdade como eterna busca</b> .....	<b>85</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>90</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>93</b>

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação preocupa-se em discutir a influência do trabalho na saúde do indivíduo, de modo geral e no contexto específico dos professores. Tem como objetivo geral refletir a respeito do mal estar docente e Síndrome de *Burnout* à luz da teoria da alienação do Marx. Ao mesmo tempo em que a função docente recebe os méritos da sociedade civil, são deflagrados e expostos situações nas quais revelam problemas sistêmicos da profissão os quais podem levar ao adoecimento destes profissionais. É comum que surjam opiniões e não poucas soluções (externas), para o problema do adoecimento do profissional, incluindo certo saudosismo como solução.

Uma análise menos apurada da problemática do mal-estar docente, pode fazer crer que se trata de um processo dicotômico sem relação causal com o trabalho, pois os docentes, por excelência, são aqueles que devem promover a emancipação através do desenvolvimento do espírito crítico dos seus alunos, no entanto o que se observa é uma crescente insatisfação no exercício desta profissão. A esta insatisfação recaem alguns questionamentos aos quais nos propomos a discutir ao longo deste trabalho bibliográfico, através da relação social do trabalho docente com questões de cunho psicológicos que podem levar ao adoecimento do indivíduo (quicá da categoria), com vistas para sua emancipação.

Utilizaremos como aporte de fundamento teórico a teoria social marxista do trabalho alienado, buscando paralelos com fundamentos da teoria da psicologia organizacional aos quais versam sobre as repercussões das condições do trabalho no indivíduo. Assim, a pesquisa é de cunho bibliográfico com enfoque qualitativo, visa discutir a problemática apresentada, seguindo a perspectiva teórica histórico-crítica de análise.

Estruturaremos o trabalho em três seções. A primeira com uma análise da teoria social marxista do trabalho alienado. Karl Marx (1818 – 1883) organiza seu pensamento a partir da realidade social que observou e interagiu. Assim, de um lado observou o avanço tecnológico, o aumento do poder do homem sobre a natureza, o enriquecimento, o progresso e acúmulo do capital, de outro lado e contraditoriamente, a escravidão crescente da classe operária, cada vez mais empobrecida. Assim, a análise social marxista parte do princípio do trabalho executado na propriedade privada.



Nesse sentido, o marxismo buscou fazer entender que os fatos históricos humanos mais primitivos se dão na relação entre o homem e a natureza, na luta pela sobrevivência. O homem é um ser de necessidades e essas precisam ser satisfeitas para permitir que ele se mantenha vivo. Além disso, o homem age sobre a natureza como um ser que possui capacidade de transformá-la através do trabalho, relacionando-se com os objetos que o mesmo fabrica. Na medida em que ele cria os objetos, ele também é criado, ou seja, na relação com a natureza o ser humano é um ser autocriador, transformando a natureza, transforma a si, diferenciando-se dela e elevando-se acima de suas condições naturais. Isso tudo só é possível, segundo Marx, se o indivíduo for emancipado.

Para Marx, o trabalho humano, é a principal forma de objetivação, que é o reconhecimento no objeto produzido. O que permite transformar o objeto é o agir humano. Para o autor, é através da objetivação pelo trabalho que este é gerado, porém, toda objetivação pode vir a ser fator de alienação. O ser humano é um ser que tem muitos sonhos e também muitas necessidades, ou seja, à medida que cada necessidade é satisfeita ele vai criando novas necessidades. De fato, o problema de como o trabalho transforma a natureza externa, pois este gera a deturpação da objetivação, isto é, a alienação.

A alienação é, antes de tudo, uma forma de relacionamento entre os seres humanos, e é também, ao mesmo tempo, uma forma de relacionamento entre esses e determinados objetos ou coisas exteriores. De fato, a alienação como forma de relacionamento entre os homens não pode ser considerada como um processo natural, porque a alienação origina-se no decorrer do desenvolvimento do processo histórico do ser humano. Aí é que está o grande problema. o homem. Nesse processo histórico ele perde a identidade de si mesmo e também passa a pertencer aos objetos.

Partindo deste manancial teórico é que nos propomos a analisar o exercício da profissão docente no contexto em que vivemos. O estudo de revisão bibliográfica teve como propósito analisar as consequências do trabalho docente que podem levar ao adoecimento.

A partir desta análise literária estruturamos a segunda seção, trabalhado, num primeiro momento sobre o tema do estresse. Buscaremos identificar numa ordem cronológica as conceituações encontradas, apresentando as possíveis causas e consequências do estresse ocupacional na profissão docente. A análise da cronificação do estresse pode levar a síndrome de *burnout*. Neste capítulo, buscaremos ainda, conceituar e apontar para possíveis causas e consequências da síndrome de *burnout* nos professores.

Por fim, na terceira seção trabalhamos o estresse e síndrome de *burnout* à luz da teoria da alienação de Marx com vistas para a emancipação do docente. O processo de emancipação passa pela consciência crítica das condições as quais está submetido no trabalho, para posteriormente lutar pela sua libertação.

Além disso, será na última seção do trabalho que buscaremos dar ênfase ao clamor dos estudiosos, que referem serem poucas as pesquisas que tratam sobre a temática, apesar da importância e incidência dos temas propostos e da profissão estudada, bem como a necessidade da observação do trabalhador docente no seu ambiente de trabalho, tendo assim maior fidedignidade ao problema exposto.

## 2 METODOLOGIA DA PESQUISA

Atualmente, o desgaste físico e emocional tem atingido marcas preocupantes no indivíduo. Entende-se como desgaste físico e emocional o processo gradual de perda de energia, com maior probabilidade de ocorrer onde haja desequilíbrio entre as exigências do trabalho desempenhado e a pessoa que o realiza. (CODO, 1999).

Cada vez mais o ambiente profissional (ZARAGOZA, 1999) prioriza valores econômicos em detrimento dos humanos. Assim, observa-se um aumento na frequência do mal estar docente em profissionais que levam suas atividades para desenvolver em casa, que realizam demasiadas horas extras, que contam com remuneração incompatível, divisão não equitativa de tarefas ou preocupação excessivas com atividades que pouco acrescentam à carreira.

A Organização Internacional do Trabalho definiu as condições de trabalho para os professores ao reconhecer o lugar central que ocupam na sociedade, já que são responsáveis pelo preparo do cidadão para a vida (OIT, 2012). Tais condições buscam basicamente atingir a meta de um ensino eficaz.

As transformações sociais, as reformas educacionais e os modelos pedagógicos derivados das condições de trabalho dos professores provocaram mudanças na profissão, estimulando a formulação de novas políticas educacionais por parte do Estado.

No cenário presente, o papel do professor extrapolou a mediação do processo de conhecimento do aluno. Ampliou-se a missão do profissional para além da sala de aula, a fim de garantir uma articulação entre a escola e a comunidade. O professor, além de ensinar, deve participar da gestão e de planejamentos escolares, o que significa uma dedicação mais ampla, a qual se estende às famílias e à comunidade.

Embora o sucesso da educação dependa do perfil do professor, quando a administração escolar não fornece os meios pedagógicos necessários à realização das tarefas - cada vez mais complexas - os professores são compelidos a buscar, então, por seus próprios meios, formas de requalificação que se traduzem em aumento não reconhecido e não remunerado da jornada de trabalho. (ZARAGOZA, 1999).

O professor ainda é reconhecido com extrema importância tanto na vida escolar como instituição bem como formação educacional do aluno. (CORTESÃO, 2011). Mas as mudanças ocorrem de forma constante e acelerada, gerando o estresse e dificultando, por via de consequência, a manutenção de seu trabalho de forma satisfatória. Como afirma

Cortesão (2011), em muitos momentos os professores se sentem mal a ponto de se interrogarem qual é o seu papel nesta escola num contexto de mudanças. Portanto, o estresse é um fenômeno que cresce consideravelmente e, quando há cronificação, na psicologia recebe o nome de síndrome de *burnout*.

Diante dessa problemática, nos propomos a desenvolver a presente investigação teórica sobre a temática do mal estar docente, causado pelo estresse e pela síndrome de *burnout*, fundamentado na análise social do trabalho alienado da teoria de Marx.

A presente pesquisa analisa a temática do mal-estar docente focado no manancial teórico da tese de um dos grandes expoentes do século XIX – Karl Marx, no que tange o trabalho humano resultando, em muitos casos, na denominada alienação do trabalho. Desta forma temos como objetivo geral estabelecer relações do mal estar docente, expressas no estresse e na Síndrome de *Burnout* a partir da teoria marxista da alienação de Marx com vistas para sua emancipação deste profissional.

Como objetivos específicos nos propomos verificar as possíveis aproximações entre a teoria de Karl Marx que analisa a relação do ser humano com o trabalho e as causas do mal estar docente atual; analisar a especificidade do trabalho humano segundo a teoria marxista no sistema capitalista alienante; relacionar as causas e as consequências do estresse e do *burnout* no exercício da profissão docente; apontar para mecanismos de eliminação ou de diminuição do mal estar docente, causados por níveis crônicos de estresse geradores da Síndrome de *Burnout*.; despertar a visão crítica do processo alienante no trabalho docente em vista de sua emancipação.

Desenvolvemos esta pesquisa no Programa de Pós-Graduação na área de concentração da Educação linha de pesquisa “a”, que se refere à Formação de Professores e Práticas Educativas.

A pesquisa pretende contribuir na compreensão do funcionamento do ambiente de trabalho e na construção estratégica que venha a promover a saúde destes profissionais. O tema ganha maior importância pela sua atualidade, tendo em vista uma maior produção doutrinária na área, que sem esgotar o assunto, amplia seu escopo de discussão, o que demonstra que a temática comporta maior número de pesquisas.

Buscamos ainda, catalogar as causas identificadas pelos próprios docentes como causadoras do mal estar no exercício da profissão e as suas consequências no âmbito escolar. De posse dos dados, buscamos elencar mecanismos de eliminação ou de diminuição do mal estar docente, que elevam os níveis de estresse e de sua cronificação

como a síndrome de *burnout*. Assim, com a presente pesquisa, buscamos incitar nas escolas e no poder público, o desenvolvimento de políticas públicas e institucionais que promovam melhores condições de vida aos docentes na realização das suas atividades educacionais. Assim definimos como tema central de nossa pesquisa: Mal estar docente do século XXI como consequência das condições de trabalho que desumanizam o professor, sob a perspectiva da teoria marxista da alienação.

Com frequência os profissionais da educação são julgados pela opinião pública por fatos que ocorrem no âmbito escolar. O assunto é abordado sob diversos aspectos e por muitos pontos de vistas, inclusive sensacionalistas.

Constantemente, a profissão docente está em voga nas rodas de discussões, sejam em cursos, congressos científicos e afins, ou mesmo em conversas informais. Os meios de comunicação com muita frequência também apresentam o tema. Em sua grande maioria, o tema ganha maior notoriedade e clamor social em situações extremas.

É muito comum apontar para o processo educativo sob o viés dos problemas transferindo para os docentes a culpa/causa dos problemas existentes no processo da educação. Seguindo este viés, percebe-se que as opiniões (causas, efeitos, consequências) partem de um olhar externo ao problema, viciando as possíveis soluções. Isso ocorre porque, normalmente, quando há uma problemática a ser resolvida, buscam-se soluções em peritos externos, deixando de ouvir um dos grandes sujeitos do processo educativo: os professores.

Acreditamos que a educação somente acontece quando os diversos atores do processo assumem suas funções e as desempenham com afinco. Dentre os atores do processo, destacamos os docentes, os discentes, os gestores institucionais e estruturais, os pais/familiares/responsáveis entre outros.

O trabalho docente, por sua essência, deve ser gerador de consciência. Ele deve proporcionar a emancipação através do espírito crítico na tomada de consciência. No entanto observa-se que muitos professores não estão satisfeitos no exercício de sua profissão. A essa insatisfação, que, embasados na análise social do trabalho em Marx, é possível denominar de alienação. Da mesma forma, o trabalho (sob a ótica das ciências humanas, especialmente da psicologia) quando não traz realização pessoal pode ser gerador de níveis extremos de estresse com possível cronificação através do desenvolvimento da Síndrome de *Burnout*. Assim, cabem algumas indagações: quando o trabalho deixa de cumprir sua função emancipadora e gratificante e torna-se um processo

alienante e frustrante? Quais as causas e consequências do trabalho alienado na profissão docente? É possível conceber a análise do trabalho alienado na profissão docente buscando um paralelo com o estresse e o *burnout*? Quais caminhos emancipatórios possíveis rompem o círculo viciosos do mal-estar docente?

Diante disso, é que nos desafiamos numa análise sistemática com relação ao trabalho docente e seu conseqüente mal-estar. A principal justificativa para a escolha do tema proposto é a sua atualidade. A função do professor acarreta um alto nível de desgaste físico e mental, o que pode vir a prejudicar a qualidade de vida do trabalhador. Além de fatores como as más condições de trabalho, as predisposições são elencadas como causas para o aparecimento do estresse e da síndrome de *burnout* no exercício da profissão educacional.

Com frequência os profissionais da educação são julgados por fatos que ocorrem no âmbito escolar. A sociedade compreende a importância social da educação, contudo não estabelece uma relação empática às causas dos vetores que levaram a frustração do profissional. Fatos como estes justificam um estudo mais aprofundado sobre o tema.

O estresse e a síndrome de *burnout* no exercício das atividades docentes, assim como em outras profissões não ocorre de imediato, mas desenvolvem-se através de um processo contínuo, formado por inúmeras causas. O seu aparecimento se dá de forma lenta, progressiva e silenciosa. A detecção deste processo no período inicial é de muita valia para a diminuição progressiva do seu surgimento, e possíveis intervenções com redução dos danos.

A pesquisa teórica aponta para uma amplitude das atividades que são inerentes a profissão professor. Essa expansão de atribuições fez com que as atividades do professor deixassem de ser apenas desenvolvidas em sala de aula, passando a estender-se para momentos de sua vida particular.

Com isso, ao assumir essa função social que lhe foi imposta o trabalho do professor lhe exige envolvimento intenso nas atividades realizadas. Por conseguinte, quando não consegue realizar essas tarefas ou quando não tem seu trabalho reconhecido por seu esforço, defronta-se com situações de impotência e frustração. Ainda, a imposição e a pressão da sociedade sobre o professor é tamanha que ele sente-se culpado, sendo que na maioria das vezes esta imposição é mais complexa e vai além da sala de aula.

De acordo com os preceitos históricos da humanidade “[...] o homem é, por natureza, um animal curioso” (FONSECA, 2002, p. 10), pois a partir das referências

sociais e culturais proporcionadas pelo ambiente onde vive, é capaz de criar suas próprias representações de mundo e de sociedade.

Essas representações associadas à ideia de curiosidade impulsionam o imaginário na busca pelo conhecimento, despertando o desejo em conhecer e aprofundar “o novo” através da pesquisa. Segundo Gamboa (2012, p. 197) esse sujeito que elabora o conhecimento, é ao mesmo tempo investigador, cientista, cidadão, homem de seu tempo, “[...] vinculado a um determinado grupo social com interesses e valores culturais específicos, condições inerentes das quais não se pode separar quando realiza uma pesquisa.”

Nas instituições superiores em que a pesquisa é concebida com maior argúcia e conhecimento de causa, a investigação é resultante do aprimoramento dos ideais propostos pela linearidade do senso comum, prevendo que a partir da utilização de instrumentos e métodos, se produza o saber científico. (FONSECA, 2002). Na mesma linha de raciocínio, Gamboa (2012) afirma que os métodos dentro de um contexto menos técnico e mais epistemológico se referem aos diversos modos como se constrói a realidade, às diferentes maneiras como nos aproximamos do objeto do conhecimento. Isto quer dizer que a questão do método exige análises mais complexas e não se reduz apenas à parte instrumental da pesquisa.

Nesta ótica, a pesquisa científica caracteriza-se por um “[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo oportunizar respostas aos problemas que são propostos” (GIL, 2010, p. 1), a partir de fundamentações teóricas que contribuem para a evolução de novos conhecimentos e técnicas nas distintas áreas de atuação. No entender de Luna (2002) o referencial teórico de um pesquisador é um filtro pelo qual ele enxerga a realidade, sugerindo perguntas e indicando possibilidades.

No campo educacional, a pesquisa deve superar a ingenuidade do racionalismo objetivista pelo racionalismo autêntico (HUSSERL, 2002), oportunizando inserções nos diferentes campos do conhecimento científico e sua aplicabilidade e utilidade social nos fenômenos a ser estudados. Em outras palavras, Gamboa (2012, p. 98) reforça que a própria ciência é uma construção histórica e a investigação científica é um processo contínuo incluído no movimento de formações sociais, uma forma “[...] desenvolvida da relação ativa entre o homem e a natureza, na qual o homem como sujeito constrói a teoria e a prática, o pensar e o atuar, num processo cognitivo transformador da natureza.”

Demo (2003, p. 8) assegura ainda que, a busca pelos saberes científicos deve proporcionar o desenvolvimento de pesquisas de caráter reflexivo a partir de “[...] uma percepção emancipatória do outro que busca fazer-se oportunidade, à medida que começa e se constitui pelo questionamento sistemático da realidade.”

Diante do exposto e concebendo a busca pelos saberes científicos enquanto aporte para a superação do paradigma positivista (KUHN, 1997), a pesquisa adota o enfoque qualitativo, pois “[...] oferece melhores condições e conhecimentos mais seguros, os quais servirão de base para plano de ação mais eficientes.” (GAMBOA, 2012, p. 112).

Neste sentido, o intento da pesquisa em perquirir as condições de trabalho dos docentes e suas decorrências no seu bem ou mal estar contemplará os professores em suas particularidades e características subjetivas, considerando a realidade enquanto um elemento indissociável a sua condição humana. (CHIZZOTTI, 2001). Gamboa (2012) contribui com este pensar ao afirmar que a compreensão da educação exige que se recuperem informações sobre a dinâmica social na qual se inclui e tem sentido, estabelecendo uma relação dinâmica com a sociedade em que os processos educativos se realizam e adquirem sentido.

Conforme assegura Hoppen; Lapointe; Moreau (1996), é um enfoque que se constituirá em um conjunto de técnicas de caráter interpretativo com o objetivo de compreender e desvelar fenômenos sociais naturais de acordo com a observância de elementos relevantes. Segundo Gamboa (2012, p. 165), por trás de uma determinada abordagem, “[...] está a visão de mundo do investigador, que lhe permite organizar os diferentes elementos e pressupostos que integram a lógica da pesquisa e relacionar os processos do conhecimento e os interesses que os orientam.”

Ao pesquisador, compete um olhar de proximidade e interação com os sujeitos da pesquisa a fim de apreender o universo das informações e percepções, atribuindo significado social com relação à conjuntura em que estão inseridos e às práticas que realizam. (ALVES, 1991). Assume ainda, o compromisso com as informações recebidas reconhecendo os participantes<sup>1</sup> da pesquisa, “[...] enquanto sujeitos que elaboram conhecimentos e produzem práticas adequadas para intervir nos problemas identificados.” (CHIZZOTTI, p. 83, 2001).

---

<sup>1</sup> Chizzotti (2001, p. 83) em sua obra *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*, cita uma expressão de Garfinkel ao assegurar que “[...] ‘os atores sociais não são imbecis’, mas autores de um conhecimento que deve ser elevado pela reflexão coletiva ao conhecimento crítico.”



Desta forma, a utilização do enfoque qualitativo justifica-se na medida em que “[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, que correspondem a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalizações de variáveis.” (MINAYO, 2001, p.14).

Para atender estas especificações sugeridas pelo enfoque qualitativo, a pesquisa segue a abordagem histórico-crítica que insiste na relação dinâmica entre o sujeito e o objeto no processo de conhecimento e que de acordo com Gil (1999, p. 32) “[...] fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais, etc.”

Oriunda das bases filosóficas do Marxismo, a perspectiva histórico-crítica surge no meio educacional em meados de 1979 para superar as manifestações instituídas pelas teorias não-críticas<sup>2</sup> e crítico-reprodutivistas<sup>3</sup> que concebiam a educação isolada dos fenômenos sociais e históricos. (SAVIANI, 2007).

Segundo Frigotto (2002), essa perspectiva busca superar a percepção imediata, as impressões primeiras, a análise mecânica e empiricista, expressando o conhecimento aprendido da realidade a partir das relações entre a parte e a totalidade. Neste sentido, o referido autor pronuncia-se sobre a gênese do conhecimento e o ponto de partida do pesquisador que deve ser o mundo da vida em sua concretude.

Para a teoria materialista, o ponto de partida do conhecimento, enquanto esforço reflexivo de analisar criticamente a realidade e a categoria básica do processo de conscientização, é a atividade prática social dos sujeitos históricos concretos. A atividade prática dos homens concretos constitui-se em fundamento e limite do processo de conhecimento. (FRIGOTTO, 2002, p. 82).

Neste sentido a concepção histórico-crítica busca “[...] propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitem o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber [...]” (SAVIANI, 2008, p. 15), compreendendo as nuances educacionais enquanto alicerce no desenvolvimento histórico.

No processo de conhecimento da realidade, o que importa fundamentalmente não é a crítica pela crítica, o conhecimento pelo conhecimento, mas a crítica e o conhecimento

<sup>2</sup> Pedagogia Tradicional, Pedagogia Nova e Pedagogia Tecnicista. (ARAUJO, 2009).

<sup>3</sup> Teoria do Sistema de Ensino como Violência Simbólica, Teoria da Escola como Aparelho Ideológico de Estado - AIE e Teoria da Escola Dualista. (ARAUJO, 2009).

crítico para uma prática que altere e transforme a realidade anterior no plano do conhecimento e no plano histórico-social. (FRIGOTTO, 2002).

Na pesquisa pretendida, a utilização desta abordagem torna-se viável na medida em que busca compreender as condições de trabalho dos docentes e sua relação com seu bem ou mal estar, com a intenção de transformação da realidade investigada quando não atende às boas condições de trabalho. Ainda, busca compreender o fenômeno em seu devir histórico e em suas inter-relações com outros fenômenos, apreendendo os processos de transformação e potencialidades de mudança. (GAMBOA, 2012). No entendimento do referido autor, o

[...] homem conhece para transformar. O conhecimento tem sentido quando revela as alienações, as opressões e as misérias da atual fase de desenvolvimento da humanidade, questiona criticamente os determinantes econômicos, sociais e históricos e dá potencialidade à ação transformadora. (GAMBOA, 2012, p. 189-190).

Além disso, por estabelecer uma relação de proximidade com a área da Filosofia, “[...] contribui com as ideias e reflexões sobre a totalidade do processo, de forma que o mesmo não seja visto apenas como fragmentos, mas, sim, como totalidade histórica e social.” (ARAUJO, 2009, p. 353). Neste sentido quando investigamos, não somente produzimos um diagnóstico sobre um campo problemático ou elaboramos respostas organizadas e pertinentes para questões científicas, mas construímos uma maneira de fazer ciência e explicitamos uma teoria do conhecimento e uma filosofia. (GAMBOA, 2012).

O estudo de enfoque qualitativo e abordagem histórico-crítica caracteriza-se quanto aos fins em uma pesquisa descritiva, pois apresenta “[...] como objetivo primordial a descrição das características de uma determinada população ou fenômeno e estabelece relações entre as variáveis.” (GIL, 1999, p. 44).

Para que a proposta do estudo descritivo se legitime e apresente determinado grau de validade científica, Triviños (1987, p. 112) assegura que é necessário “[...] uma precisa delimitação de técnicas, métodos, modelos e teorias que orientarão a coleta e a interpretação dos dados.” Além disso, a escolha dos sujeitos e a amostragem devem ser claramente delimitadas, assegurando que os objetivos e o problema norteador da pesquisa sejam respondidos. (TRINIÑOS, 1987).

Neste sentido, compete ao pesquisador “[...] descobrir a frequência com que um fenômeno ocorre, sua natureza, característica, causas, relações e conexões com outros fenômenos” (BARROS; LEHFELD, 2000, p. 70), através da sondagem de informações por

procedimentos técnicos que pretendem questionar as pessoas cujas vivências se aspiram conhecer.

Para garantir a finalidade descritiva pretendida, será adotada quanto aos meios, a pesquisa teórica. A pesquisa envolverá a consulta à literatura que se sustentará a partir da utilização de teorias publicadas em livros e/ou periódicos, possibilitando que a fundamentação teórica ampare as principais concepções e o problema de pesquisa. Neste sentido, o emprego do aporte bibliográfico permitirá “[...] conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre um determinado tema ou problema, tornando-se um instrumento indispensável para qualquer tipo de pesquisa.” (KÖCHE, 2009, p. 122). Além disso, auxiliará “[...] a mapear as perguntas já elaboradas naquela área de conhecimento, permitindo identificar o que mais tem se enfatizado e o que tem sido pouco trabalhado.” (MINAYO, 2011, p. 40).

### 3 PROCESSO DE ALIENAÇÃO DO TRABALHO EM MARX

O trabalho humano é amplamente analisado por Karl Marx ao longo de suas publicações. É possível perceber uma análise das bases ontológicas do homem enquanto ser social objetivado pelo seu trabalho, pois, através desta categoria transforma a natureza em vista da sua sobrevivência e ao mesmo tempo, transforma a si. (FERNANDES, 2013). No entanto, o trabalho humano foi se transformando ao longo do tempo, quando consideramos a sua natureza e a sua finalidade. Ele assume contornos que degradam a condição humana em sua essência proposta por Marx, bem como para os analistas contemporâneos, sendo assim fonte de mal-estar. Enquanto classe social trabalhadora, os professores também estão sujeitos a estas condições.

Diante do cenário que se apresenta do mal-estar docente, buscaremos analisar as condições do trabalho docente, confrontando com um dos grandes pensadores do século XIX, que foi Karl Marx, onde reflete o tema do processo de produção do homem sob a perspectiva da análise crítica do capital. Marx analisa sistematicamente o processo de produção na sua abrangência sob a perspectiva capitalista de propriedade privada. Aborda em sua análise a classe produtora, a qual denomina de classe operária. Ele não faz referência explícita a classe docente, porém, buscaremos neste trabalho referendar aquilo que denominamos de mal-estar docente sob a teoria marxista da alienação do trabalho nos seus manuscritos, uma vez que o produto do processo de trabalho, segundo esta teoria, não é identificado pelo seu produtor. Assim, dentre as consequências do mal-estar docente está o da não identificação do produto de seu trabalho no exercício desta profissão, podendo levar ao adoecimento.

Karl Marx, filósofo alemão do século XIX, que teve como grande interlocutor Georg Wilhelm Friedrich Hegel, embora não concordasse com os pressupostos de suas análises, foi um analista crítico e reformulador do pensamento de Hegel, e também do materialismo histórico de Feuerbach. Este era interlocutor de Hegel e buscava criticá-lo baseando-se em uma dimensão materialista. Assim, Marx reformula seu pensamento a partir da realidade social por ele observada: de um lado o avanço tecnológico, o aumento do poder do homem sobre a natureza, o enriquecimento, o progresso e acúmulo do capital; de outro lado, e contraditoriamente, a escravidão crescente da classe operária, cada vez mais empobrecida. (MCLELLAN, 1990).

Nesse sentido, o marxismo buscou fazer entender que os fatos históricos humanos mais primitivos se dão na relação entre o homem e a natureza, na luta pela sobrevivência. O homem é um ser de necessidades e essas, precisam ser satisfeitas para permitir que o ser humano se mantenha vivo. Além disso, o homem age sobre a natureza como um ser que possui capacidade de transformá-la, pois realiza, pelo trabalho, e se relacionando com os objetos que fabrica. Assim, na medida em que ele cria os objetos, ele também é criado, ou seja, na relação com a natureza o ser humano é um ser autocriador, pois transformando a natureza, transforma-se a si mesmo, diferenciando-se dela e se elevando acima de suas condições naturais. Isso tudo só é possível, segundo Marx, se o indivíduo for emancipado. (Oliveira, 1996).

Para Marx (1993), o trabalho, é a principal forma de objetivação. O que permite transformar o objeto é o agir humano, a objetivação pelo trabalho. Para ele, o trabalho gera o homem. É a forma de o homem objetivar-se, mas também, toda objetivação pode vir a ser fator de alienação. O ser humano é um ser que tem muitos sonhos e também muitas necessidades, ou seja, à medida que cada necessidade é satisfeita ele vai criando novas necessidades. De fato, aí está o problema de como o trabalho transforma a natureza externa, pois este gera a deturpação da objetivação, isto é, a alienação.

A alienação é, antes de tudo, uma forma de relacionamento entre os seres humanos, e ao mesmo tempo, uma forma de relacionamento entre esses e determinados objetos ou coisas exteriores. De fato, a alienação como forma de relacionamento entre os homens não pode ser considerada como um processo natural, porque a alienação origina-se no decorrer do desenvolvimento do processo histórico do ser humano. (MÉSZÁROS, 2006). Aí é que está o grande problema: o homem, nesse processo histórico perde a identidade de si mesmo e também passa a pertencer aos objetos. O docente, na medida em que não se reconhece no exercício de sua atividade, perde sua identidade, objetivando-se neste processo.

### **3.1 Processo de produção e alienação**

O homem é um ser de carências, necessidades e desejos. É na natureza que ele encontra as possibilidades de superação das mesmas. É pelo trabalho que o homem

consegue saciar tais carências e necessidade, e assim passa a relacionar-se com a natureza<sup>4</sup>. O homem, a partir da transformação da natureza, vai construindo sua consciência. Todavia, quando se aliena no mundo dos objetos, ele não mais desenvolve a sua essência.

Portanto, para entender melhor como ocorre a alienação ao qual Marx faz referência, é preciso que se faça uma análise do processo de produção, pois é deste que surge a divisão do trabalho e este é o ponto de origem do processo de alienação. De posse desta análise será possível estabelecer um paralelo com o trabalho docente identificado em muitos casos como sendo gerador de mal-estar chegando a situações de cronificação extrema.

### 3.2 O processo de produção

Na busca da compreensão do processo de produção, é de fundamental importância que se faça uma retomada do conceito de propriedade privada, pois é dentro desta esfera que se encontra o processo de produção, o trabalho e o homem. Marx liga a essência da propriedade privada diretamente ao trabalho. É por causa do trabalho, como atividade essencialmente humana que o homem se torna o princípio da propriedade privada. Pode-se perceber esta afirmação no início do terceiro Manuscrito: “[...] a essência subjetiva da propriedade privada enquanto atividade para si própria, como sujeito, como pessoa, é o trabalho.” (MARX, 1993, p. 183).

É através do trabalho que o homem consegue buscar a realização das suas capacidades criativas, permitindo a manifestação de seu ser essencial e possibilitando a sua afirmação como homem. Isso ocorre somente porque o homem entra em contato com a natureza, através de seu trabalho. Tumolo e Fontada (2008, p. 165) fundamentam a partir desta concepção marxista e buscam caracterizar a natureza do trabalho humano. Segundo eles o “[...] trabalho, numa forma social genérica, pode ser compreendido como a utilização da força de trabalho, na relação com a natureza, para a produção de valores de uso necessários à vida humana.”

---

<sup>4</sup> O termo natureza a ser utilizado ao longo da pesquisa refere-se ao conceito moderno materialista, não na concepção original do termo *physis* que indica a natureza no sentido original da realidade primeira e fundamental. O conceito de natureza para Marx implica todo um conjunto de relações que são estabelecidas pelo homem sobre o meio ambiente, incluindo o ambiente social. A sociabilidade do homem é vista como extensão do seu ser natural. Assim, para Marx (1993), a ação do homem na natureza acontece pelo trabalho. Transformando-a transforma-se a si próprio.

Marx destaca que o trabalho na sociedade capitalista produz objetos, e, estes objetos, por sua vez, assumem um valor-de-uso ou um valor-de-troca, de acordo com a finalidade que possuem.

Na produção de mercadorias, nosso capitalista não é movido por puro amor aos valores-de-uso. Produz valores-de-uso apenas por serem e enquanto forem substrato material, detentores de valor-de-troca. Tem dois objetivos. Primeiro quer produzir um valor-de-uso que tenha um valor-de-troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. E segundo, quer produzir uma mercadoria de valor mais elevado que o valor conjunto das mercadorias necessárias para produzi-la, isto é, a soma dos valores dos meios de produção e força de trabalho, pelos quais antecipou seu bom dinheiro no mercado. Além de valor-de-uso, quer produzir mercadoria; além de valor-de-uso, valor, e não só valor, mas valor excedente (mais-valia). (MARX, 2015, p.220).

Assim observa-se que o valor-de-uso é o valor que o produto tem para as pessoas que as produzem. Seu valor está na sua utilidade. Este valor é sempre subjetivo, pois depende do sujeito que usar determinado objeto. Já o valor de troca se manifesta objetivamente nas relações sociais, na troca, compra ou venda do produto. Ao contrário do valor-de-uso, não é subjetivo e sim objetivo. Para que um objeto possua valor-de-troca, necessita que tenha valor-de-uso para alguém, pois assim irá comprá-lo. (KONDER, 1998). O trabalho poderá ser considerado valor-de-troca, no momento em que o trabalhador vender sua força de trabalho. No entanto Marx questiona qual é a origem do valor que determinada mercadoria assume. Para ele seu valor está na quantidade de trabalho devotado para realizá-lo “[...] é unicamente a quantidade de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso que determina a grandeza de seu valor.” (MARX, 2015, p. 117).

Segundo Marx (2015, 105-106), o trabalho produtivo é aquele que produz mais-valia.

O conceito de trabalho produtivo, portanto, não encerra de modo algum apenas uma relação entre a atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, forma da historicamente, a qual marca o trabalhador como meio direto de valorização do capital. Ser trabalhador produtivo não é, portanto, sorte, mas azar.

A caracterização produtividade no trabalho não se dá pela sua natureza, mas sim pela produção de capital. No momento em que produzir mais-valia será caracterizado como trabalho produtivo, do contrário, quando produzido pelo seu valor-de-uso será trabalho improdutivo, pois não está gerando lucro a ninguém. A mais-valia, por sua vez caracteriza-se pela parte do trabalho desenvolvida pelo trabalhador não paga pelo dono do

capital. Do excedente é que provém o lucro do capitalista produzido à custa do trabalhador sem nada receber a mais por isso.

O trabalhador nada pode criar sem a natureza, sem o mundo externo sensível. Este é o material onde se realiza o trabalho, onde ele é ativo, a partir do qual e por meio do qual produz coisas.

Mas assim como a natureza fornece os meios de existência do trabalho, no sentido de que o trabalho não pode viver sem objetos, nos quais se exercita, de igual modo ela proporciona os meios de existência em sentido mais restrito, a saber, que os meios de existência física do próprio trabalhador. (MARX, 1993, p. 160).

Em suas obras, Marx mostra que o trabalho humano se revela como a condição de possibilidade de objetivação. O homem vai gerando-se enquanto sujeito, transformando o que encontra através do seu trabalho. Sérgio Lessa (2011), também argumenta a respeito dizendo que Marx apresenta o trabalho como sendo a eterna condição da existência humana, ao qual refere o trabalho como transformação da natureza nos bens indispensáveis à reprodução da sociedade. Isso é o que faz a diferença entre o homem e os animais, pois o homem transforma a natureza de forma consciente conforme as suas necessidades.

### 3.2.1 Trabalho: especificidade humana

O trabalho humano consciente é por excelência o elemento que o diferencia no reino animal. Assim, o que o torna diferente dos demais animais é sua capacidade de transformar a natureza, desenvolvendo assim sua consciência. Porém, o homem se iguala aos demais animais por causa de sua carência natural, sendo uma delas a fome, ao qual faz com precise de algo fora de si para satisfazer-se. Antunes (2012, p. 11) diz que é

[...] por meio de sua atividade produtiva, por meio do trabalho, que o ser humano – que é uma parte da natureza – afasta-se de sua condição imediatamente animal e faz da própria natureza uma extensão de seu corpo, tornando-a assim, cada vez mais humana, cada vez mais social.

Dessa forma, nenhum homem pode desligar-se por completo dos objetos que estão fora de si, pois são indispensáveis para sua exteriorização essencial. É o trabalho de forma consciente que faz a diferença entre o homem e os outros animais.



Oliveira (1993, p. 249-250) ao analisar as relações humanas sob aspectos éticos, inicia sua reflexão apresentando o homem como sendo um ser natural, porém diferenciando-o dos demais animais. Segundo ele:

O homem é natural porque tem essencialmente a natureza como seu objeto. No entanto, ele não é um ser natural como o é o animal, que encontra os objetos prontos e adaptados a si, pois ele mesmo deve estabelecer a relação e criar a adequação entre si e a natureza. O animal é um ser imediato, o homem é o 'ser da mediação': é pela atividade do trabalho que o homem estabelece a relação recíproca entre si e a natureza, e por essa razão, para Marx, o trabalho é condição de existência do homem, necessariamente presente em qualquer forma de sociedade.

O ser humano é um ser natural. É na relação dinâmica entre o homem e a natureza que ambos se tornarão parte um do outro, passando a ter assim um significado fundamental um para o outro. É o trabalho, como atividade prática e essencial, que permite a relação entre o homem e a natureza. O homem modifica, cria, refaz e não simplesmente se satisfaz com o que está pronto na natureza.

O trabalho é o fator que medeia entre o homem e a natureza; é o esforço do homem para regular seu metabolismo com a natureza. O trabalho é a expressão da vida humana e por meio dele se altera a relação do homem com a natureza; por isso, através do trabalho o homem transforma-se a si mesmo. (FROMM, 1983, p.26).

Mas, os demais animais também vivem na natureza e da natureza e são seres de necessidades. Os animais (irracionais) não se igualam aos homens porque não se distinguem da sua atividade. O que faz a grande diferença é que o homem possui uma atividade consciente. Assim, percebe-se que ambos vivem fundamentalmente da natureza, só que o homem tem a capacidade de se distinguir da sua atividade, enquanto que os outros animais não. É por isso que o homem tem como especificidade à atividade consciente e a capacidade de manipular a natureza conforme suas necessidades.

Fromm (1983), repisando os conceitos marxistas de homem aponta para a importância da ideia de que é o próprio homem quem faz sua própria história. Através de um processo consciente de relação com a natureza é que objetiva-se na história. Assim, torna-se o seu próprio criador.

É pelo trabalho que, tanto o homem como a própria natureza, são transformados. De um lado, a natureza se transforma com a ação do homem deixando de ser simplesmente matéria bruta, passando a ser um instrumento da necessidade humana. Por isso, ela passa a

ter um sentido e espaço dentro do mundo objetivo. É o homem que está por trás da natureza transformando-a, porém, o próprio homem se transforma, pois, para entrar em relação como a natureza, precisa estar aberto para sentir as suas manifestações. Desta forma, o homem abre espaço para que sua consciência também capte os estímulos naturais, influenciando o produto de sua consciência. Agindo desta forma o homem, tomando consciência de sua condição natural é capaz de transcendê-la.

O homem como uma excentricidade da natureza, estando dentro dela embora a transcenda. Ele tem de encontrar princípios de ação e de tomada de decisões que substituam os princípios do instinto; tem de encontrar uma estrutura de orientação que lhe permita organizar uma imagem coerente do mundo como condição para ações coerentes; tem de combater não só os perigos da morte, da fome e de ferimentos, mas também outro perigo que é especificamente humano: o de enlouquecer. (FROMM, 1983, p. 78).

Somente de posse consciente de sua especificidade que o homem não perderá seu juízo. Dessa forma o torna único em meio a uma diversidade de seres, mas em constante relação.

### 3.2.2 A objetivação como realização do ser humano

Como já foi expresso, o ser humano para saciar suas necessidades e sentir-se satisfeito, relaciona-se com os objetos (natureza). Sendo assim, o homem encontra primordialmente a natureza como objeto. Marx afirma que não há homem que não esteja em relação com os objetos.

É, portanto, nesta relação do homem com a natureza, através do seu trabalho, que este produz os objetos, que por consequência se tornarão seus. Assim, a atividade do homem encontrará plena satisfação na produção do objeto e posteriormente encontra-se neste. Há um processo de identificação com a sua produção. Produto e produtor se reconhecem. É por esta objetivação que o homem exterioriza e torna reais suas potencialidades e também, ao mesmo tempo, reconhece objetivamente o desenvolvimento de seu ser.

Antunes (2012, p. 29), caracterizando este processo de objetivação do trabalho humano diz:

No final do processo de trabalho se materializa algo. Ou seja, o resultado do processo de trabalho – ‘que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador’ – é um objeto, ou um valor-de-uso. Este processo de objetivação da subjetividade do trabalhador por meio do trabalho constitui algo ineliminável do

processo de trabalho em si, e é exatamente destas objetivações que sobrevive, a totalidade dos seres humanos.

Assim, é possível perceber uma relação de dependência do homem para com o objeto, configurando assim uma relação sujeito-objeto. Este, não consegue sobreviver sem os objetos externos de si. Porém, o homem não só tem a necessidade dos objetos, mas é ainda um objeto para os outros homens. Assim ocorre a relação sujeito-objeto e também sujeito-sujeito. É em torno desta relação que a sociedade se constitui.

Sabe-se que a primeira ação humana direciona-se ao efeito de manter sua vida individual. Isso ocorre através da transformação imediata dos objetos em meio de subsistência. Assim, as carências humanas passam a apresentar-se à natureza através dos objetos que lhe corresponde como satisfação. O necessitar de objetos torna-se real na medida em que encontra o objeto procurado.

Nos animais, as necessidades são dadas, o que faz com que eles se dirijam a um número restrito de objetos. O homem por sua vez como um ser de possibilidades não se limita as necessidades básicas.

Percebe-se que a atividade humana diferencia-se dos outros animais, pois são mediadas pela consciência. Isso permite que o homem haja universalmente, pois através de sua ação todos os objetos podem tornar-se alvos seus. Para Marx, o ser humano é entendido como um ser genérico, pois age universalmente e conscientemente. Não busca a saciedade das suas necessidades, mas é dotado de capacidade cognitiva para pensar de forma universal, submetendo-se a transformação e da natureza. Assim Marx (1993, p. 163) afirma:

O homem é um ser genérico, não só no sentido de que faz objeto seu, prática e teoricamente, a espécie (tanto a sua própria como a das outras coisas), mas também – e agora trata-se apenas de outra expressão para a mesma coisa – no sentido de que ele se comporta perante si próprio como a espécie presente, viva, como um ser universal, e portanto livre.

Assim, há que se observar também que o homem ao relacionar-se com a natureza constrói um sistema de valores e atribui significados às coisas. Já o animal irracional, é totalmente diferente do ser humano, pois não atribui valor algum às coisas. No caso dos animais, é a necessidade que tem um valor, ou seja, se não fosse a necessidade as coisas não teriam valor algum. No caso do homem, o significado do objeto é construído por ele. O mais importante em torno de tudo isto, e que deve ser levado em conta, é que o ser genérico do homem tem como forma de efetivação a objetivação, ou seja, o trabalho

humano na natureza. Este trabalho o homem não produz somente para si ou para os descendentes.

O ser homem realmente diferencia-se dos outros animais fazendo-se homem na forma específica do ser genérico. Assim o fazer-se homem torna-se concreto e constitui-se no processo de objetivação. Ou seja, o homem realmente se realiza ao encontrar-se nos objetos por ele produzidos.

### 3.2.3 Alienação: deturpação no processo da objetivação

A realização plena do homem se dá no encontro com os objetos por ele construídos, ou como diz Oliveira (1993, p. 251): “[...] é através da natureza humanizada que o homem se faz homem.” Isso faz com que sua consciência torna-se cada vez mais rica. Ocorre que ao mesmo tempo, surgirá a possibilidade da alienação em torno do objeto. A objetivação ao tornar-se alienação, se constitui em perda do homem, ou seja, o homem não consegue mais encontrar-se no objeto que ele mesmo construiu, pois este se apresenta como estranho. Sendo assim a alienação é a deturpação da objetivação.

A grande perda da objetivação ocorre a partir do momento em que o homem passa a vender sua própria força de trabalho. Isso ocorre porque ele não consegue mais realizar a objetivação. O homem fica perdido no seu próprio objeto, pois este se apresenta como algo estranho. Esta perda da objetivação ocorre porque o objeto produzido não pertence mais ao produtor, mas a outro. É em meio a isto, Marx (1993, p. 159) afirma que:

[...] o objeto produzido pelo trabalho, o seu produto, se lhe opõe como ser estranho, como ser independente do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objecto, que se transformou em coisa física, é a objectivação do trabalho. A realização do trabalho constitui simultaneamente a sua objectivação. A realização do trabalho aparece na esfera da economia política como desrealização do trabalhador, a objectivação como perda do objecto, a apropriação como alienação.

Ao abordar a perda da objetivação na atividade que o homem realiza na natureza através de seu trabalho que Marx trata sobre a questão da propriedade privada. É com base nesta que Marx critica a economia política de sua época, dizendo que o homem e o trabalho (a produção) não podem ser vistos de forma dissociada. Por outro lado, Marx toma a propriedade privada como sendo a base de suas discussões sobre a alienação. Ele afirma que é na propriedade privada que se encontra o germe da alienação:

A propriedade privada, como expressão material, resumida, do trabalho, inclui ambas as relações: a relação do trabalhador ao trabalho, ao produto do seu trabalho e ao não-trabalhador, e a relação do não-trabalhador ao trabalhador e ao produto do seu trabalho. (MARX, 1993, p. 171).

Contudo, Marx não analisa a questão da alienação somente sob prisma da propriedade privada. Para ele a origem da alienação pode estar também na divisão social do trabalho. Marx afirma que a divisão do trabalho constitui o momento essencial e o fundamento da alienação e que a propriedade privada é, em sua opinião, uma decorrência da alienação do mesmo modo como a divisão do trabalho. Houve uma época em que não havia divisão do trabalho e o homem era sujeito de uma práxis livre. Isso acaba quando o trabalho começa a ser distribuído como tarefa imposta, em que cada um tem um campo definido e determinado de trabalho. Aí é que o homem começa a perder sua liberdade. Perde sua liberdade, pois o trabalho o fixa em uma única atividade não podendo desenvolver aquelas que estão fora de seu campo específico.

O homem não pode mais desenvolver sua essência, pois realiza sempre a mesma coisa, num trabalho mecânico e repetitivo. Segundo Marx, é por isso que ocorre a alienação.

É por esses motivos que se torna necessário que ocorra a emancipação do homem, ou seja, é necessário que o homem recupere sua objetivação que lhe foi tirada. A possibilidade que ocorra a emancipação é que o homem passe a relacionar-se com seu semelhante tornando-se um ser social. Assim, o perigo da alienação, resultante da perda da objetivação, é superada. O homem não passa mais a perder-se no objeto que ele produziu, pois o objeto tornou-se objeto social. Portanto, agora o sujeito e o objeto estão reunidos e não mais separados como alienação:

[...] só quando o objecto se torna objecto humano é que o homem não se perde nele. Tal só é possível quando o próprio homem se torna um objeto social, no momento em que se transforma em ser social e a sociedade para ele se torna ser no referido objecto. (MARX, 1993, p. 198).

É por isso que o jovem Marx, nos *Manuscritos*, dá a ideia de que, a alienação poderia ser superada se fosse instaurada a sociedade comunista. Dessa forma, o homem produzir livremente, sem a divisão do trabalho, mudando totalmente a situação.

Para Marx, a alienação do homem está vinculada a atividade material. É por isso que a compreensão do sistema de produção é fundamental, pois é nele que se origina e se manifesta a alienação. Portanto, é neste sistema que se dá toda a discussão acerca da alienação em Marx. A alienação se dá porque o conceito primordial de trabalho foi deturpado no capitalismo, com a divisão do trabalho.

### **3.3 O conceito de alienação**

Como já visto, a alienação tem sua origem no próprio trabalho. Mas o que faz com que este problema, da alienação, atrapalhe o homem, é que o próprio homem sobrevaloriza a natureza externa e deixa de lado, de forma inconsciente, o seu próprio ser.

Como se sabe, o homem depende da natureza para se manter e suprir suas necessidades. Marx compreende o homem como um ser natural, objetivo e limitado que, segundo ele, depende dos objetos que estão ao seu redor para sobreviver. No momento em que transforma a natureza põe para funcionar sua consciência, desenvolvendo cada vez mais seu intelecto, sua criatividade. Mas isto tudo ocorre quando o homem age de forma livre e consciente. (OLIVEIRA, 1996).

Com o surgimento da propriedade privada, o homem deixa de produzir de forma livre e consciente, surgindo também a divisão do trabalho. Com isso, o homem passa vender o seu trabalho por um salário, e o pior, produzindo objetos que nem lhe pertencem. Ao vender o seu trabalho, passa a exercer esta atividade mecanicamente se transformando em atividades abstratas. Isso ocorre quando o trabalhador é forçado pela situação a vender a si mesmo a sua humanidade, sendo que neste caso ela se transforma em mercadoria e o produto de seu trabalho lhe aparece como um ser estranho, pois não lhe pertence mais, mas pertence a outro.

Marx passa então a analisar a luta entre o dono do capital e o trabalhador, através do problema da redução do trabalho em simples mercadoria. O trabalhador vendia seu trabalho por um simples salário, e nesta relação era sempre o que mais sofria. O dono do capital, por sua vez, não participa da produção em si, mas se beneficia da mais-valia obtendo maior lucro. O trabalhador precisa se submeter, em muitos casos, às condições desumanas impostas, passando por necessidades e não podendo adquirir o produto por ele produzido. Segundo Marx isso se dá porque “[...] os preços do trabalho são muito mais estáveis que os preços dos meios de subsistência.” (MARX, 1993, p. 103).

Outra forma de alienação do homem, segundo Marx, se dá no processo da transformação do objeto. O homem ao transformar a matéria bruta em objeto, põe sua consciência a trabalhar com a intenção de dar forma ao objeto. Deste modo, o homem trabalha com o corpo e com a mente. Mas o que acontece é que ele aliena sua consciência no objeto, formando apenas uma relação direta com tal objeto, e não desenvolve a sua consciência. Isto se evidencia por que o trabalhador não vai ter acesso ao produto por ele produzido. O produtor está sendo impedido de se reconhecer com o produto e, com isso, não ocorre o processo de enriquecimento de si próprio.

Segundo Marx (1993, p. 162):

[...] o trabalho externo, o trabalho em que o homem se aliena, é um trabalho de sacrifício de si mesmo, de mortificação. Finalmente, a exterioridade do trabalho para o trabalhador transparece o fato de que ele não é o seu trabalho, mas o de outro, no fato de que não lhe pertence a si mesmo, mas a outro.

Ocorre, portanto, uma ruptura entre o produzir e o consumir. Pois, no processo de produção, o homem, que é o trabalhador, enfrenta condições desumanas de trabalho não visando a sua satisfação, mas a satisfação de outra pessoa, que é o dono do capital. O trabalho, portanto deixa de ser uma atividade que lhe dê prazer e lhe forme como pessoa humana, passando a ser uma atividade dura, penosa. “O trabalho é alienado porque trabalhar deixou de fazer parte da natureza do trabalhador [...] O trabalhador, portanto, só se sente a vontade de folga, ao passo que no trabalho se sente constrangido.” (FROMM, 1983, p. 53). O trabalho passa ser desenvolvido da mesma forma como o animal se relaciona com a natureza. O homem passa conceber o trabalho como uma forma imediata de sobrevivência. Trabalha apenas para se manter vivo e não mais com um meio livre de formar sua consciência através de seu trabalho sobre a natureza.

Em muitos casos há uma luta desleal entre os próprios trabalhadores em busca de espaço no mercado do trabalho, obrigados a se submeter às condições por ela impostas.

Quanto mais querem ganhar mais têm de sacrificar o tempo e realizar um trabalho de escravo em que a sua liberdade se encontra totalmente alienada ao serviço da avareza. E assim encurtam as suas vidas. Semelhante redução do tempo de vida é uma circunstancia favorável para a classe trabalhadora como todo, já que torna necessária uma oferta sempre renovada de trabalhadores. Esta classe tem sempre de sacrificar uma parte de si mesma, a fim de não ser arruinada enquanto totalidade. (MARX, 1993, p. 104).

Com a divisão do trabalho, o homem passa a produzir sempre a mesma coisa, não desenvolvendo sua essência. Além disso, o trabalhador realiza um trabalho simplesmente mecânico. Essas são características evidentes da alienação entre os homens na sociedade, com base na propriedade privada.

Há que se mencionar que, não é só o trabalhador que é alienado, mas também o dono do capital. Porém, as consequências de ambos são bem diferentes. A alienação do trabalhador manifesta-se na forma de miséria, sofrimento, enquanto que para o capitalista (patrão) a alienação se manifesta como riqueza, satisfação. Assim percebe-se nas expressões de Marx (1993, p. 161):

A economia política esconde a alienação na natureza do trabalho porquanto não examina a imediata relação entre o trabalhador (trabalho) e a produção. Claro, o trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz a privação para o trabalhador. Produz palácios, mas casebres para o trabalhador. Produz beleza, mas deformidade para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores para um trabalho bárbaro e transforma os outros em máquinas. Produz inteligência, mas também produz estupidez e o cretinismo para os trabalhadores.

Como se sabe, a alienação em Marx é autoalienação, ou seja, o homem deixa de se encontrar com sua própria e verdadeira essência. Dessa forma, a alienação acaba desfigurando a essencialidade do homem. Dessa forma, a alienação acaba desfigurando a essencialidade do homem. Sobre a alienação Marx descreve quatro formas a) a alienação em relação produto, b) ao trabalho, c) à espécie, e d) ao semelhante. (MÉSZÁROS, 2006).

### 3.3.1 A alienação do produto do trabalho: do objeto

Pela capacidade intelectual, o homem é o único ser que tem potencial de transformar as coisas, de criar, de renovar, de modificar a natureza. Tal potencial reflete suas capacidades físicas e mentais, que se dão através do trabalho. Já a natureza, possui uma enorme quantidade de matérias-primas que o homem necessita para sobreviver. Sendo o homem um ser de necessidades, e a natureza, a esfera em que o homem pode suprir tais necessidades, é normal que o homem e a natureza se objetivem mutuamente. É na busca dessa objetivação (satisfação de necessidades) que o homem transforma a natureza e retém os objetos que lhe são necessários para a sobrevivência. De fato, ele depende dela para sobreviver, e a natureza depende dele para se transformar.



Sendo assim, o homem modifica a natureza através de seu trabalho, transformando-a em objetos. São estes objetos que dependem de ambos para manter sua existência. Desse modo, ocorre sempre uma relação entre homem – natureza – objetos. Tal relação deve ocorrer naturalmente. Oliveira (1996) procura fazer esta diferenciação dizendo que o animal é um ser imediato, o homem é o “ser da mediação”. É, portanto, pela atividade do trabalho que o homem estabelece a relação recíproca entre si e a natureza, e por esta razão, para Marx, o trabalho é condição de existência do homem, necessariamente presente em qualquer forma de sociedade. (OLIVEIRA, 1996). Porém, no capitalismo, os objetos materiais produzidos pelo trabalhador e também, o próprio trabalhador, são tratados igualmente, rompendo, de certa forma, com a relação homem - natureza – objetos. Marx define esse rompimento como alienação do produto do trabalho: do objeto. A alienação do produto do seu trabalho acontece quando o objeto produzido pelo trabalhador manifesta-se, volta-se contra o produtor, aqui, há um rompimento na relação essencial do trabalhador com o objeto. Tal separação é muito prejudicial ao ser humano, pois este não se reconhece mais no objeto. A alienação ocorre porque surge uma barreira entre o homem e o objeto por ele produzido, como afirma o próprio Marx, “o homem torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão.” (MARX, 1993, p. 159). Acontece, portanto, uma inversão na relação homem-objeto, pois em vez de o objeto estar a serviço do homem, é o homem que serve o objeto. O homem não tem mais o controle da distribuição do produto do seu trabalho, pois aquilo que o próprio trabalhador produz é apropriado por outros. Assim, o próprio trabalhador é considerado como um bem comprado e vendido no mercado, não tendo o poder de influenciar no destino da sua produção. Para Marx (1993, p. 159),

[...] o trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior número de bens produz. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens.

Ora, isso mostra uma relação entre objetos, o valor mercadoria do homem é subordinado ao valor mercadoria dos objetos em si. Porém, ao produzir algo, o homem reconhece-se no objeto produzido, pois o produto do trabalho é o trabalho que se fixou no objeto. O homem se reconhece como criador, produtor. É através dele que existem os objetos e essa objetivação. Quando há alienação, esse processo de objetivação é deturpado.

Antes o homem se relacionava com o objeto por ele produzido; agora o produto se volta contra ele, e “[...] o objeto produzido pelo trabalho, o seu produto, se lhe opõe como ser estranho, como um poder independente do produtor.” (MARX, 1993, p. 159).

O homem é alienado do seu produto, porque o mesmo aparece-lhe como ser estranho. Assim, “a realização do trabalho aparece na esfera da economia política como desrealização do trabalhador, a objetivação como perda e servidão do objeto, a apropriação como alienação.” (MARX, 1993, p. 159). O homem encontra-se privado da realidade. O produto se torna autônomo do produtor. E, se o produtor precisar do objeto, precisará adquiri-lo, terá que comprá-lo, pagar um determinado valor pelo objeto que produziu. Assim,

[...] o trabalho transforma-se em objeto, que ele só consegue adquirir com o máximo esforço e com interrupções imprevisíveis. A apropriação do objeto manifesta-se a tal ponto como alienação que quanto mais objetos o trabalhador produzir tanto menos ele pode possuir e mais se submete ao domínio do seu produto, do capital. (MARX, 1993, p. 159).

O objeto produzido pelo homem volta-se contra o próprio produtor, pois é uma relação entre o trabalho e o objeto de trabalho. Quanto mais produz, mais se distancia. Para Codo (1985, p. 19) “[...] no trabalho, organizado na sociedade capitalista, ocorre uma ruptura, uma cisão, um divórcio entre o produto e o produtor, o trabalhador produz o que não consome, consome o que não produz”. Quanto mais riqueza o homem produz, menos humano ele fica. Assim, Marx (1993, p.160) ressalta que:

[...] o trabalhador põe a sua vida no objeto; porém, agora ela já não lhe pertence a ele, mas ao objeto. Quanto maior a sua atividade, tanto mais o trabalhador se encontra sem objeto. O que se incorporou no objeto do seu trabalho já não é seu. Assim, quanto maior é o produto, tanto mais ele fica diminuído. A alienação do trabalhador no seu produto significa não só que o trabalho se transforma em objeto, assume uma existência externa, mas que existe independentemente, fora dele e a ele estranho, e se torna um poder autônomo em oposição com ele; que a vida que deu ao objeto se torna uma força hostil e antagônica.

Sendo assim, o trabalhador está sempre em desvantagem, pois:

[...] quanto mais o trabalhador se apropria pelo trabalho do mundo externo, da natureza sensível, tanto mais se priva dos meios de existência, [...], portanto, o trabalhador torna-se servo do objeto; em primeiro lugar, pelo fato de receber trabalho; em seguida, pelo fato de receber meios de subsistência. (MARX, 1993, p. 160).

A relação entre o trabalhador e o produto do seu trabalho é uma relação de perda no ato de produção, pois o trabalho em vez de enriquecê-lo, está cada vez mais o explorando e empobrecendo-o. Assim, todo o produto resultado de seu trabalho foge-lhe de suas mãos de maneira sutil, deixando ao trabalhador apenas uma quantia denominada salário. Conseqüentemente, quanto mais o trabalhador produz mais ele se desgasta.

O homem, ao trabalhar, ajuda a construir grandes obras, maravilhas para os ricos, mas, por outro lado, produz privação a si mesmo. O trabalho,

[...] produz maravilhas para os ricos, mas produz desnudez para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas mutilação para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas joga uma parte dos trabalhadores de volta a um trabalho bárbaro e faz da outra parte máquinas. Produz espírito, mas produz idiotia, cretinismo para o trabalhador. (MARX; ENGELS, 1984, p. 152).

O processo de produção passa a ser cada vez mais dolorido, desgastante para o trabalhador e, ao mesmo tempo torna-se dicotômico, pois este é capaz de construir casas, mas não tem onde morar; produz uma diversidade de alimentos e, no entanto, está sujeito a fome. O trabalho, que é uma capacidade exclusiva do homem, ao qual deveria realizá-lo por completo, acaba desgastando-o, conduzindo-o a uma pobreza extrema e deixando-o frustrado.

### 3.3.2 A alienação no ato de produção: no trabalho

Como desenvolvido acima, ao trabalhar o homem torna-se alienado pelo objeto por ele produzido. Outra forma de alienação desenvolvida por Marx é aquela de que se dá durante o processo do trabalho. Em decorrência disso, Marx (1993, p. 161-162) afirma:

Até agora, consideramos a alienação do trabalhador, só a partir de um aspecto, a saber, a sua relação com os produtos do trabalho. No entanto, a alienação não se revela apenas no resultado, mas também no processo de produção, no interior da própria atividade produtiva. Como poderia o trabalhador estar numa relação alienada com o produto da sua atividade, se não se alienasse a si mesmo no próprio ato da produção? [...]. Por conseguinte, se o produto do trabalho é a alienação, a produção em si tem de ser a alienação ativa – a alienação da atividade e a atividade da alienação.

É possível perceber que não existe somente a ruptura entre o homem e o objeto por ele produzido, mas, também a separação do homem de sua própria atividade de produção, ou seja, isto ocorre porque o trabalho não pertence à natureza humana.

A sua relação com a natureza e com os produtos do trabalho, proporciona a alienação no ato de produção. Esta forma de dependência, a alienação no ato de produção, surge de um modo sorrateiro, devido a manifestar-se essencialmente no trabalho e nas relações de produção. Sendo assim, o trabalho é exterior para o trabalhador, pois não pertence à natureza humana, e é alienação sendo oposição à natureza. De fato, o homem não se realiza no trabalho, desgasta-se fisicamente, torna-se infeliz. O trabalhador não se sente bem, “só se sente em si fora do trabalho, enquanto no trabalho se sente fora de si. Assim, o seu trabalho não é voluntário, mas imposto, é trabalho forçado.” (MARX, 1993, p. 162). Através da relação perversa do trabalhador na sua atividade laboral, não produz satisfação tornando-se um processo penoso. Sendo assim, este só se sente livre no momento que não está trabalhando. Isso ocorre porque essa relação do trabalhador com a sua própria atividade é uma relação angustiante, pois é um momento de tortura, sofrimento, que não lhe pertence. É um trabalho em que o homem se aliena. De fato, todo trabalho é exterior ao homem, isto é,

[...] a exterioridade do trabalho para o trabalhador transparece no fato de que ele não é o seu trabalho, mas o de outro, no fato de que não lhe pertence, de que no trabalho ele não pertence a si mesmo, mas a outro. Assim como na religião a atividade espontânea da fantasia humana, do cérebro e do coração humanos, reage independentemente como uma atividade estranha, divina ou demoníaca, sobre o indivíduo, da mesma maneira a atividade do trabalhador não é a sua atividade espontânea. Pertence a outro e é a perda de si mesmo. (MARX, 1993, p. 162).

O trabalho como sendo exterior à própria natureza humana torna-se prejudicial a ele. Pois, como foi dito, a alienação se dá no objeto, e este lhe foge como um ser estranho. Com isso, o trabalhador além de perder o objeto por ele produzido, perde também sua identidade, torna-se cada vez mais pobre e alienado no ato de produção. Assim sendo, o trabalho conduz à morte o ser humano que trabalha, pois quanto melhor é o seu produto, tanto mais deformado e arruinado fica o produtor.

Portanto, além do trabalhador produzir o objeto e este voltar-se contra o mesmo, gerando a alienação do objeto, surge também a alienação no ato de produção, na qual o trabalhador não consome o produto por ele produzido. Sendo assim, além do trabalho

tornar-se opressor, o trabalhador perde a sua dignidade ao produzir, e assim também perde a sua liberdade no ato da produção.

### 3.3.3 O homem alienado de seu gênero: do universal

O homem é um ser alienado de seu gênero, devido à autoconsciência e à universalidade (características de um ser específico). Através da autoconsciência, o homem produz objetos e os torna seus. Ele sabe o que produz e porque o produz. Além disso, o caráter de universalidade possibilita-lhe fazer o uso de todo o reino da natureza inorgânica, permitindo-lhe a sobrevivência do gênero.

O homem age na natureza e se transforma nela através da produção. É isso que garante a sua sobrevivência e mantém a sua relação com a mesma. (Marx,1993).

Toda essa universalidade que o homem tem, consiste no fato de que ele apropria-se de todo o reino da natureza inorgânica para seu uso, isto é, para a produção de objetos, é necessário que o ser humano desfrute da natureza como um todo. Já os animais também produziam, mas eles produziam apenas o que lhes era imediatamente necessário para sua sobrevivência. Por outro lado, o ser humano tem a capacidade de produzir de forma universal e livre. Só o homem tem a capacidade de produzir de acordo com a medida de cada espécie e, inclusive, conforme seu gênero.

O homem é alienado de seu gênero porque o seu comportamento perante o mesmo é de um ser livre e universal. Além disso, constitui a universalidade porque está ligado à natureza, ou seja, possui uma relação direta e permanente com ela, como forma de sobrevivência, “[...] o homem vive da natureza, quer dizer: a natureza é o seu corpo com o qual tem de manter-se em permanente intercâmbio para não morrer.” (MARX, 1993, p. 164).

Isso significa que o homem é uma parte da natureza, como também a natureza, é o corpo inorgânico do homem. O ser humano, para sobreviver, tem de trabalhar e, ao trabalhar, não só aliena a natureza de si próprio, como também aliena-se de si mesmo, ou seja, aliena igualmente o homem a respeito de seu gênero. Na sua vida genérica, o ser humano, conscientemente, atua sobre a natureza, diferenciando-se dela e, também sobre si mesmo. O homem é considerado um ser genérico porque ele é um ser mortal, pois tem um início e um fim. Possui uma relação universal, porque é ativo e habita na natureza. Assim, para o homem manter sua existência física, tem de trabalhar, ou seja, o trabalho surge

como a única forma de satisfazer à sua necessidade, que é a sobrevivência. “O trabalho alienado inverte a relação, uma vez que o homem, enquanto ser consciente, transforma a sua atividade vital, o seu ser, em simples meio de sua existência.” (MARX, 1993, p. 165). A vida do homem revela-se simplesmente apenas como meio de vida. O homem que possuía a vida genérica, passa a possuir a vida individual, e através desta, deixa de viver em sociedade. É através da individualidade que o ser humano é alienado de seu gênero. Um depende do outro, ou seja, um necessita do outro para sobreviver.

O homem, ao trabalhar, não produz apenas o necessário para si, produz também para os outros, sendo alienado de seu gênero. Porém, com

[...] a construção prática de um mundo objetivo, a manipulação da natureza inorgânica, é a confirmação do homem como ser genérico consciente, isto é, ser que considera a espécie como seu próprio ser ou se tem a si como ser genérico. Sem dúvida, o animal também produz. Faz um ninho, uma habitação, como as abelhas, os castores, as formigas, etc. Mas só produz o que é estritamente necessário para si ou para suas crias; produz apenas numa só direção, ao passo que o homem produz universalmente. (MARX, 1993, p. 162).

Os animais, por serem irracionais, produzem somente o necessário para a sua satisfação. Por outro lado, o homem, por possuir consciência, necessita cada vez mais de objetos para satisfazer suas necessidades e garantir sua sobrevivência. Em decorrência disso, satisfazendo a primeira necessidade, o homem em seguida, vai criando cada vez mais novas necessidades para a sua sobrevivência, tornando-o seu semelhante ainda mais concorrente. Assim, o semelhante do seu gênero torna-se para o outro um ser estranho, torna-se uma ameaça.

### 3.3.4 O homem alienado do seu semelhante: do igual

O trabalho alienado faz do ser genérico do homem um meio de sua existência individual, à medida que o homem se aliena do produto do seu trabalho, aliena-se no ato da produção e de seu gênero. Uma consequência imediata de tais alienações é o surgimento da quarta característica da alienação: o homem é alienado de seus semelhantes.

De modo geral, a afirmação de que o homem se encontra alienado da sua vida genérica significa que um homem está alienado dos outros, e que cada um dos outros se encontra igualmente alienado da vida humana. A alienação do homem e, acima de tudo, a relação em que o homem se encontra consigo mesmo, realiza-se e exprime-se primeiramente na relação do homem aos outros homens. Assim,

na relação do trabalho alienado, cada homem olha os outros homens segundo o padrão e a relação em que ele próprio, enquanto trabalhador, se encontra. (MARX, 1993, p. 162).

Assim, o que é válido para a relação do homem com o produto de seu trabalho, com o trabalho e consigo mesmo, é válido também para a relação do homem com o outro ser humano. Além disso, serve também para o objeto de trabalho do outro ser homem. De modo geral, esta alienação significa que o homem está alienado de seu semelhante, ou seja, se expressa na relação a que o homem está condicionado a viver, a serviço dos outros colegas.

Para melhor ressaltar a alienação do homem referente ao seu semelhante, parte-se do fato econômico, o trabalho alienado.

É a negatividade do trabalho no interior do estranhamento que leva o ser humano a estranhar-se de si mesmo. Na medida em que o trabalho rebaixa a atividade humana a mero meio de subsistência, a própria vida humana transforma-se num meio de efetivação da atividade estranhada. (RANIERI, 2001, p. 61).

De fato, o homem encontra-se sempre em desvantagem, se não está alienado no ato de produção, está alienado do objeto por ele produzido, ou ainda, “[...] se o produto do trabalho me é estranho e se contrapõe a mim como poder estranho, a quem pertencerá então? Se a minha própria atividade não me pertence, se é uma atividade alheia, forçada, a quem pertencerá, portanto?” (MARX, 1993, p. 167).

Dessa forma, sempre que o produto lhe é estranho, torna-se possível a afirmação de que este pertença a outro ser humano. Marx procurou explicitar tal estranhamento, dizendo que

[...] se o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, se a ele se contrapõe como poder estranho, isto só é possível porque o produto do trabalho pertence a outro homem distinto do trabalhador. Se a sua atividade constitui para ele um tormento, tem de ser fonte de gozo e de prazer para outro. Só o homem, e não os deuses ou a natureza, é que pode ser este poder estranho sobre os homens. (MARX, 1993, p. 167).

Assim, percebe-se que o homem se relaciona com a sua própria atividade como uma atividade não livre, e também como uma atividade a serviço de outro ser humano. O meio pelo qual ocorre esta alienação é um meio prático, pois o homem, ao perder a conjuntura das características que faz parte do ser humano, perde também o respeito que tem em relação aos mesmos. Dessa forma, como o homem é alienado do seu semelhante, também ocorre no mundo das mercadorias.

### 3.4 A práxis docente e suas especificidades

A práxis segundo Vázquez (1977, p. 5) “[...] é a categoria central da filosofia que concebe ela mesma não só como interpretação do mundo, mas também como guia de transformação.” No entanto, entre a interpretação e a transformação está a postura do militante que intercala a práxis à observação da realidade. Por isso, o autor defende que a participação dos filósofos não esteja somente na interpretação da realidade, mas na sua transformação o que não descarta sua abstração real.

O que preocupa, neste sentido, é o aspecto fenomênico do trabalho abstrato. No momento em que há substituição do trabalho em si pela preocupação que lhe concerne, acontece ali a transformação da realidade objetiva, que reflete nas relações humanas estabelecidas. O homem perde assim a consciência de que o mundo é parte de sua criação, e a preocupação passa a ocupar este espaço. Esta forma de pensar é melhor desenvolvida por Kosik (1995, p. 75), para quem o

[...] preocupar-se é a práxis no seu aspecto fenomênico alienado, que já agora não alude à gênese do mundo humano (o mundo dos homens, da cultura humana e da humanização da natureza) mas exprime a práxis das operações diárias, em que o homem é empregado no sistema das ‘coisas’ já prontas, isto é, dos aparelhos, sistema em que o próprio homem se torna objeto de manipulação. A práxis da manipulação (faina, labuta) transforma os homens em manipuladores e objetos de manipulação.

Percebe-se assim, que a preocupação segundo Kosik (1995) trata de criticar as ações exercidas mecanicamente, num processo contínuo de repetição. Agindo assim o homem está coisificando sua práxis, ocupando seu tempo, não com algo a ser criado, mas apenas em ocupar-se com o já criado. Para romper este círculo o homem precisa abstrair-se num processo de distanciamento para assim conseguir exercer uma violência sobre sua práxis. (KOSIK, 1995). Dessa forma, conseguirá ter elementos do cotidiano alienado.

Diante disso, nos propomos a analisar a práxis do docente e o que lhe concerne. Cabe num primeiro momento algumas tecermos conceituações fundamentais no que tange este trabalho, iluminadas, desde já, pelos conceitos da teoria marxista. Fernandes (2013, p. 6) refere que:

A práxis docente é permeada pela colocação de ações teleológicas que objetivam a transformação da consciência de outros homens e não a modificação de objetos naturais em matéria-prima. A atividade educativa não estabelece um intercâmbio orgânico com a natureza, visando a (re)produção da riqueza social, tal como ocorre com o trabalho proletário.



Estas ações teleológicas podem se divididas em primárias e secundárias sendo que as primárias referem-se à transformação direta da natureza para a satisfação das necessidades humanas, já as secundárias estão relacionadas às atividades sociais. Assim, a atuação dos professores não está relacionada aos objetos naturais, mas as relações sociais. Lessa (2011, p. 173) diferencia o trabalho proletário do trabalho docente:

No caso do proletário, temos o ‘processo entre homem e natureza’; no caso do professor, a relação é exclusivamente entre seres humanos. Isso não significa que a práxis do professor não tenha que recorrer a instrumentos que são natureza transformada, como o giz e a sala de aula. Mas a função social do professor não é a produção destes produtos, mas sim atuar na transformação da substância da personalidade de seus alunos pelo ensino de novos conhecimentos, costumes, valores etc.

Observa-se que o objeto do trabalho educativo está nas relações sociais e não em produzir algo concreto, material. O trabalho se caracteriza na transformação da consciência e personalidade do estudante. O mesmo autor acrescenta:

O resultando do trabalho do mestre-escola, por seu lado, se exaure no momento em que é objetivado e dele não resulta nenhuma “coisa” equivalente a um “meio de produção ou meio de subsistência”. Por isso, do trabalho abstrato do mestre – escola não resulta qualquer produto final que possa servir de meio de acumulação. (LESSA, 2011, p. 177).

Quanto à inserção da práxis educativa na estrutura produtiva, Marx (2015) utiliza uma comparação celebre onde compara o proletário na “fábrica de salsichas” e o professor na “fábrica de ensinar”. Para Marx (2015, p. 578), nesta situação específica há produção de mais-valia em ambos a

[...] produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que produza em geral. Ele tem de produzir mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. Se for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, então um mestre-escola é um trabalhador produtivo se ele não apenas trabalha as cabeças das crianças, mas extenua a si mesmo para enriquecer o empresário. O fato de que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa fábrica de salsichas, não altera nada na relação.

Sob a ótica da produção e mais-valia, ambos os casos se assemelham, porém, o que diferem é a natureza de cada um dos trabalhos, ou seja, os sujeitos envolvidos, a

relação com os objetos utilizados e as ideias em movimento. Através do exemplo que Marx utilizou podemos também diferenciar o trabalho em produtivo e improdutivo. Para a concepção marxista, o trabalho produtivo é aquele que produz mais-valia ao dono do capital. O trabalho docente também pode ser gerador de mais-valia quando enriquece o dono da escola, no caso quando esta é particular. Por sua vez, a mais-valia não pode ser extraída da mesma forma que de um operário de uma fábrica, pois cada um dos ofícios tem natureza e singularidade própria. O operário produz um produto quantificado, objetivo, ao passo que o professor não, trabalha a consciência do aluno que é imaterial. Mas mesmo assim produtor de mais-valia. Já o trabalho improdutivo é aquele que não produz mais-valia (caso do professor da esfera pública). Este recebe seu salário, que provém do estado e não do dono do capital, assim, não está exercendo a função com o objetivo de produzir capital (LESSA, 2011).

É possível encontrar discussões contemporâneas que diferem o trabalho intelectual do trabalho manual. (LESSA, 2011). O trabalho manual de transformação da natureza em objetos estaria relacionado aos proletários e o trabalho intelectual aos professores. Embora esta classificação possa ser feita, não necessariamente exime a exploração do professor pelo capital.

Tumulo; Fontana (2008) exemplificam o trabalho docente no sistema capitalista classificando quatro situações em que podem ser encontradas. Segundo esta classificação é possível quando o trabalho docente é exercido pelo valor de uso ou pelo valor de troca. A primeira delas refere-se à docência sendo exercida como um simples trabalho, ou seja, um professor que ensina seu filho a ler e a escrever. Neste caso trata-se da produção de um valor de uso sem produção de mais-valia. Uma segunda situação se refere a um professor que ministra aulas particulares. Neste caso ele exerce sua profissão, produzindo ensino como uma mercadoria que vende. Nesta situação há um valor de troca, porém sem produção de mais-valia, vende diretamente sua força de trabalho em que é o proprietário dos meios de produção. A terceira forma de exercer a profissão docente é quando este trabalha na rede privada de ensino. Neste caso o professor vende sua força de trabalho a um proprietário de uma escola. Há um valor de troca com produção de mais valia ao dono do capital, sendo um trabalhador produtivo. É o caso exemplificado por Marx (2015) do trabalhador da fábrica de ensinar para o trabalhador da fábrica de salsichas. Por fim, temos o professor da escola pública. Neste caso o professor vende a força de trabalho para o estado, produzindo assim um valor de uso e não de troca e não havendo mais-valia.

(TUMULO; FONTANA, 2008). Estas quatro situações distintas de exercício da profissão docente, possuem a mesma identidade referindo-se ao ato de ensinar, estabelecem relações de produção totalmente diversas.

Para Santos (1998) não há consenso quanto às análises das condições do trabalho docente sob a ótica da proletarização, porém, vários elementos indicam que esteja acontecendo. O autor destaca a fragmentação do trabalho docente numa divisão técnica de trabalho seguindo a lógica Taylorista de maior eficiência com menor racionalização; o trabalho docente reduzido repetição de conteúdos; a necessidade de vender sua força de trabalho, por um salário para subsistir; a baixa qualificação dos profissionais da educação o que contribui para a manutenção do quadro de professores proletarizados. (SANTOS, 1998). Estas são características de um processo de proletarização.

Tumulo; Fontana (2008, p. 164) por sua vez são mais categóricos em afirmar que os professores estão sendo transformados em proletários. O professor

[...] vem sofrendo um processo de proletarização que o assemelha ao trabalhador fabril. A crescente desqualificação e fragmentação do seu trabalho, a “popularização” do ato de ensinar, o desprestígio social da ocupação, a baixa remuneração e a presença dos especialistas na escola são fatores que induzem a categoria à sua proletarização.

Para Ferreira (2011) os docentes segundo ele, sempre foram proletários, já que nunca foram donos de meios de produção, o que seria mais adequado falar em pauperização/alienação desta categoria. “Os docentes apenas veem aprofundando o sofrimento que o trabalho alienado, fruto do capitalismo gera: ao invés de realizador das aspirações humanas, é um momento de seu esgotamento e degradação.” (FERREIRA, 2011, p. 66). Assim, há que se fazer uma diferenciação entre a proletarização e profissionalização.

é possível constatar que a proletarização é percebida como um processo inerente à desqualificação e precarização do trabalho docente, em decorrência das mudanças ocorridas na sociedade capitalista e, como consequência, no processo de trabalho do professor. Ao contrário da proletarização, a profissionalização é afirmada como um movimento que promove a categoria do magistério à consolidação desses trabalhadores como profissionais. (TUMULO; FONTANA, 2008, p. 164).

Consideramos importante trazer a tona esta questão da relação dos trabalhadores docentes enquanto classe social. Esta discussão torna-se necessária no entendimento do papel que os professores têm, não apenas enquanto tal, mas como processo revolucionário de transformação. Sua importância segundo Tumulo; Fontana (2008, p. 174) está, “[...] não

‘como classe-em-si’, mas como ‘classe-para-si’, classe revolucionária, síntese histórica de todas as classes e segmentos sociais que se contrapõem ao sistema sociometabólico do capital.”

Assim, consideramos importante estes aspectos que caracterizam a práxis docente, para que de posse destes conhecimentos, construídos historicamente, os trabalhadores possam criar mecanismos de superação das condições de alienação as quais estão submetidas. Esta compreensão social do trabalho docente, iniciado por Marx, ajuda no entendimento de muitas situações que são particularmente estressoras do trabalhador docente como veremos a seguir. Esta forma de análise do mal estar docente ajuda a desconstruir algumas ideias ainda vigentes de dualidade na compreensão do ser humano, de que corpo e mente são entidades separadas. Entender os fatores alienantes ligados a muitos fatores estressantes, e vice versa, significa analisá-los sob um olhar ampliado como sendo portador de diversas especificidades.

#### 4 CRONIFICAÇÃO DO ESTRESSE E BURNOUT NO TRABALHO DOCENTE

As exigências vigentes em nossa sociedade e a responsabilidade social do trabalho docente são fatores que causam angústia no professor, uma vez que ele tem que estabelecer relações saudáveis com os alunos, ensinar princípios éticos, atuar com autoridade, dar limites e solucionar as diversas situações conflitantes ocorridas no cotidiano escolar. Em muitos casos, o trabalho do professor se torna estressante e desmotivador.

O estresse é um problema comum no organismo e indispensável para a sobrevivência humana e, segundo Selye (1965, apud BENEVIDES-PEREIRA, 2002), é uma reação específica do organismo mediante qualquer exigência e apresenta três estágios: reação de alarme, fase de resistência e fase de esgotamento. Na primeira (fase de alarme), o organismo reage imediatamente aos estímulos os quais são expostos, sejam estes internos ou externos. Posteriormente advém a fase de resistência, na qual ocorre a tentativa de adaptação do organismo frente à situação estressora. Contudo, caso não tenha êxito, o indivíduo passa à terceira fase (esgotamento ou exaustão), na qual, o agente estressor atua de maneira muito severa, levando o organismo a uma doença ou a um colapso.

É consenso que o estresse vem se tornando um problema com dimensões cada vez maiores nas organizações. E algumas causas tais como: excesso de carga de trabalho, a falta de tempo para refletir, a falta de tempo para concluir os serviços e a necessidade de realizar muitas tarefas diferentes ao mesmo tempo são as maiores causas de estresse na atualidade. Para Frank (2000 apud ROBBINS, 2005) o estresse é um processo dinâmico no qual um indivíduo é confrontado com uma oportunidade, limitação ou demanda em relação a algo que busca, e que por sua vez, o resultado disto é percebido, simultaneamente, como importante e incerto.

O dicionário Houaiss traz uma definição mais objetiva do qual se fundamenta num conceito da medicina ao afirmar que o estresse é um “[...] estado gerado pela percepção de estímulos que provocam excitação emocional e, ao perturbarem a homeostasia, levam o organismo a disparar um processo de adaptação caracterizado pelo aumento da secreção de adrenalina com várias consequências sistêmicas.” (HOUAISS, 2008, p. 1264). Estas reações instintivas do organismo às perturbações e agressões externas podem ser de ordem física, infecciosa, psíquicas e emocionais dentre outras as quais provocam um desequilíbrio no organismo. Kopolow (apud FIORELLI, 2007) diz que encontram no cotidiano os fatores provocadores de estresse e podem ser oriundos tanto da atividade física quanto da

atividade mental ou emocional. Para ele o estresse é tão individual que o que pode ser relaxante para alguém é estressante para o outro.

O comportamento descontrolado típico de pessoas estressadas é causado por vários fatos encontrados nos dias de hoje, como a sobrecarga do trabalho, quando se precisa estar sempre atualizado e correndo atrás das novidades. A família que cada vez mais é deixada de lado, os fatores emocionais, de responsabilidade e consigo mesmo. Os problemas de saúde dos docentes vêm sendo estudados a partir de 1960 na Europa e, no Brasil a partir da década de 1970. Segundo Martínéz et al. (1997), na década de 1980, vários autores centraram as suas reflexões sempre na educação, chamando a atenção para a figura do docente e buscando decifrar os efeitos que podem estar sofrendo pela racionalização de seus trabalhos. (apud VIEIRA, 2007).

Vieira (2007) refere que diversos estudos (MORENO-JIMÉNEZ; GARROSA; GONZÁLES, 2000; CODO, MENEZES, 1999; BYRNE, 1994) apontam que uma das categorias profissionais mais atingidas pelo desgaste profissional é a dos professores. O estresse já é reconhecido por organismos internacionais como enfermidade profissional.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) considera o estresse um risco ocupacional significativo da profissão. Estudos realizados pela própria organização, apontam que, desde 1957, tem sido abordada a situação de comprometimento do trabalho dos professores relacionada com situações particulares do exercício profissional, no quadro de mudanças sociais mais gerais e abrangentes. A referência a estes estudos, registrada numa publicação posterior da OIT revela que é longa a suposição de existência de situações de desgaste do professor que poderiam estar associadas não só ao excesso de alunos em sala de aula, mas a outras influências da jornada e das condições gerais de trabalho, acrescidas da condição de enfrentamento do professor de questões de ordem social e econômica, tais como desprestígio da profissão e a exposição a situações da vida social moderna, consideradas estressantes. (OIT, 2012).

Nos relatórios sobre o trabalho de professores, divulgados pela OIT em 1981, 1984 e 1991 são explicitados resultados de levantamentos, realizados em diferentes países, que indicam o desgaste dos profissionais, a propensão à exposição contínua a situação de estresse, a partir de algumas variáveis como: volume e intensidade do trabalho docente; situações impostas para a carreira, tais como avaliações de desempenho e concursos para cargos de progressão funcional ou de salários; embates da carreira docente como classe profissional; modificações no status social da profissão decorrentes de perdas salariais e de

significado social da profissão; modificações nas exigências de jornada de trabalho e de indicadores de competência decorrentes de modificações no trabalho do professor como consequências de novas situações sociais (tais como aumento de número de alunos em classe, perda de autonomia no trabalho e desgaste da relação professor aluno), assim como indicação de quadro de doenças profissionais a que estão mais propensos os professores. (OIT, 2012).

Os três relatórios divulgados pela OIT (2012) sobre as condições de trabalho dos professores oferecem assim, um conhecimento sistematizado da profissão docente frente às condições degradantes na vida social no final do século XX. Estes estudos, entretanto, desenvolvidos segundo a perspectiva da Sociologia do Trabalho, foram realizados sob as mesmas dimensões dos estudos que investigam outros grupos profissionais, procurando relacionar situações particulares de saúde e doença com as características do trabalho. Eles possibilitam concluir, de um modo geral, através dos perfis confeccionados para os professores e das características da profissão, que o grupo profissional está sujeito, como muitas outras categorias ocupacionais, a estresse e adoecimento decorrentes da degradação da qualidade da vida profissional, que estaria associada com a queda de outros indicadores de qualidade de vida da população, em geral. Os relatórios não contemplam dimensões do trabalho docente sob as condições de adversidade social e violência na escola.

Um fato importante e que costuma ser menosprezado é a de que os fatores de estresse são cumulativos. (GENUÍNO; GOMES; MORAES, 2010). O estresse se intensifica a cada fator novo e persistente, fazendo com que seu nível cresça no indivíduo. Portanto, um fator pode ter pouca importância quando analisado isoladamente, porém quando observado em conjunto com outros fatores, pode tornar-se o estopim quando adicionado a um nível de estresse já alto.

Os estudos que analisam a síndrome de *burnout* em professores discutem as situações da profissão docente que estão relacionadas com uma possível síndrome de desistência frente ao magistério, que se configura como uma desistência psicológica para o desempenho da profissão e que afeta diferentes grupos profissionais, como “[...] uma síndrome da desistência de quem ainda está lá, já desistiu mais permanece no trabalho.” (CODD, 1999, p. 34).

Os professores, acometidos por esta síndrome, vivem sob uma situação crônica de tensão emocional, de insatisfação com o que fazem, mas persistem nesta situação de desconforto. Aqui, enquadram-se as pesquisas desenvolvidas na perspectiva da Psicologia

do Trabalho, de forma particular sobre a saúde e qualidade de vida de trabalhadores na contemporaneidade e as suas repercussões no próprio ambiente de trabalho. Trata-se de uma dimensão de análise mais recente e que, no Brasil, tem sido assumida de forma pioneira pelo Laboratório de Psicologia do Trabalho da Universidade de Brasília. Essa equipe da Universidade de Brasília (UNB) tem desenvolvido uma metodologia de trabalho e uma teoria de investigação sobre a relação entre saúde mental e trabalho desde 1979. (CODO, 1999).

Não existe um consenso sobre a definição da síndrome, mas ela se refere a um processo de resposta ao estresse crônico no trabalho. (ABREU et al. 2002) . Não é o próprio estresse, mas, a forma de reação a ele com atitudes de desistência e alheamento durante o exercício das atividades profissionais e frente às responsabilidades do cargo ou da função. Expressa um quadro de condutas negativas com relação ao usuário ou clientes e à organização do trabalho, que acarretam problemas de ordem prática e emocional ao trabalhador e ao local, afastamento ou rompimento com os compromissos e as responsabilidades da profissão.

A síndrome de *burnout* está revelada numa certa atitude não só de descontentamento, mas de negação passiva daquilo que faz: o sujeito está perdido e não tem estratégias para enfrentar o que sente. Tem como explicações ou sintomas: um estado de exaustão resultante de trabalhar até a fadiga deixando de lado as próprias necessidades; trabalho executado sob tensão emocional resultante de contato excessivo com outros seres humanos que também se encontram sob situações insatisfatórias de trabalho e de vida; o trabalho é estressante, frustrante e monótono; é resultante e resulta em discrepância entre esforço e resultado daquilo que o profissional realiza; demonstra impossibilidade de estabelecimento de vínculo afetivo com o trabalho executado. (CODO, 1999).

Os estudiosos da Síndrome de *burnout* na profissão docente, também, têm procurado explicar suas causas na situação da escola da sociedade contemporânea: mudanças da função pedagógica da escola, que, diante do agravamento da crise social foi imbuída de tarefas desafiadoras para as quais os docentes não estão preparados; mudanças do estatuto social do professor marcado por desvalorização social e perda salarial; evidências da proletarização da classe docente nas atuais relações de trabalho; fragilidade da cultura docente que não se reconstruiu na nova realidade da educação e se apega os valores e princípios já superados; multiplicação e acúmulo de atividades atribuídas ao professor pelas atuais instituições de ensino; influência dos agentes de socialização (mídia)



nas personalidades dos alunos e nas relações sociais; sobrecarga de trabalho mental; conflitos entre a vida profissional e a vida doméstica ou familiar. (CODO, 1999).

Em um mundo em constante mudança, onde a busca pelo capital se torna cada vez mais intensa e necessária para a sobrevivência do homem; esse mundo mutante sem educação não existiria. Preocuparmo-nos com a qualidade de vida docente, ou melhor, nos dedicarmos ao estudo da qualidade de vida docente torna-se também necessário, pois uma sociedade sem educação é uma sociedade doente, ou seja, sem limites, sem orientação, sem parâmetros para evoluir em prol do bem comum.

#### 4.1 Conceituando Estresse

Busca-se através deste trabalho entender o estresse e a sua cronificação através do desenvolvimento da síndrome de *burnout*. Contudo, antes de analisarmos o *burnout* na profissão professor, é necessário que se entenda o que os achados científicos relatam a respeito do estresse no exercício da docência, bem como suas causas, suas consequências e implicações para esta categoria.

Um primeiro aspecto a ser levado em consideração na análise das situações estressantes no qual os docentes estão submetidos, não pode ser feita de forma isolada. Um estudo mais aprofundado das condições do exercício docente necessariamente passa por uma abordagem interdisciplinar. De uma abordagem psicológica em que são tratadas questões da individualidade dos professores num processo de aumento de ansiedade, perpassando por questões sociotrabalhistas, bem como análises das situações atuais que passam os professores. O reconhecimento de uma realidade que sofre a influência de múltiplos elementos de forma complexa. (ZARAGOZA, 1999).

Diante da vasta abrangência de discorrermos sobre o tema, iniciamos por fazer uma opção terminológica de utilização temática neste trabalho. A literatura nos apresenta a possibilidade de utilização de dois vocábulos: “estresse” e “stress”, para designar um processo que o ser humano passa diante de situações atípicas. Contudo, neste trabalho, buscaremos unificar adotando pela primeira (estresse) por se tratar de um termo corrente incluso na língua portuguesa, já que a segunda opção (*stress*) tem sua origem inglesa. (WITTER, 2003).

A literatura nos apresenta vários entendimentos sobre o termo estresse. Percebe-se que análise terminológica do vocábulo foi evoluindo historicamente. Os estudos sobre o bem estar iniciaram na segunda metade do século XIX, com o fisiologista francês Claude

Bernard, que defendeu que a habilidade do organismo em manter a constância do seu ambiente interno, mesmo com mudanças externas é fator principal para a manutenção do bem estar. (CANOVA; PORTO, 2010).

Posteriormente, Selye (1956 apud CANOVA; PORTO, 2010) médico e cientista austríaco, pioneiro nas pesquisas sobre o estresse o conceituou como sendo o total de todos os efeitos não específico de fatores que podem agir sobre o corpo. Segundo refere o médico austríaco, a síndrome do estresse pode se manifestar de duas maneiras: através da síndrome de adaptação geral e da síndrome de adaptação localizada. Na síndrome de adaptação geral (SAG), o organismo como um todo se mobiliza para tentar resgatar o equilíbrio perdido. Para ele a SAG é dividida em três fases: a fase de alerta, a fase de resistência ou adaptação e, por fim a fase de exaustão.

Selye (1956) refere que todas as pessoas experimentariam os dois primeiros estágios em momentos da vida. Contudo, o terceiro denominado de exaustão, por ser o mais severo, diante das continuadas exposições ao mesmo estressor, os sinais reaparecem, e passam a ser irreversíveis, sendo que o indivíduo não resistiria e faleceria. Ampliando o conceito Lazarus e Folkman (1984) relatam que apesar de não discordarem da ideia de que o estresse é uma resposta fisiológica ao estressor, incluem uma versão psicológica. Com a ampliação conceitual, os autores passaram a defender uma ideia de que existe uma reação emocional concomitante às situações que são avaliadas como estressantes. (CANOVA; PORTO, 2010).

Witter (2003) elenca em seu trabalho a conceituação do termo no dicionário Houaiss. Descreve que, desde o ano de 1975, o termo estresse já estava oficialmente incluso no léxico, bem como que sua origem é médica. Indica-se através do termo um estado de percepção de estímulos que provocam excitação emocional e, ao perturbarem a homeostasia, levam o organismo a disparar um processo de adaptação da secreção de adrenalina, com várias consequências sistêmicas.

Observa-se que a terminologia estresse vem sofrendo alterações com o avanço do seu entendimento dinâmico e o conhecimento das suas implicações. Essa evolução vem ao encontro das novas pesquisas desenvolvidas.

Devido à importância social da educação, grande parte da sociedade não busca compreender as causas dos vetores que levaram a frustração do profissional. Assim, justifica-se um estudo mais aprofundado sobre o tema.

## 4.2 Causas e consequências do estresse no professor

Após esta primeira análise conceitual do termo estresse, buscou-se entender a relação entre estresse, professor e suas condições para surgimento.

O estresse faz com que o docente avalie como ruim o seu estilo de vida. Santos e Marques (2013) contribuem para esta reflexão quando afirmam que a percepção de saúde geral dos professores é ruim ou regular e em níveis de estresse elevado. O estresse se torna um importante fator para a percepção da saúde geral, tanto na percepção boa quanto para as ruins. Assim, quando o educador se encontra em nível de estresse elevado, sua percepção de saúde será afetada.

### 4.2.1 Causas do estresse do professor

Witter (2003) cita como causas estressoras a ausência ou ineficiência de sistemas de recompensas, a falta de investimento no professor e a falta de reciprocidade entre demanda e possibilidade de atendê-la estão altamente correlacionadas com o estresse, com consequente abandono do trabalho.

Na sequência apresentaremos algumas referências comuns, paralelas ou divergentes de alguns autores em suas pesquisas, no que se referem a causas estressoras, na prática docente.

#### Problema social

O estresse vem sendo considerado como problema de ordem social de grande relevância, uma vez que vinculado a grandes custos organizacionais e pessoais. Para Luchesi; Mourão; Kitamura (2010) a sociedade tem depositado nos últimos tempos, unicamente na escola a função de educar, eximindo a família deste encargo. Esse fato passa a ser entendido como um problema de ordem social, diante do processo de delegação para a escola de questões de ordem familiar. Além disso, parece haver uma dicotomia entre o que compete à educação familiar e o que realmente incumbe à educação escolar.

Moreira et al. (2010) reforça a existência de uma relação socioambiental e individual para o desenvolvimento do estresse. Entende-se por parâmetros socioambientais os que estão relacionados à educação, ao meio ambiente, à assistência médica, ao

transporte, à segurança, à moradia e ao lazer. Por outro lado, os parâmetros individuais dizem respeito à hereditariedade e ao estilo de vida dos sujeitos.

Esta pesquisa de Moreira et al. (2010), foi realizada com docentes de educação física da rede pública estadual de ensino do Paraná. Seu objetivo foi avaliar o nível de correlação existente entre as dimensões do parâmetro socioambiental (qualidade de vida no trabalho) com os componentes do parâmetro individual (estilo de vida). Participaram 654 professores (299 homens e 355 mulheres), e os instrumentos utilizados foram a “Escala de Avaliação da Qualidade de Vida no Trabalho Percebida por Professores de Educação Física do Ensino Fundamental e Médio” e “Perfil do Estilo de Vida Individual”. Os resultados evidenciaram que os professores de educação física estão insatisfeitos com a remuneração salarial, condições de trabalho e com o trabalho e espaço total de vida. No que tange ao estilo de vida a maioria apresentou comportamento positivo, porém, os fatores nutrição, atividade física e controle de estresse apresentaram grande preocupação.

#### Atividade física

Em pesquisas realizadas por Moreira et al. (2010) e Santos; Marques (2013) apresentam a atividade física como uma das grandes formas de prevenção e promoção de saúde, reduzindo riscos de desenvolverem doenças físicas, bem como auxiliando no controle do estresse. O estudo mostra que professores que praticam atividades físicas ordinárias possuem uma percepção geral de saúde maior do que os que têm um estilo de vida sedentário. Moreira et al. (2010) observou uma correlação entre a atividade física, ou sua falta dela, com o controle do estresse. Entre os fatores que mais proporcionaram uma boa percepção da própria qualidade de vida estão relacionados às atividades físicas.

A pesquisa de Santos; Marques (2013) avaliou as condições de saúde, estilo de vida e características de trabalho dos professores municipais de Bagé. Utilizou um questionário anônimo, autoaplicável, dividido em três blocos principais, abrangendo informações sociodemográficas, de trabalho e de saúde e estilo de vida. Dentre os achados, concluiu-se que a percepção de saúde esteve associada com o tempo de docência, absenteísmo, atividade física, número de refeições, nível de estresse e hipertensão arterial.

Assim percebe-se que a atividade física periódica pode ser um fator de evitação e/ou inibição do surgimento do estresse, bem como um bom instrumento de prevenção e de promoção de saúde mental e física do praticante.

## Estresse relacionado à saúde vocal

Outro fator que mereceu destaque nas pesquisas foi a saúde vocal. De forma direta no banco aqui formada para a realização deste trabalho algumas pesquisas tiveram por objetivo observar a saúde vocal do docente. De posse destes observou-se que há relação da saúde da voz com o estresse.

A voz é o principal instrumento desses profissionais (LUCHESE; MOURÃO; KITAMURA, 2010), ao estudarem a relação do estresse e a saúde vocal, observaram que o risco para o desenvolvimento de algum tipo de distúrbio vocal foi relativamente alto. Observou-se também que de forma causal ou por meio de suas consequências, os distúrbios de voz têm algum tipo de relação ao nível de estresse entre os docentes, apresentando situações de afastamento e incapacidades para desempenhar a função. (GIANNINI; LATORRE; FERREIRA, 2012).

Luchesi; Mourão; Kitamura (2010) estudaram a associação entre a indisponibilidade de tempo para um cultivo pessoal de voz e a referência a estresse vocal encontrada no presente estudo. Concluíram que a maioria das queixas dos docentes estava relacionada à necessidade de elevar a intensidade da voz devido à conversa ou indisciplina dos alunos, e/ou competição com ruídos internos e externos.

Referem-se ainda que a menor referência de estresse vocal, se comparada com o percentual de docentes que informaram ter problemas vocais, poderia estar relacionada com a não percepção dos sinais de alterações da própria voz. A menção de estresse mental, físico e emocional confirma a literatura, na qual se observa um aumento da prevalência de transtornos psíquicos na população pesquisada, diante das condições objetivas, como falta de material e ambiente adequados, e subjetivos, como a relação interpessoal com os alunos e gestores.

Por sua vez, Giannini; Latorre; Ferreira (2012) desenvolveram uma pesquisa com professores da Educação e Ensino Infantil Fundamental e Médio na rede municipal de São Paulo, com o objetivo de investigar as associações entre os distúrbios de voz e o estresse no desempenho das suas funções. Utilizou-se como instrumento a análise perceptivo-auditiva realizada por fonoaudiólogas e a escala GRBASI (*Grade, Roughness, Breathiness, Asteny, Strain, Instability*), sendo que se destacou como variáveis dos indicadores do estresse (associados aos distúrbios de voz) experiências de violência na escola,

dificuldades de relacionamento no trabalho, baixa autonomia, pouca possibilidade de criatividade nas atividades, falta de tempo para correção de tarefas e provas, além das más condições de trabalho em geral e das mudanças político-educacionais constantes. Tais características do trabalho docente podem favorecer o adoecimento físico ou psíquico do professor, porque quando o educador perde a sua voz, acaba perdendo a possibilidade de se manter na função, bem como sua identidade profissional e a sobrevivência no ofício.

Essa pesquisa concluiu que há uma profunda associação dos distúrbios da voz com o estresse no trabalho docente. Mostrou-se que os professores que possuem algum tipo de estresse tem maior propensão a desenvolverem situações adversas de saúde física e mental. (GIANNINI; LATORRE; FERREIRA, 2012).

#### Questões organizacionais - relação com a escola

Dentre as diversas causas geradoras do estresse apontadas pelas pesquisas científicas analisadas a que chama a atenção é o fator instituição. Quando a escola torna-se motivo de frustração para o professor, os resultados tendem a ser negativos. No momento em que há frustração do professor este não só mais atinge seus objetivos e metas pessoais, mas sim desenvolve o estresse e outros comportamentos negativos. Witter (2003) destaca como comportamentos negativos a agressão, a fuga, a esquiva (faltas, absenteísmo, doença), persistência em respostas inoperantes, desvio de atenção e de compromisso, negação do fato, mudanças constantes de plano de ação e de estratégia, falta de adesão ao projeto pedagógico, crítica pela crítica, oposição descabida etc.

Moreira et al. (2010), faz referência a qualidade de vida do trabalhador relacionado ao seu estilo de vida. A partir desse relato, elenca uma série de possíveis fatores causadores de estresse. A baixa remuneração, o desprestígio social, o acúmulo de funções, as condições de trabalho desfavoráveis e a elevada carga horaria laboral, aliados ao aumento da violência escolar, a má relação com a direção escolar e com seus pares e a problemas relacionados ao estresse crônico no ambiente laboral (Síndrome de *Burnout*, mal estar docente ou Síndrome do Esgotamento Profissional) tem sido elementos identificados em investigações que retratam condições desfavoráveis à prática docente e que dão indícios de influenciar negativamente a percepção dos professores de Educação Física em relação a QVT (qualidade de vida do trabalhador) e ao comportamento referente ao EV (estilo de vida).

Refere ainda, que a somatória de exigências leva a um aumento de esforços que ultrapassa os limiares adequados às condições de saúde do trabalhador. Frente ao acúmulo de trabalho, o trabalhador busca, em seu repertório, novos recursos para enfrentar a situação que se apresenta. Essa autoexigência acarreta esforço no sentido de controlar e não demonstrar cansaço, irritação, raiva. Quanto maior o cansaço, menor a participação social e em atividades de lazer, o que contribui para que o quadro se agrave continuamente.

Para Giannini; Latorre; Ferreira (2012) as causas de adoecimento geram decepção, frustração com o trabalho exercido fazendo com que o professor perca o sentido pelo trabalho levando-o até ao afastamento do exercício da docência. Essa dinâmica de forças contrárias conduz os professores ao adoecimento e, muitas vezes, à impossibilidade de manter-se na função docente. A decepção com a realidade encontrada é causa primeira da frustração com o trabalho docente. Ao abandonar a imagem idealizada e subordinar-se ao trabalho proposto, o professor elimina, em última instância, o próprio sentido do seu trabalho.

#### 4.2.2 Consequências do estresse do professor

Diante das referidas causas do estresse encontradas na literatura pesquisada para realização desta dissertação, foi possível identificar várias consequências que estas ocasionam. De forma menos exaustiva aparecem nas pesquisas que serão descritas na sequência.

O estresse vem se apresentando como um problema mundial biopsicossocial que tem sido objeto de pesquisas descritivas e funcionais que buscam as suas causas e possíveis soluções. É através destas que são desenvolvidas as programações, que refletem as melhores formas de prevenção e de possíveis intervenções. (BATISTA et al., 2003). Para melhor eficácia das aplicações cabe entender o que as pesquisas apontam como consequências do estresse.

Muitas são as manifestações consequentes do estresse na categoria docente. Batista et al. (2003), classifica num primeiro momento as que são negativas e a aquelas que podem ser positivas. Como consequências negativas elenca a fadiga, a agitação e inaptidão. Contudo, esclarece que para as consequências do estresse ser positivas, deve haver possibilidade de correção e as pessoas manifestam prazer e produtividade, já que o clima

organizacional é favorável para o nível de tensão, sendo que as exigências contínuas não devem ultrapassar o ponto ideal.

Já Witter (2003) apresenta algumas consequências somatizadoras no desenvolvimento do estresse. O autor cita uma pesquisa de Westman; Etzion (1999) em que foram analisadas as condições de estresse vivenciadas por diretores e professores de escolas de Israel. O intuito da pesquisa era de verificar se a existência de estresse entre casais refletia ou não no local de trabalho. No cruzamento das informações foi verificada significância no estresse induzido pelo trabalho, mas não a ponto de chegar ao esgotamento (*burnout*) resultante da relação professor-diretor e vice-versa. Também houve significância no cruzamento entre estresse no trabalho e na família.

Stephoe; Cropley; Joeke (2000), retomaram os estudos acerca do tema e revelam haver cooperação entre reações cardiovasculares e pressão sanguínea com testes de estresse. Para ele o estresse no professor tem sido pouco pesquisado, e as encontradas são predominantemente descritivas, não havendo praticamente produção que teste a eficiência de programas de prevenção e de intervenção para cuidar do estresse do professor. (WITTER, 2003).

#### **4.3 A Síndrome de *burnout*: causas**

A síndrome de *burnout* se apresenta como um dos grandes problemas psicossociais que afetam a qualidade de vida das pessoas e, por conseguinte, de profissionais das mais diversas áreas de trabalho. O principal objetivo de nossa pesquisa bibliográfica é investigar a incidência da síndrome do *burnout* na classe docente, sendo que o interesse e a preocupação em estudar o tema decorrem da severidade das consequências, tanto individuais, quanto organizacionais causadas pela síndrome. Para entender as consequências, buscar-se-á num primeiro momento perceber qual é o entendimento e as suas causas.

*Burnout* para Batista et al. (2010) é a síndrome mais comum dentre os transtornos mentais, que atingem os professores. Refere ser um fenômeno psicossocial que surge como uma resposta crônica aos estressores interpessoais ocorridos na situação de trabalho, que acomete profissionais que mantêm uma relação constante e direta com outras pessoas, como professores, médicos, enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais, policiais, bombeiros etc.



Witter (2003) faz referência a síndrome de *burnout* como uma exaustão emocional, despersonalização e falta de realização pessoal. Este estudo apontou que os docentes estressados compunham três grupos distintos quanto aos estressores: alunos, colegas e escola de um modo geral. Confere-se assim, que os professores não são afetados igualmente pelo estresse, uns são mais afetados por colegas, outros pelos alunos e o terceiro grupo pela escola amplamente falando.

Por fim, conceituam *burnout* como sendo o resultado de um longo processo de formas de lidar com estresse sem obter sucesso. Ele se difere das reações agudas do estresse que são resposta a situações críticos-específicas. O *burnout* é uma reação ao estresse ocupacional acumulado. (SOUSA; MENDONÇA, 2006). Quando se fala em *burnout*, a ênfase recai não apenas nas reações físicas, mas também no processo de desgaste psicológico e nas consequências psicológicas e sociais da exposição crônica. Gianini (2012) descreve a síndrome de *burnout* como sendo aquela na qual o trabalhador perde o sentido de sua relação com o trabalho de forma que qualquer esforço lhe parece inútil.

A forma silenciosa com que a síndrome de *burnout* tende a manifestar-se, é salientada, segundo Batista et al. (2010) por ser um processo que ocorre com o tempo e não é percebido no seu início, por ser sentido como um nível de tensão, somente quando atinge um estágio mais avançados. Mesmo através de manifestação silenciosa não se dá sem graves prejuízos para o profissional afetado, com implicações à saúde física e mental.

Mesmo através de manifestação silenciosa, o *burnout* gera graves prejuízos para o profissional afetado, com implicações à saúde física e mental e, por isso está sendo considerada uma importante questão de saúde pública. (BATISTA et al., 2010). O *burnout* tem sido considerado um sério processo degenerador da qualidade de vida dos trabalhadores, tendo em vista suas graves implicações para a saúde física e mental.

No Brasil, o Ministério da Previdência e assistência social possui no Decreto 3.048/99 (que aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências) que consta a lista de doenças profissionais relacionadas com o trabalho. A Síndrome de *burnout* está relacionada no conjunto XII, do Grupo V como “Sensação de Estar Acabado (“Síndrome de Burn-Out”, “Síndrome do Esgotamento Profissional”- Z73.0)” e tem como agente etiológico ou fator de risco de natureza ocupacional “1. Ritmo de trabalho penoso (Z56.3), 2. Outras dificuldades físicas e mentais relacionadas com o trabalho (Z56.6)” (BATISTA et al., 2003).

Para Batista et al. (2003) a síndrome é atualmente considerada um problema social de grande relevância e vem sendo pesquisada em diversos países já que está vinculado a grandes custos organizacionais e pessoais.

Sousa e Mendonça (2009) referem que a síndrome de *burnout*, deixa o profissional sem ânimo e apático, não pode ser associada a qualquer realidade social, cultura ou país. Codo (1999), referenda esta discussão de que esta síndrome apresenta-se como uma epidemia organizacional que predomina na educação e no sistema de saúde, atingindo não apenas professores e médicos, mas o conjunto de profissionais envolvidos com as instituições de ensino e de saúde.

Para Codo; Vásques-Menezes (1999) a profissão de educador está ligada a fatores estressantes que abarcam aspectos objetivos, subjetivos e sociais. No exercício da profissão o docente lida diretamente com outras pessoas, e, conseqüentemente, enfrenta problemas relativos a alunos, questões sociopolíticas e assistencialistas, além de enfrentar diversas dificuldades econômicas. O trabalho deixa de ser empolgante e perde o sentido e o laborador que se envolve de forma afetiva com seus clientes ou alunos se desgasta, chegando ao extremo de desistir de suas atribuições.

A Síndrome de *Burnout* acomete a categoria docente, provavelmente desde que a função de professor vem sendo associada a fatores sociais, psíquicos e econômicos, sendo estes reconhecidos hoje como importantes fatores de estresse. No trabalho docente, cada vez mais estão presentes aspectos potencialmente estressores, tais como baixos salários, escassos recursos materiais e didáticos, classes superlotadas, tensão na relação com alunos, excesso de carga horária, inexpressiva participação nas políticas e no planejamento institucional. O professor assume muitas funções e desempenha papéis muitas vezes contraditórios entre si, ou seja, a instrução acadêmica e a disciplina da classe, tendo de lidar com aspectos sociais e emocionais de alunos, bem como com conflitos ocasionados pelas expectativas de pais, estudantes, administradores e comunidade. (BATISTA et al., 2010).

Os professores, a fim de acompanharem as exigências de um mercado altamente competitivo, precisa além de organizar as suas atividades relacionadas propriamente à educação, atividades extracurriculares e materiais da escola, precisa atuar na esfera administrativa de planejamento e reciclagem. (SOUZA; MENDONÇA, 2009). Porém, referem os autores que, no momento em que os professores poderiam participar de decisões institucionais e de reestruturação curricular, são apartados do processo, fatos este

que tende a gerar conflitos que podem levá-lo ao adoecimento. Ao mesmo tempo em que o professor é exigido pelo mercado de trabalho, que é altamente competitivo, a instituição a quem serve não lhe atribui reconhecimento como sujeito pensante do processo, mas somente como executor (cumpridor) de tarefas. O fato de não sentir-se protagonista no exercício de sua função, gera um nível de estresse elevado no professor, conseqüentemente se cronificando na forma de *burnout*.

Sousa e Mendonça (2009) realizaram uma pesquisa entre professores universitários de uma universidade de Goiás buscando analisar o poder mediacional do comprometimento organizacional afetivo na relação entre as percepções de justiça distributiva, processual e interacional e o *burnout*. Ao iniciar o artigo buscam apresentar algumas causas para a síndrome de *burnout*. Dentre as causas apresentadas referem o mundo competitivo que exigem dos professores um comprometimento muito grande em relação a instituição a que estão vinculados através de altas taxas de exigências e qualificações profissionais. O grande número de Universidades que vêm surgindo, faz com que os profissionais docentes universitários estejam em constantes exigências de aprimoramento intelectual por meio de uma alta qualidade profissional.

Eles buscaram ainda reforçar a ideia de que o *burnout* não se desenvolve apenas a partir de uma pré-disposição individual, mas que o meio ambiente tem seu papel fundamental para o seu desenvolvimento. Concluíram que a pesquisa desvelou um comprometimento organizacional afetivo, demonstrando o quão significativo ele é para a minimização de problemas organizacionais ligados à percepção de justiça e ao desenvolvimento do *burnout*. Os resultados demonstraram que se o professor se comprometa afetivamente com a universidade, a percepção de que está sendo injustiçado na forma de distribuição de recursos provoca o aumento da probabilidade de desenvolvimento da exaustão. A exaustão ocorre em razão do desgaste energético do professor quando percebe que a organização que ele acreditava lhe ser leal apresenta atitudes que lhe contradizem. (SOUSA; MENDONÇA, 2009). Contudo, as pesquisas demonstraram que quanto mais o professor estiver comprometido com a organização, menor será a probabilidade de desenvolver e chegar à exaustão.

Santos (2006) refere que ao avaliar os determinantes do processo saúde e doença num grupo de professores do ensino básico da cidade de São Paulo, considerou como determinantes o tempo prolongado no exercício do magistério, o número excessivo de alunos na sala de aula, as jornadas, o acúmulo de responsabilidades transferidas à escola, o

desgaste na capacidade de trabalho, bem como a desvalorização do magistério como características relacionadas às dimensões do *Burnout*, já que de forma cumulativa, estão adoecendo os professores, fazendo com que essa profissão passe a ser considerada de risco.

Sousa e Mendonça (2009) descrevem que a percepção de injustiça pode intensificar o estresse ocupacional e comprometer a saúde do trabalhador por três razões: afeta o estresse mediante as relações com os principais preditores psicossociais de sua saúde, desencadeia variações de sua confiança em relação a todos aqueles que tomam decisões importantes da sua vida, além de interferir em sua percepção acerca da qualidade do funcionamento social no contexto do trabalho; e mostra as avaliações dos procedimentos formais e da justiça relacional positivamente (associada ao ambiente organizacional, aos sentimentos de orgulho e autoestima) e negativamente (relacionadas à raiva, à agressão e ao comportamento social negativo). Canova; Porto (2010) concluíram que professores com estabilidade funcional e por meio dessa serem possuidores de maior autonomia e liberdade em suas ações se afastam de causas estressoras.

Assim, o *burnout* não se trata de um fenômeno isolado e tampouco pode ser explicado como tal, mas deve ser concebido como um desgaste psicológico advindo de processos que desenvolvem relações inter e intrapessoais em ambiente hostil de trabalho no qual o empregado está inserido.

#### 4.3.1 Consequências da síndrome de *burnout*

Como já referido acima, o *burnout* vem sendo considerado um problema social de grande relevância. Os elevados números observados nas pesquisas científicas analisadas na sequência, fazem refletir sobre a temática.

Certamente, o estresse e o *burnout* no ensino ocorram há muito tempo entre os professores, contudo seu reconhecimento como problema sério tem sido mais explícito nos últimos anos. Assim, estas pesquisas estudadas elencaram inúmeras consequências da ocorrência do *burnout* no educador.

Para Batista et al. (2010) o *burnout*, é constituído de três dimensões: exaustão emocional, despersonalização e baixa realização profissional. No mesmo sentido, Sousa e Mendonça (2009) apresentam o *burnout* como uma variável que se configura nas três

dimensões já descritas, acrescentando um sinônimo a duas delas: exaustão emocional, despersonalização ou cinismo e diminuição da realização pessoal ou ineficácia.

No momento em que um professor é afetado pela síndrome de *burnout*, as consequências não se resumem a ele, mas a todo o ambiente educacional.

O Burnout em professores afeta o ambiente educacional e interfere na obtenção dos objetivos pedagógicos, levando os profissionais a um processo de alienação, cinismo, apatia, problemas de saúde e intenção de abandonar a profissão. Tem repercussões importantes no sistema educacional e na qualidade da aprendizagem. (BATISTA et al., 2010, p. 504).

Por isso, esta síndrome precisa ser considerada um problema social de grande relevância, vez que atinge o processo educacional como um todo. Estes autores apresentam uma grande lista de possíveis consequências que podem ser desenvolvidas e somatizadas pelo educador. Destaca-se a ocorrência de graves problemas psicológicos e físicos, podendo levar o trabalhador à incapacidade total para o trabalho. O profissional afetado sente exausto, apresenta tensão muscular, fadiga crônica, assim como gripe ou resfriados, cefaleias, ansiedade e depressão, problemas cardiovasculares e transtornos psiquiátricos. O professor pode apresentar rompimento com os hábitos normais, perda do entusiasmo e da criatividade, incapacidade para se concentrar, perda do autorrespeito e do autocontrole em aula e reações exageradas para moderar o estresse. Os efeitos do *burnout* em curto prazo são: menor autocontrole, autorrespeito, eficiência no trabalho e alto nível de irritabilidade. Os efeitos em longo prazo são: depressão, possibilidade de úlcera e hipertensão, e alcoolismo. (LUCHESEI; MOURÃO; KITAMURA, 2010).

O *burnout* remete a uma não identificação do trabalhador com seu produto realizado. (SOUSA; MENDONÇA, 2009). O produto obtido não é identificado pelo seu produtor. Assim, segundo o autor não há um *continuum* positivo nesta relação que se estabelece, de gratificação ao realizar-se no ato do trabalho. Antes pelo contrário, há uma insatisfação. Por isso, quanto maior é a compatibilidade entre produto e produtor, menor é a probabilidade do segundo vir a desenvolver o *burnout*.

Os autores ainda desenvolveram a ideia de que o adoecimento do professor pode acarretar o adoecimento de todo o ambiente escolar. Essa conclusão nos faz pensar de que não podemos separar os papéis que são desempenhados no processo educacional. Assim, percebe-se que há uma profunda sintonia entre a função exercida pelo professor, a função da instituição mantenedora deste processo.

#### 4.3.2 Prevalência

Existem aspectos diferenciados com relação ao *burnout* em professores, principalmente em professores da educação básica. Essa categoria de ensino, além da falta de reconhecimento social, lida com uma população de alunos que exige uma dedicação maior e cuidados que vão além da condição de professor, provocando uma sobrecarga de trabalho. (BATISTA et al., 2010). Há diversos estudos que avaliam a prevalência e sugerem importantes variáveis relacionadas ao *burnout* na categoria docente apontando para a ideia de que essas causas são uma combinação de fatores individuais, organizacionais e sociais. (BATISTA et al., 2010). Alguns apontam, na categoria docente, como mais suscetíveis ao *burnout* as mulheres, professores jovens e solteiros. Outros estudos que buscam relacioná-lo a variáveis laborais em professores têm identificado associação com elevada carga horária e quantidade de alunos atendidos, e maior tempo de trabalho.

#### 4.3.3 Necessidade de observar o seu ambiente de trabalho

Outro fator importante a ser destacado, que foi referendado nas pesquisas analisadas é a necessidade de observar o ambiente de trabalho do professor, a fim de que se possa estabelecer relações entre ele e o aparecimento de fatores causadores da síndrome de *bornout*. Luchesi; Mourão; Kitamura (2010) refere que há necessidade de se identificar fatores de riscos para a saúde dos professores por meio de visitas as escolas e de observação de atividades letivas, possibilitando assim, o extermínio de ações negativas ou, pelo menos à sua amenização.

Já Witter (2003) menciona que conhecer melhor as variáveis ambientais em que os educadores estão inseridos, faz-se necessário para delimitar as condições de trabalho que geram estresse no professor. Sem este conhecimento é inviável planejar, executar e avaliar programas de prevenção e de intervenção que realmente sejam eficientes.

A produção de conhecimento científico sobre os determinantes das doenças e agravos ocupacionais vem contribuindo para a tendência de queda do número de várias enfermidades ocupacionais, em quase todo o mundo. (BATISTA et al., 2010). Salienta que o entendimento e reconhecimento dessa realidade se fazem necessários para uma inclusão do professor nas medidas de políticas públicas voltadas para a saúde e bem-estar da

categoria. Pontua a necessidade de uma maior integração entre pesquisadores e gestores para que a pesquisa seja de fato aplicada, visando uma melhor adequação das ações na perspectiva da melhoria das condições de trabalho, de vida e saúde dos trabalhadores.

## 5 ESTRESSE E SÍNDROME DE *BURNOUT* À LUZ DA TEORIA DA ALIENAÇÃO DE MARX

O trabalho faz bem ao ser humano. Pelo trabalho ele transforma a natureza e é transformado. Esta transformação planejada, intencional dá, em muitos momentos, ao homem, *status* de onipotência. Estamos iniciando este capítulo com estas afirmativas propositivas referentes ao trabalho, pois entendemos sua importância para o desenvolvimento da espécie. Toda atividade laboral possui importante valor subjetivo e social para quem o desenvolve.

Trabalhar não faz mal a ninguém. As pessoas gostam de trabalhar, de se sentirem produtivas, participando da construção de alguma coisa, oferecendo um serviço para alguém. É a sensação de estar sendo útil, de dar sentido à própria existência, de se fazer necessário. Trabalho se liga a reconhecimento social, à identidade e à autoestima. Basta ver o sofrimento de um desempregado, ou mesmo as dificuldades de adaptação de um recém-aposentado. Perde-se uma referência social. A razão do sofrimento gerado pelo não-trabalho vai muito além das questões financeiras. (SORATO; PINTO, 1999, p. 311).

Marx refere que o trabalho humano leva à sua autoafirmação, pois através deste enriquece seu ser. Quando isto ocorre e o homem tiver consciência da realidade ao qual estiver envolto, haverá espaço para a emancipação.

Do ponto de vista psíquico, o trabalho é um elemento essencial na construção da identidade. O olhar do outro, especialmente nos espaços de trabalho, se traduz como reconhecimento e se constitui como um importante fator de manutenção da saúde mental dos trabalhadores. (PEREZ, 2014, p. 110).

A alienação causa muitos danos para o homem pelo rompimento do caráter social do indivíduo. Quando isto ocorre, este não é mais visto como um ser social, pois não encontrará mais satisfação para suas carências em sociedade, mas de forma individual. Ao submeter-se a formas desumanas de trabalho pelo instinto de sobrevivência e de forma individual, acaba por negar sua própria coletividade.

O fator nocivo do trabalho não está na dedicação, no empenho, mas nas condições, na organização e na relação com o trabalho. Problemas nestas três ordens podem provocar carga mental mesmo que a quantidade de trabalho e o número de horas trabalhadas sejam bastante razoáveis. (SORATO; PINTO, 1999, p. 311).



Esse fenômeno afeta não só os docentes, mas os trabalhadores em geral. O trabalho docente também está envolto e imerso nas condições de trabalho de sociedade capitalistas como a nossa. Cabe uma análise das condições de trabalho a que são/estão submetidas, bem como das disposições a elas desempenhadas. O trabalho docente não está imune às questões apontadas por Sorato; Pinto (1999). Cabe-nos inicialmente perguntar como fazer uma análise das condições de trabalho desempenhadas pelos professores. Qual o ponto de partida para tal análise? Sorato; Olivier-Heckler (1999, p. 90) apontam dois aspectos que devem perpassar toda e qualquer análise do trabalho docente. Afirmam que “[...] qualquer reforma que se tentar na educação que não leve em conta as condições objetivas e subjetivas de trabalho dos educadores não pode ser levada a sério”. Este capítulo buscará abordar estes aspectos numa relação com as questões objetivas dos trabalhadores docentes integradas a todas as demandas subjetivas carregadas por estes. Observa-se que este deve ser um trabalho de análise interdisciplinar na busca de um diagnóstico real, para que, a partir deste, possamos construir alternativas de mudanças.

Os capítulos que antecederam esta seção procuraram apresentar a temática proposta nesta dissertação em suas especificidades, sem a preocupação em estabelecer conexões entre ambas: alienação e estresse/Síndrome de *Burnout*. Em um primeiro momento buscou-se aprofundar as construções marxistas acerca da alienação, numa perspectiva exegética de análise, buscando suas raízes estruturantes. Na sequência, apresentamos uma temática contemporânea que assola a classe trabalhadora docente pelo seu mal estar psíquico: o estresse e a Síndrome de *Burnout*. Alienação e estresse/Síndrome de *Burnout* são dois temas aparentemente distintos que buscaremos encontrar aproximações numa tentativa de explicação do mal estar docente com vistas a encontrar alternativas de sua superação por meio da emancipação, prioritariamente de cunho preventivo.

Uma das decorrências do processo de precarização/alienação do trabalho docente, é que a categoria dos trabalhadores de educação tem adoecido com facilidade. Diversas pesquisas têm demonstrado um incremento desse adoecimento dos trabalhadores de educação, tanto físico como psíquico, em decorrência do seu trabalho: Diniz (1999), Souza (2000), Neves e Seligmann-Silva (2001) e Rocha e Gomes (2001). De fato, os docentes apenas veem aprofundado o sofrimento que o trabalho alienado, fruto do capitalismo gera: ao invés de realizador das aspirações humanas é o momento de seu esgotamento e degradação. (FERREIRA, 2011, p. 66).

O fator social do trabalho tem impacto direto na vida do trabalhador, tendo como consequências um “bem estar” ou “mal estar” ocupacional. Procuraremos apontar,

fundamentados na teoria de Marx, que permitam uma análise dos fatores sociais ambientais que caracterizam o trabalho alienado, como um dos fatores de sofrimentos psíquicos dos trabalhadores, de modo especial para os docentes.

### **5.1 Fatores estressores no trabalho docente**

Destacaremos alguns elementos que ora julgamos serem fontes estressoras no exercício da profissão docente. Dizem respeito a aspectos da práxis do professor. Não tem caráter de manual de critérios diagnóstico, mas sim uma seleção de situações a que os professores comumente apontam como sendo geradoras de estresse, amparadas pela literatura existente.

- **Excesso de burocracia.**

A função do professor é por excelência, o trabalho de educação. É para isso que é formado. Vázques (1977, p. 261) aponta para o risco da práxis se tornar burocrática, ela

[...] se burocratiza onde quer que o formalismo ou o formulismo dominem, ou, mais exatamente, quando o formal se converter em seu próprio conteúdo. Na prática burocrática o conteúdo se sacrifica à forma, o real ao ideal, e o particular concreto ao universal abstrato. Encontramos esse fenômeno justamente na prática estatal quando ela se degrada em prática burocratizada. (VÁZQUES, 1977, p. 261).

Neste sentido, a escola é regida em muitos momentos por exigências burocráticas associadas a intervenções hierárquicas e arbitrárias pelos gestores da educação. Essas intervenções ocasionam conflitos no trabalho cotidiano com reflexos no processo educativo e gerando estresse nos docentes.

Kuenzer; Caldas (2014, p. 39), em entrevista com professores relataram que alguns docentes constataam “[...] uma intensificação do trabalho burocrático, com consequente afastamento do diretor das questões pedagógicas, o que repercute sobre o processo de gestão escolar.” Dessa forma, a burocratização expressa acima por Vázques (1977), acaba por setorizar o trabalho do docente, fazendo com que este ocupe boa parte do seu tempo de trabalho com questões paralelas ao ato propriamente de educar. Os docentes

devotam grande parte de sua formação pensando nos melhores caminhos para exercer sua profissão, no entanto a realidade lhe surpreende com outros afazeres.

**• A Gestão centralizada com decisões tomadas verticalmente e sem participação democrática acabam por frustrar o docente, tirando-lhe o protagonismo de suas ações.**

Em muitos casos, as pressões externas a que os professores estão submetidos, repercutem diretamente no seu exercício profissional. Um exemplo desta questão é apontado por Vasconcelos; Rosas (2014, p. 87) observam que

[...] não há uma determinação que obrigue a aprovação dos alunos, o que há são pressões no sentido dessa aprovação que parecem estar relacionadas às avaliações pelas quais são submetidas as próprias escolas. A reprovação reflete no cômputo geral de avaliação do quadro da educação do município/estado. Assim, a classificação de uma escola em boa ou ruim tem como um de seus indicadores o índice de aprovação/reprovação.

A gestão centralizada interfere diretamente na operacionalização do processo educacional que retira do professor e da escola as decisões sobre os conteúdos a serem trabalhados, critérios de avaliação e níveis de aprendizado dos alunos. (KUENZER; CALDAS, 2014).

Vasconcelos; Rosas (2014) seguindo esta mesma linha de reflexão, referem que as pressões a que as escolas estão submetidas pelas Secretarias de Educação, se dão quando do desenvolvimento de novos projetos, os quais são encaminhadas para implementação na escola sem antes passar sequer por uma discussão sobre sua operacionalização com os professores. São decisões que se dão, sem ouvir os profissionais que atuam diretamente na educação, que conhecem os problemas reais encontrados diariamente nas escolas a que estão vinculados. Assim, além de intensificar a sobrecarga de atividades, essas práticas parecem limitar a autonomia dos professores, implicando em uma cisão entre concepção e execução do desenvolvimento dos projetos.

Outro aspecto também destacado por estes autores diz respeito a uma constatação que “[...] os professores ressaltam também ausência de reconhecimento e/ou valorização de seu trabalho pelos gestores públicos e sociedade em geral.” (VASCONCELOS; ROSAS, 2014, p. 85).

- **Salário: baixa remuneração e desgaste em função das ameaças e práticas de retiradas de direitos (parcelamento de salários, não pagamento de 13º salário, retirada das horas de preparação).**

Os baixos salários estão entre os principais problemas apontados pelos professores como causadores de insegurança econômica e sofrimentos psíquicos. Quando aborda o assunto Vasconcelos; Rosas (2014) fazem referência à necessidade de revisão salarial como forma de sobrevivência, reconhecimento e valorização da atividade docente, pois a remuneração afeta diretamente a dignidade e a saúde desses profissionais. Kuenzer; Caldas (2014) referem que a desvalorização salarial a que o professor está sendo submetido é uma expressão concreta desse sentimento de desvalorização da profissão e retroage sobre as condições de trabalho. “Em todos os países do ocidente europeu, Canadá e Estados Unidos, os profissionais do ensino, em todos os graus, têm níveis de retribuição sensivelmente inferiores aos de outros profissionais com a mesma titulação.” (ZARAGOZA, 1999, p. 34-35).

Kuenzer; Caldas (2014, p. 35), referem, ainda que toda esta situação de desvalorização salarial e de carreira são geradores de “[...] um sentimento de iniquidade salarial, percebido pelos professores com a incompatibilidade entre o salário recebido e o trabalho realizado, agravado pela comparação com outros profissionais da mesma área ou de formação equivalente.”

Kuenzer; Caldas (2014) indicam que o rebaixamento salarial, acarreta a limitação do padrão de vida dos professores, acentuando a tendência ao acúmulo de jornadas de trabalho, bem como o estreitamento das estratégias para se lidar com os problemas do cotidiano (CODO, 1999), ou seja, a falta de dinheiro faz com que os professores não possam contar com determinados bens ou serviços que facilitam as condições de vida. Todos estes fatores acima descritos, no que se refere à remuneração do trabalhador docente numa acentuada a carga de trabalho, geram sentimentos de vulnerabilidade deste trabalhador.

- **A sobrecarga de trabalho ao qual o professor está submetido impede, por sua vez, o ócio e o cultivo da qualidade de vida, com questões prazerosas, inclusive em casa (preparação de aulas, correção de provas, etc.).**

Muito comum é ouvir professores reclamando da quantidade de atividades que precisam desempenhar. A atividade por excelência do professor é o ensino, no entanto esta atividade não acontece sem a preparação das aulas (TARDIF; LESSARD, 2014). Para Demo (2006, p. 35) o “[...] professor que não estuda não tem aula pra dar”, contudo, o que corriqueiramente acontece, é que estas atividades – pré e pós-aula - são e precisam ser desenvolvidas nos horários de folga do docente, sem que haja remuneração.

A noite, nos finais de semana, ou nas férias, muitas vezes os professores se ocupam com diversas atividades ligadas a seu trabalho: preparam aulas, deveres de casa, documentação, o material pedagógico e as provas, assumindo, ao mesmo tempo, a correção dos trabalhos dos alunos. (TARDIF; LESSARD, 2014, p. 135).

Diante deste quadro, além das dificuldades econômicas para formação permanente, os professores se veem limitados a desfrutar das inúmeras atividades culturais. Estas atividades além de prazerosas contribuem para formação integral do professor.

Ficam distantes das coisas essenciais como a continuidade da formação, as indispensáveis atividades culturais – essas também negadas pela elitização, expressa em preços dissociados das realidades dos trabalhadores brasileiros e pela regionalização com que são realizadas – o lazer, o ócio, o pleno gozo do tempo livre. (OLIVEIRA, 2006, p. 28).

A vida particular do trabalhador docente, sua individualidade são diretamente afetadas pelos fatores sociais e trabalhistas ao qual está submetido. Sem estas não há plena realização de seu exercício.

**• Necessidade de trabalhar em mais de uma escola gera transtorno para deslocamento, gastos com transporte e alimentação e envolvimento com reuniões e planejamento.**

Vasconcelos; Rosas (2014, p. 85) realizaram uma pesquisa com professores de escolas públicas com o objetivo de conhecer as suas condições de trabalho. Dentre as constatações observaram a

[...] presença das duplas jornadas na rede pública de ensino foi identificada a partir da existência de trabalhadores com duas matrículas e/ou carga de trabalho dobrada em uma mesma matrícula com concessão de gratificação. Esse dado pode estar relacionado ao fato de os salários serem considerados baixos e demandarem outros vínculos para suprir a necessidade financeira desses trabalhadores.

Kuenzer; Caldas (2014, p. 35) chegam a seguinte conclusão quando pesquisaram a relação das péssimas condições de trabalho com a remuneração dos professores:

A intensificação do trabalho representa uma das formas tangíveis pelas quais os privilégios de trabalho dos trabalhadores educacionais são degradados. Ela tem vários sintomas, do trivial ao mais complexo: desde não ter tempo sequer para ir ao banheiro, tomar uma xícara de café, até uma falta total de tempo para conservar-se em dia com sua área.

Apontam também que toda esta intensificação gera uma carga mental elevada no trabalho precisando exercer mais de um vínculo empregatício e que trabalham em mais de um nível, o que provavelmente implica mais deslocamento, maior esforço de adaptação entre ambientes diferentes, preparação de atividades distintas. (KUENZER; CALDAS, 2014).

A quantidade de alunos ao qual estão sob a responsabilidade de um professor foi analisado por Demo (2006, p. 35).

A primeira vista pelo menos, o número de alunos assusta, já que é difícil imaginar como se dá conta adequadamente de mais de 600 alunos! Admitindo-se, por hipótese, que um professor tivesse quatro turmas, cada uma com quarenta alunos, teria já 160 alunos. Em qualquer circunstância, o que os dados indicam parece despropositado, já que parcela relativamente pequena de professores, sobretudo no ensino médio, possuem menos de 200 alunos.

- **Más condições de ambiente de trabalho.**

Vasconcelos; Rosas (2014) apontam para as queixas em relação às condições de trabalho docente referindo-se às físico-estruturais do ambiente de trabalho; falta de materiais e recursos para o desenvolvimento adequado das atividades da educação. É o conjunto destes recursos que possibilita uma melhor realização do trabalho educativo e que envolve tanto infraestrutura das escolas, os materiais didáticos disponíveis, quanto os serviços de apoio aos educadores e à escola.

Toda esta situação que envolve as más condições do trabalho docente, especialmente nas escolas públicas, acaba desencantando muitos docentes. Os mais genuínos sonhos do professor que é o de uma educação edificante é despertado, de forma traumática, uma realidade que não permite sonhar alto.

Efetivamente, professores que enfrentam com ilusão uma renovação pedagógica de sua atuação nas aulas encontram-se, frequentemente, limitados pela falta de material didático necessário e pela carência de recursos para adquiri-los. [...] Em outras ocasiões, a falta de recursos não se refere ao material didático, mas a problemas de conservação de edifícios, escassez de móveis, falta de aquecimento, insuficiência de locais adequados. (ZARAGOZA, 1999, p. 48).

Em muitos casos este quesito de geração de estresse, é agravado pela sensação de que a situação tende a piorar ainda mais. Não raro, as soluções encontradas pelos professores, é a utilização dos recursos e materiais próprios para conseguirem exercer minimamente sua função. Precisam também, com muita frequência recorrer aos pais e associações de pais, fazer pedágios beneficentes, promoções visando lucro, entre outras atividades para suprir as carências das péssimas condições de trabalho.

- **Falta de estabilidade, muitos docentes que atuam como contratados sem segurança maior de permanência no trabalho de um ano para outro.**

Vasconcelos; Rosas (2014) apontam como um problema muito recorrente no ensino público, que é o número reduzido de vagas em concursos públicos o que implicam na contratação temporária de professores, não possuindo em muitos casos a formação necessária para exercer tal função.

Em recente matéria veiculada na Folha online<sup>5</sup> revelou um que quase a metade dos professores do ensino médio do país dá aulas de disciplinas para as quais não tem formação específica. Referiu ainda, que o problema não assola somente o ensino público, mas também o privado e que é mais grave em algumas matérias, como física.

Kuenzer; Caldas (2014) tratam da questão da instabilidade do profissional docente de forma indireta ao diferenciarem os vínculos trabalhistas das instituições privadas das escolas públicas. No caso das escolas privadas o trabalho docente deve ser exercido com vistas à produtividade. Neste caso o professor vende sua força de trabalho para uma instituição que por sua vez determina sua execução segundo seus princípios, remunerando através do salário. Nestas condições o trabalho tende a ser mais controlado, intensificado, precarizado e mais explorado, pois em última instância visa o lucro. Dessa forma o

---

<sup>5</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/01/1852259-quase-50-dos-professores-nao-tem-formacao-na-materia-que-ensinam.shtml>

professor que não se adequar a estes princípios sobrar. Quanto ao trabalho docente no serviço público apontam como situações estressoras as contradições de intensificação e a precarização do seu trabalho.

- **Ausência de equipes de apoio para auxiliar no cotidiano escolar como psicólogos, assistentes sociais e outros.**

Diante das inúmeras mudanças sociais a que estamos vivendo, observa-se que o professor também se vê responsabilizado a responde por inúmeras questões que surgem no cotidiano de seu exercício profissional as quais não fazem parte de sua formação específica. Em muitos momentos vê-se cobrado perante a sociedade a dar conta das demandas dela surgidas. Visto como um ser onipotente e onisciente ao qual tem o dever de tudo poder, saber e resolver.

Há, portanto a necessidade de uma equipe ampliada que possa discutir as questões relacionadas à educação e que possam responder as questões que surgem sem desvios de função. Mesmo que não seja possível a resolução do problema pela técnica responsável, havendo um grupo ampliado de apoio, dará segurança nas decisões a serem tomadas.

- **Formação inicial baseada em problemas ou questões que mudaram e para as quais não possuem solução.**

A formação inicial do professor que o habilita para exercer a sua função, se dá fundamentada num estereótipo ideal de profissão. Não poucas vezes esta formação recorre a um enfoque normativo dando destaque ao que o professor “deve” fazer e como deve “ser”, sem prepará-lo para a prática propriamente dita. Ao deparar-se na prática sente um profundo distanciamento entre esta e a teoria estudada. Na prática a teoria não servirá para resolver os problemas emergentes, pois o ideal da formação não condiz com o real vivido. “Assim, o professor vai constatar que a realidade do magistério não corresponde aos ideais que aprendeu durante seu período de formação, e com os quais se compara ele mesmo e o compara boa parte da sociedade.” (ZARAGOZA, 1999, p. 44).

Para Oliveira (2006) cursos de formação de professores, no entanto, lidam com o magistério como se ainda existisse o “País das Maravilhas”. Proporcionam-lhe uma



formação conservadora e tecnicista, impedindo-os de constituírem-se profissionalmente de forma crítica e reflexiva.

- **Necessidade de programas de formação permanente que possam dar suporte teórico e prático para as questões cotidianas e que complementem a formação inicial em muitos casos feita a muito tempo.**

A formação permanente tem se apresentado como um dos grandes geradores de estresse na classe docente. Muitas vezes o mal-estar profissional está associado às resistências as mudanças, necessárias ao tempo atual. Constantemente o professor se vê obrigado a abandonar conteúdos e convicções tradicionais e cristalizados e incorporar novos conteúdos diante das novas necessidades que se apresentam. Zaragoza (1999, p. 37) diz que

[...] o professor tem que empreender uma nova tarefa. Já não pode satisfazer-se em atualizar periodicamente o que aprendeu em seu período de formação. Agora muitos professores vão ter de renunciar a conteúdos que vinham explicando durante anos e terão de incorporar outros que nem sequer se falava quando começaram a ser professores.

Este aspecto apontado pelo autor demonstra a dinamicidade a que a educação está submetida exigindo cotidianamente do professor.

Araújo; Mendes (2014) ao refletirem sobre a clínica psicodinâmica do trabalho no contexto sindical assinalam sobre as profundas e constantes mudanças a que a sociedade contemporânea vem passando a incluir os professores. Registram que no decorrer da história, a figura do professor é associada à maestria, como alguém que detém o conhecimento. Contudo, ainda hoje, percebem-se muitos docentes em sofrimento por não terem as respostas para todas as perguntas e demandas aos ambientes que estão inseridos.

As mudanças a que estamos vivendo e somos submetidos demonstram que há igualmente uma mudança conceitual de educação. Esta precisa ser compreendida em meio a dinamicidade que o contexto exige sem perder sua essência, exigindo igualmente do professor para que esteja em processo constante de qualificação.

- **Ausência da família no processo educativo de seus filhos.**

É inquestionável a necessidade de diversos atores sociais para que a educação seja desenvolvida com efetividade. Dentre este, destaca-se o papel da família ou seus responsáveis. Os professores sentem-se injustamente julgados pelos pais, quando o filho vai bem na escola os méritos são dele, porém quando vai mal a culpa é do professor.

Zaragoza (1999, p. 33) descreve a sensação de muitos professores em relação aos pais, familiares e ou responsáveis pelos alunos. Cita que há

[...] somente alguns anos, os pais se esforçavam para ensinar os filhos o sentido da disciplina, a cortesia e o respeito e não só não permitiam a seus filhos o menor enfrentamento com o professor como, além disso, muitos deles intervinham pessoalmente para explicitar ao professor, diante dos próprios filhos, o apoio que lhes ofereciam cegamente perante o menor conflito. No momento atual, muitos professores se queixam de que os pais não só despreocupam-se de infundir em seus filhos valores mínimos, convictos de que essa é uma obrigação que só cabe aos professores, como também estão de antemão dispostos a culpar os professores, colocando-se ao lado da criança, com o último álibi de que, no final das contas, se o filho é um mal-educado a culpa é do professor que não soube educá-lo.

Fica evidente uma mudança de conceito de educação com relação aos pais e ou responsáveis: de participação no processo educativo para delegação da tarefa de educar. Esta mudança além de prejudicial é causadora de insegurança e estresse nos professores. Estes se veem desautorizados na sua autoridade intrínseca ao posto que ocupam, pelas vontades e desejos particulares dos pais.

**• Características dos estudantes que não reconhecem a autoridade do professor e nem a autoridade materno-paterno, resultando em problemas disciplinares e até violência direcionada aos professores.**

Enguita, (2004, p. 68) afirma que “[...] a principal função da escola nunca foi ensinar, mas sim educar”. Este aspecto reflete a delegação de funções a escola e aos professores das funções materno-paternas.

Zaragoza (1999) desenvolve a ideia de que o professor está imerso em diversas situações conflitivas causadas pelas mudanças do contexto atual que por sua vez provocaram transformações nos agentes tradicionais da sociedade como a família, ambiente cotidiano e grupos sociais organizados, que vem deixando de cumprir a suas responsabilidades instituídas historicamente, delegando ao âmbito educativo e exigindo das escolas que cumpram este vazio por eles deixado. Como fatores desta transformação a

participação da mulher no mundo do trabalho e a transformação da família que ao se afastar da relação com outros membros reduziu-se a unidade menores. O fato da inserção da mulher no mercado do trabalho altera a estrutura familiar uma vez que o papel de acompanhamento da educação era função da mulher. O questionamento não está no aspecto positivo e libertador da participação da mulher no mercado do trabalho, mas sim em consequência do cenário da barbárie capitalista que se apresenta. (OLIVEIRA, 2006).

Para Zaragoza (1999) o papel tradicionalmente designado às instituições escolares, com respeito à transmissão de conhecimento, viu-se seriamente modificado pelo aparecimento de novos agentes de socialização como os meios de comunicação e outros, que se convertem em fontes paralelas de transmissão e informação e cultura.

O relacionamento com os alunos aparece como agravante do sofrimento quando os alunos se mostram desinteressados e desmotivados; agem com desrespeito ou, ainda, quando não são bem-sucedidos educacional e profissionalmente. (VASCONCELOS; ROSAS 2014).

- **Violência física e psicológica aos docentes**

Zaragoza (1999) busca relacionar o aumento da violência aos professores ao descrédito do conceito de disciplina. Por muito tempo a “disciplina” criticada pela forma arbitrária de sua aplicação, sem que houvesse uma substituição por uma ordem mais justa, mas não menos responsável a todas as partes. Para o autor falar da autoridade do professor tornou-se um tabu, o que passou a dificultar o avanço no tratamento do assunto.

Este tema vem ganhando cada vez mais espaço nas discussões sobre o mal estar docente. Situações extremas de violência comumente ganham espaços nos meios de comunicação em sua grande maioria da pior forma: a sensacionalista. A violência física contra os professores causa maior perplexidade na opinião pública, porém não é somente este tipo de violência que os professores são submetidos.

No plano psicológico, o efeito do problema – como vimos – multiplica-se por cinco, levando a um grande número de professores, que nunca foram agredidos e que provavelmente nunca o serão, a um sentimento de intranquilidade, de mal-estar mais ou menos difuso que, em conjunção aos fatores contextuais. (ZARAGOZA, 1999, p. 54).

Segundo este mesmo autor a violência é geradora de intranquilidade entre o professorado e apresenta-se mais pelas consequências psicológicas do que pelas consequências práticas uma vez que gera um clima de intranquilidade e ameaça. Quando situações de agressões psicológicas são noticiadas pelos meios de comunicação social afetam a imagem pública deste grupo profissional diminuindo a satisfação do seu exercício.

O assalto a centros de ensino não visa o roubo lucrativo, mas somente a destruição do mobiliário ou edifícios às vezes atribuído aos próprios alunos, e que evidentemente implica um clima de violência no colégio, ante o qual o assalto vândalo dos alunos se configura como uma vingança [...] Na mesma rubrica e com a mesma intenção caberia catalogar o aparecimento de pichações com insultos aos professores nas paredes, móveis, elevadores e banheiros; os insultos verbais, frequentemente de caráter sexual e os atentados de maior ou menos porte contra os carros dos professores nas proximidades dos centros. (ZARAGOZA,1999, p. 53).

Todos estes fatores de violência a que os professores estão submetidos, diariamente, geram muita insegurança e estresse. Em sua grande maioria são situações alheias as possibilidades de resolução, pois refletem um contexto de insegurança geral.

- **Conflito geracional entre professores *versus* alunos**

As mudanças acontecem de forma acelerada e, em meio a tantas mudanças se encontram professores e alunos. Na sua grande maioria os professores de nossas escolas são de gerações diferentes das dos alunos, havendo, portanto, um conflito de explícito de gerações. Cortella (2014) constata que

[...] boa parte dos nossos alunos é do século XXI; nós, professores, somos do século XX, e os métodos são do século XIX. Existem, portanto, três séculos em colisão. Os educadores se veem diante da chamada Geração Z, que sucede à Geração Y e carrega uma série de características – algumas delas ainda em processo de compreensão – que a diferencial das anteriores. (CORTELLA, 2014, p. 69).

Não bastasse esta gama de conflitos geracionais as mudanças continuam a acontecer de forma vertiginosa. Vivemos numa era de informações, as quais afetam diretamente o espaço por excelência da produção do conhecimento. Muitos autores afirmam que estamos numa época em que os alunos possuem um maior número de

informações que o professor e este não é mais o guardião do saber ao qual transmitia de forma inquestionável.

- **Constantes mudanças na forma e exercer a profissão docente**

Num contexto de profundas mudanças, até mesmo o mais saudável encontra dificuldade de adaptar-se sofrendo pelo estresse gerado. Zaragoza (1999, p. 28) assinala esta questão das constantes mudanças que estamos vivendo e como isso implica da vida dos professores.

Nos últimos anos, têm aumentado as responsabilidades e exigências que se projetam sobre os educadores, coincidindo com um processo histórico de uma rápida transformação do contexto social, o qual tem sido traduzido em uma modificação do papel do professor, que implica uma fonte importante de mal-estar para muitos deles, já que não tem sabido ou, simplesmente, não têm aceitado, acomodar-se às novas exigências.

Imbernón, (2009, p. 90) ao tratar da formação permanente do professorado trabalha ao longo do seu livro a ideia de que todos os avanços e mudanças, às quais estamos submetidos, causam muita insegurança aos professores por não saberem ao certo lidar com todas estas novidades. “Os avanços da ciência, da psicopedagogia, das estruturas sociais, a influência dos meios de comunicação de massa, os novos valores, repercutem numa profissão que se sente desconfortável num âmbito de incerteza e mudança, já que a formação até agora não se ocupou desse aspecto.”

Ao tratarmos das mudanças, às quais somos submetidos cotidianamente, não estamos desqualificando os inúmeros benefícios ao processo educacional, tão somente os fatores estressores que elas poderão ocasionar. Toda situação de mudança desacomoda e gera desconforto passageiro, porém há situações que ele permanece ou produz consequências, transformando-se em fatores estressantes.

- **Qual a função, quais valores, o que questionar?**

A função docente vem sofrendo inúmeras contestações pela sociedade em geral no seu exercício e ao mesmo tempo projeta novas expectativas e funções. “Já no existe o amparo de consenso social. Qualquer atitude do professor pode ser contestada e haverá grupos e forças sociais dispostos a apoiar a contestação ao professor.” (ZARAGOZA, 1999,

p. 31). As formas às quais os docentes são tratados normalmente são feitos pelos seus opostos antagônicos, ou seja, sendo reconhecidos pela importante função que exercem ou em situações para condenar sua atuação. Neste cenário é comum se exigir que o professor seja companheiro, amigo dos alunos ajudando de forma incondicional, mas, ao mesmo tempo, exerça um papel de julgador, selecionador contrário ao papel exercido anteriormente.

Finalmente o conflito se instaura nas instituições escolares quando se pretende definir qual é sua função, que valores, dentre os vigentes em nossa sociedade, o professor deve transmitir, e quais, pelo bem dos alunos, deve questionar e criticar. Estudos comparados [...] demonstraram que as consequências do estresse são menores naquelas sociedades em que o consenso social é grande, como ocorre no Japão e nos kibbutz israelenses. (ZARAGOZA, 1999, p. 30).

A imagem do professor é construída socialmente e referendada pela mesma a partir de critérios dicotômicos e subjetivos. O reconhecimento social, que se deseja na profissão, tem importância fundamental. A carga depositada nos professores e os fracassos educacionais tem sido motivo de muitos questionamentos, eximindo os demais atores sociais implicados.

O professor tende a apequenar-se ao aceitar a proletarização do seu trabalho ou quando, imerso nas rotinas do cotidiano, abre mão da crítica, da reflexão, da sua condição de produtor de conhecimento e de pesquisador na própria ação. (OLIVEIRA, 2006). Buscando evitar conflitos com o senso comum da opinião pública, os professores acabam evitando o enfrentamento questionador como forma de defesa.

- **Imagem exterior do professor**

A imagem e os conflitos vividos pelos professores extrapolam os muros da escola e de especialistas da área. É cada vez mais comum a temática dos professores ser tratada por diversos agentes sociais, meios de comunicação e outros tantos. Duas formas bem distintas que revelam a imagem dos professores nos meios de comunicação.

De um lado, apresenta-se a profissão docente como uma profissão conflitiva: de outro, divulga-se na imprensa, mas sobretudo no cinema e na televisão, que têm maior força de penetração social, o enfoque que apresenta a profissão docente como uma atividade idílica, centrada quase exclusivamente na relação interpessoal com os alunos. (ZARAGOZA, 1999, p. 39).

Esta dicotomia da imagem docente, em grande parte não condiz com a realidade, pois nas questões conflitivas são abertas “feridas” próprias da profissão sem uma adequada contextualização, apresentando soluções descontextualizadas o que em muitos casos agravam ainda mais este problema. Quanto à outra face da moeda, na qual expressa a imagem romantizada da profissão descaracteriza o cotidiano vivido pelo professor. Nem só conflito e nem só “rosas”. Esta polarização não ajuda nas questões profissionais do professor, quando não em poucos casos, só servem para atrapalhar e confundir e construir uma opinião pública distorcida do real.

Todos os aspectos representados acima indicam situações estressoras as quais os professores estão submetidos. Estas situações podem gerar sensações de mal estar no ambiente laboral. Situações contínuas de estresse, nesse caso, no exercício da profissão, podem vir a assumir quadros crônicos como o desenvolvimento da Síndrome de *Burnout*.

Tendo como base estes elementos, nos propomos a analisar de forma integrada a alienação e o adoecimento laboral do docente com vistas à sua emancipação plena. Veremos que a possibilidade de emancipação plena do trabalhador, no processo de superação da alienação do trabalho humano conduzirá ao conceito de liberdade sendo a base desta transformação, o comunismo. Contudo, Marx ao referir-se à emancipação, ressalta que o reino da liberdade não pode ser conquistado, o homem sempre estará na eterna busca para alcançá-lo.

## **5.2 A emancipação docente no exercício de seu trabalho**

O ser humano em decorrência de sua história e de sua natureza se constitui como ser vivo, como “ser de necessidades”. Assim, para Marx, o ser humano precisa se objetivar, ou seja, transformar a natureza bruta em objetos, proporcionando a garantia da sua sobrevivência, através da atividade humana (trabalho). Para o autor, a emancipação é uma necessidade da vida humana, o homem precisa transformar, concretizar algo de especial para si próprio, para poder reconhecer-se como ser humano.

Enquanto o trabalhador permanecer estranho a si mesmo e ao produto de seu trabalho continuará alienado. A relação sujeito-objeto torna-se prática quando constituída no e pelo trabalho que passa a ter um significado concreto de transformação da realidade. (OLIVEIRA, 2006).

O trabalho docente em sua gênese é igualmente emancipador. Educar é trabalhar para que surja o homem novo, liberte-se das condições que impedem que seja mais, construa-se na sua incompletude. Na sua função plena de educar o professor, ao construir conhecimento, também conhece e aprende junto ao seu aprendiz. Esta função é revestida de características próprias às quais demonstram sua importância.

O trabalho do professor é composto por processos variados, em sua grande maioria envolvendo ciclos longos e flexíveis; possibilita ao trabalhador a expressão da sua criatividade, estimulando também seu crescimento pessoal e profissional; a possibilidade de exercício de controle sobre os processos que compõem esta atividade profissional, permite que o seu executor sinta-se dono do processo, responsável pelos resultados e importante para aqueles que atende no seu exercício profissional. Esse controle dá ao trabalhador a dimensão da responsabilidade que está sob suas mãos, mas também o prazer de se sentir importante para o outro; a expressão da subjetividade faz parte do trabalho diário desse profissional que resulta numa atividade enriquecida do ponto de vista afetivo. (SORATO; OLIVIER-HECKLER, 1999, p. 90).

A complexidade e responsabilidade que a profissão docente requer não eximem o trabalhador de realizá-la com muita dedicação, esmero e investimento emocional, o que podem gerar desgaste e cansaço. Quando desempenhada nas condições ideais o seu reconhecimento é pleno, estando intrínseco a ele o processo emancipatório, no entanto quando as condições são adversas as consequências são profundas, geram alienação. “Ritual de desmotivação e falta de sentido, pode ser comprado, em certos aspectos, à representação que os professores fazem do seu trabalho, envolto em rotina e cansaço, expondo claramente o fenômeno da alienação.” (OLIVEIRA, 2006, p. 28).

Marx nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, também apresenta a possibilidade da emancipação plena de todo trabalhador. Ele indica que é pela superação, saída da condição da vida subumana que o ser humano conquista novamente sua liberdade. É pela emancipação que ele se estrutura novamente, voltando a reconhecer-se como ser humano, com capacidades, desejos, carências e limitações. De fato, nesta perspectiva otimista, a emancipação é mais do que a superação da alienação, é a condição em que o homem se realiza como projeto existencial. Assim, na sociedade emancipada,

[...] o ser e a essência não se representam separados e as formas de atividade da cotidianidade não aparecem como formas alienadas, na proporção em que tudo isso é possível para os indivíduos de uma dada época e no plano máximo da



individualidade – e, por conseguinte, de desenvolvimento do humano-genérico – característico de tal época. (HELLER, 2000, p. 38).

O presente trabalho desenvolve a ideia de que é necessário primeiramente constata se o ser humano encontra-se ou não alienado, para posteriormente conceituar emancipação. Assim, é exclusivamente o trabalho que aliena o homem, pois ele é a base que proporciona a origem da alienação, bem como, é condição do ser humano objetivar sua consciência. De fato, o trabalho alienado é fruto de uma sociedade capitalista que visa exclusivamente o lucro, expolia o trabalhador até naquilo que é sua essência, na sua capacidade e criatividade. Esse fato faz com que o trabalho ao invés de objetivar o ser humano, volta-se contra o mesmo, torna-se um elemento a ser evitado.

Na medida em que o ser humano trabalha demasiadamente com o objetivo para si próprio, conseqüentemente sofre e evita almejar a sua emancipação, pois,

[...] o trabalho alienado degrada em meio a atividade autônoma, a atividade livre, de igual modo transforma a vida genérica do homem em meio da existência física. [...] transforma a vida genérica do homem, e também a natureza enquanto sua propriedade genérica espiritual, um ser estranho, em meio da sua existência individual. Aliena do homem o próprio corpo, bem como a natureza externa, a sua vida intelectual, a sua vida humana. (MARX, 1993, p. 166).

Sendo assim, o sistema capitalista dificulta e impossibilita que o trabalhador trabalhe livremente. Apesar de trabalhar para si próprio, não se sente livre no trabalho, à medida que trabalha, ele pode ser alienado no ato de produção, como também no produto de seu trabalho. Porém, diante do processo da alienação, o ser humano não consegue realizar-se em sociedade, mas luta individualmente para suprir suas necessidades, garantir a sobrevivência. De fato, esse desejo de querer, conquistar, possuir tudo para si individualmente, fortalece o desejo do ser humano almejar aquilo que não gostaria, a própria alienação. Assim,

[...] a história concreta do homem, sua vida fática se transforma na negação de sua essência: ao invés de conquista se torna perda do homem. Na história real se dá na separação entre a essência e a existência e sua reunificação aparece, então, como a tarefa específica da práxis humana sensata. Isso significa dizer, que, na realidade econômica do mundo capitalista, Marx lê a tragédia da negação da essência humana enquanto tal, o que se exprime, visivelmente, na existência da propriedade privada, que nada mais é do que a expressão sensível da perda da essência. A propriedade privada é o próprio movimento da alienação da essência humana, então, sua supressão vai significar a apropriação positiva de toda riqueza da vida humana. (OLIVEIRA, 1996, p. 119).

Porém, esse modo de agir e trabalhar individualmente prejudica o próprio ser humano, pois ele age por si, sem pensar no coletivo que sofre consequências similares e, portanto, não se criam as condições para transformar a realidade pelo esforço dos que vivem as mesmas condições de exploração pelo capital. Diante desta situação de desconforto, Marx apresenta os elementos que levam o ser humano à autoalienação e, por meio disso, menciona como ele pode mudar esta situação tão caótica e se emancipar. Além do mais, o ser humano apesar de viver numa sociedade que impera a injustiça, onde é constante a alienação, pode emancipar-se da mesma forma que se alienou, ou seja,

[...] a abolição da autoalienação segue o mesmo caminho que a autoalienação. Em primeiro lugar, considera-se a propriedade privada só no aspecto objetivo, concebendo-se no entanto o trabalho como a sua essência. Por conseguinte, o seu modo de existência é o capital, que - como tal - importa abolir. (MARX, 1993, p. 189).

A emancipação do ser humano apresentada nos *Manuscritos* ocorre, segundo Marx, com a extinção do capital, que atua entre o trabalhador e o seu produto, proporcionando a origem da propriedade privada. O mesmo capital que fortalece o afastamento do ser humano de suas produções (de modo especial de sua sobrevivência), extingue, também as relações estranhas entre produtor e produto, trabalho e trabalhador, etc. A destronização da própria propriedade privada e a construção de novas relações humanas decorrentes dela é o que podemos chamar de emancipação do ser humano. A partir do momento que ele nega e transpõe a situação de desconforto em que vive, este volta a se reconhecer como ser humano.

A emancipação se dá na historicidade humana invertendo a lógica alienante de desconforto, desrealização e não reconhecimento no produto de seu trabalho. É a recuperação da humanidade perdida no trabalho alienado. Segundo Marx (1993), a emancipação, é a forma do ser humano objetivar-se como um ser genérico. Também, segundo o autor, as relações sociais, o trabalho, e o resultado do processo de produção (produto), são direcionados para o grupo de pessoas que fazem parte deste processo. Isso quer dizer que a produção, o lucro em forma de capital não fica nas mãos de alguns, mas sim, é distribuído como um todo.

Para Costa (2001, p. 247), a emancipação humana, segundo Marx, “[...] é a busca de uma sociedade entendida como uma totalidade autoconsciente, que superou todas as

contradições de ordem objetiva e subjetiva, na qual cada indivíduo se identifica e se reconhece nos objetos de sua produção.” Portanto, o conceito de emancipação é abordado por Marx na perspectiva de trabalhar um indivíduo mais social e humano. Como vimos no processo de alienação no trabalho, igualmente para ele, a emancipação não ocorre se o ser humano ainda tiver alguma ligação com a propriedade privada, isto é, a emancipação só ocorrerá quando houver a abolição total do capitalismo. Isso quer dizer que com o fim da propriedade privada, o ser humano sai da esfera individual, do ter só para si, em relação ao mundo, e volta-se ao comunitário. Este processo, segundo o autor, faz com que o ser humano volte a ser dono de si mesmo, assuma o controle de sua própria vida.

A emancipação do ser humano é a reapropriação de seu ser, e isso só acontece na identificação entre a individualidade e a sociabilidade. Esta somente ocorrerá no momento que a atividade universal e a atividade individual não existirem mais como atividades separadas, concorrendo entre si como na propriedade privada. Além do mais, na tentativa de suprir a alienação, Marx (1993) esboça uma concepção humanista de comunismo para que o ser humano possa emancipar-se plenamente. Nessa perspectiva otimista do homem emancipar-se plenamente, Marx (2015) retoma, analisa e seleciona ideias que possam vir a contribuir para a elaboração do verdadeiro comunismo, que tem por finalidade, vencer a jogo alienante da propriedade privada. Daí a importância da análise que Marx (1993) faz sobre o comunismo.

Todo este processo emancipatório pela superação do trabalho alienado, apontado por Marx (1993), tem por objetivo conceber o indivíduo como ser social e humano. Esta concepção dá vitalidade ao trabalhador, do seu contrário assume contornos de mal-estar podendo levar ao seu adoecimento laboral e ao desenvolvimento da síndrome de *burnout*. Neste sentido que Codo; Vasques-Menezes; Verdán (1999, p. 326-327) ressaltam a importância do reconhecimento social do trabalho docente. Dizem eles:

O reconhecimento de importância social do trabalho está fortemente relacionada ao *Burnout*. Nossos dados indicam que na medida em que aumentam os problemas na relação com o produto, aumentam os percentuais de professores com *Burnout*, e isto é válido para exaustão emocional, despersonalização e falta de envolvimento pessoal no trabalho. [...] Quando o trabalhador sente o produto do seu trabalho como não importante, aumentam os sentimentos de *Burnout*. O resultado é previsível; a desistência simbólica do *burnout* deve ser mais provável quanto maior for o sentimento de que o trabalho é inútil.

Ao analisarmos o trabalho docente sob a ótica social marxista da alienação, é possível aferir este como sendo um dos fatores geradores do mal-estar docente podendo se

cronificar e levar o trabalhador a um adoecimento psíquico. Para tanto, um processo pleno emancipatório passa necessariamente pelo reconhecimento do outro nas relações sociais. Corroborando com esta questão, Sorato; Olivier-Heckler (1999, p.122) afirmam que

[...] é inquestionável o valor social das atividades de um professor. O produto do seu trabalho não só é facilmente reconhecido por ele mesmo, como também por aqueles que estão fora do processo. Ninguém questiona a importância do ensino, da educação, de aprender e ensinar, e o professor sabe que o seu trabalho é peça central nesses processos.

Observa-se assim a grande importância do reconhecimento social para que trabalho docente assuma plenamente emancipatório. A percepção social do professor no seu produto tem valores objetivos materiais, porém maior é a possibilidade de ser reconhecido e reconhecer-se no produto de seu trabalho.

Marx é radical ao tratar da emancipação do trabalhador, para ele isso só seria possível se fosse estabelecido um Estado Comunista. Somente pelo comunismo que seria possível chegar a emancipação, já que seriam desmontadas assim com as estruturas do capitalismo.

Para de fato acontecer essa conquista, Marx (1993) ressalta a necessidade da abolição do capital, pois a partir desta dimensão o trabalho é encarado de forma nociva ao homem, como algo prejudicial. Neste caso, a proposta comunista tem por pretensão a extinção de toda a forma de propriedade privada individual, não extinguindo o papel do trabalhador, mas ampliando isso a todas as pessoas de forma humanitária.

É a partir da proposta comunista a relação de propriedade privada não cai na esfera individual em relação ao mundo, mas pretende-se fazer a relação da comunidade como tal com esse mundo das coisas. Desta forma, irá mudar o relacionamento entre as pessoas, as quais já não estarão voltadas ao proprietário, mas a comunidade. Portanto o comunismo é a abolição positiva da propriedade privada, da autoalienação humana e, pois, da verdadeira apropriação da natureza através do e para o homem. Ele é, portanto, o retorno do homem a si mesmo como ser social, realmente humano.

Afirma Marx (1993) que, para acontecer esta revolução (emancipação), é necessário extinguir o capitalismo, pois ele torna o trabalho algo prejudicial ao homem. Com a sua extinção, desaparecerá toda forma de propriedade privada. Embora não se extinguindo o trabalho, mas o transformando de tal forma que ele se volte mais para a construção do próprio homem.

Se isso acontecer, ocorreria uma mudança no comportamento das pessoas que deixariam de se voltar para o proprietário (dono do capital) e se voltariam para a comunidade. É necessário buscar uma universalidade através da comunidade, desmontando tudo o que leva à propriedade privada. Porém, não significa reduzir tudo ao comunitário. Neste caso, a emancipação já não seria emancipação, pois o homem não agiria de forma livre, já que estaria preso à comunidade: “O comunismo é a abolição, positiva da propriedade privada enquanto autoalienação humana e, deste modo a real apropriação da essência humana pelo e para o homem.” (MARX, 1993, p. 192). Assim, o que pretende o comunismo é interligar o homem, fazendo com que ele saia do estado de alienação e se volte mais para si e, em seguida à comunidade. A emancipação é a efetivação do retorno do homem a si mesmo, como um ser social e realmente humano, e não obcecado pelo egoísmo do capitalista de posse.

Habermas (2012) por sua vez, defende que o processo de emancipação humana se dá pelo agir comunicativo pelos atores implicados. É desta forma, que estes estabelecem uma relação reflexiva com o mundo, e através da elaboração discursiva constroem relações intersubjetivas. Pois como vimos em Marx (1993), ao alienar-se o homem não consegue vislumbrar num primeiro momento possibilidades de saída desta condição, mas que num processo cooperativo de reflexão as alternativas de superação desta condição são gestadas.

Através da ação comunicativa, com os demais professores da mesma instituição escolar, se embasa um processo cooperativo de interpretação, em que os educadores conjuntamente se referem a aspectos do seu mundo social, mundo objetivo e do mundo subjetivo. (LIMA; WEBER; MARTINI, 2008, p. 26).

Assim, Habermas (2012) demonstra que a emancipação das condições de alienação se estrutura nas estruturas de linguagem, de modo especial pelo ato da fala como forma de elaboração e entendimento da realidade vivida. O falante e o ouvinte constroem entendimentos sobre as coisas e situações vividas, problematizando os processos de alienação. Assim, o processo de emancipação, por excelência, deve partir do próprio educador, pois tem como compromisso ético a emancipação das pessoas. (CORTESÃO, 2012). Agindo desta forma, os docentes estarão refletindo e criticando os meios opressores vividos, construindo uma profissão que indaga e transforma a realidade.

### 5.3 A liberdade como eterna busca

O ser humano por mais que passe a maior parte de sua vida trabalhando para alcançar a emancipação, nunca a atingirá plenamente. O trabalho docente, executado pelos profissionais da educação, exige tempo ainda maior, pois além de cumprir sua função em sala de aula, necessita devotar longo tempo pré e pós aula. Marx, nos *Manuscritos econômico-filosóficos* menciona que, assim como a alienação representa o estado caótico do homem, o estado comunista, aparece como forma para suprir as deficiências, proporcionando a emancipação do homem, tornando-o livre, pois “[...] ‘o verdadeiro reino da liberdade’ só pode ‘florescer tendo como base aquele reino da necessidade [...], a redução da jornada de trabalho é a condição fundamental’.” (MARCUSE, 1972, p. 135). Quando nos referimos à jornada de trabalho docente, podemos observar que esta ainda apresenta agravantes peculiares à profissão. Os autores Soratto; Pinto (1999, p. 320) discorrem sobre a carga mental no exercício do trabalho docente e caracterizam a jornada de trabalho do profissional.

O trabalho do professor não se restringe ao exercício da sua função dentro da sala de aula, implica em atualização e preparação constantes para que seja realizado a contento. Muitas tarefas não são realizadas na presença dos alunos e demandam atenção em outros momentos. Assim sendo, muitas turmas, turmas em escolas diferentes, alunos de níveis diferentes de ensino, turmas do noturno e diurno implicam em preparação de esquemas diferentes de aulas, adaptados a cada uma das realidades. Isso implica em maior volume de trabalho, tanto no que se refere a mais horas de dedicação, como em maior esforço intelectual.

Esta caracterização corrobora com as ideias de Marcuse (1972) nas quais trata do reino da necessidade reivindicando uma jornada menor de trabalho.

À medida que a liberdade se torna reconhecida como uma tarefa de transformação do trabalho indica o caminho do reino da necessidade para atingir o reino da liberdade. Assim, a emancipação do homem

[...] é a reapropriação de seu ser e, só, pode constituir na identificação entre individualidade e sociabilidade. Para Marx, isto só pode ocorrer quando a atividade universal e a atividade individual não existirem mais como atividades separadas, o que se efetiva através da eliminação da propriedade privada, que é a raiz da autoalienação a fim de que, através de seu trabalho, o homem possa apropriar-se de sua essência. (OLIVEIRA, 1996, p.126).

De acordo com o conjunto das relações sociais emancipadas, o reino da liberdade, é considerado

[...] o “princípio de inteligibilidade” da história humana e, ao mesmo tempo, o motor que leva à sua transformação. É o reino da liberdade o telos último de todas as lutas do homem na história por conquistar-se, o fim supremo para o qual avança mesmo que não seja capaz de exprimi-lo explicitamente. (OLIVEIRA, 1996, p.127).

Sendo assim, nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, “[...] o reino da liberdade é considerado como realidade que será atingida em sua plenitude, como meta a ser conquistada na história enquanto que, na obra da maturidade, o reino da liberdade será transformado num conceito transcendental.” (OLIVEIRA, 1996, p.127).

Todo o processo de desqualificação do trabalhador e de sua humanidade é tratada por Marx. Este aspecto perpassa todo seu pensamento, desde sua juventude até os seus escritos da maturidade com o livro “O Capital”. Diz que toda a reprodução e conservação da classe trabalhadora estão somente a serviço do capitalismo, como um meio para obtenção do capital. (OLIVEIRA, 2006).

No sistema capitalista todos os meios para desenvolver a produção se convertem em meios para dominar e explorar o produtor, mutilam o operário reduzindo-o a um homem parcial, degradam-no a uma insignificante peça de máquina; aniquilam, com o tormento do seu trabalho, o conteúdo do próprio trabalho; deformam as condições nas quais ele trabalha, transformam o período de sua vida em tempo de trabalho sob o rolo compressor do capital. (MARX, 2017, p. 706).

Na obra da maturidade, *O Capital*, Marx (2015) não tem mais a mesma visão que tinha na juventude, ele compara o reino da liberdade com o pôr-do-sol no horizonte, ou seja, parece estar sempre ali, após a primeira montanha, mas ao se chegar lá, ver-se-á que ele transcende por detrás de outra, e assim por diante ou sucessivamente. Nesse sentido, o ser humano sempre permanece na expectativa de atingir o reino da liberdade, mas nunca o alcançará por completo. Diante disso, Marx afirma que o ser humano está sempre insatisfeito perante a sociedade. Tudo se torna imaginação, sonhos que o ser humano desejaria concretizar. Assim, percebe-se nitidamente que a emancipação nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, pode ser realizável, porém, o reino da liberdade não poderá ser atingível por completo, pois se trata apenas projeções de perfeição a serem alcançadas. Isto é, o ser humano sempre está na tentativa de melhorar, qualificar as suas atividades para

suprir totalmente suas carências, na qual já não o consegue realizá-las totalmente. Nesse sentido, segundo Oliveira (1996, p. 128), o Marx maduro menciona

[...] o que existia nos Manuscritos, uma dialética na relação entre o reino da liberdade e os projetos históricos: o reino está para além de todos eles, mas é a referência a partir de onde eles podem ser julgados com respeito a sua possibilidade de efetivar, parcialmente a essência humana.

Diante disso, se constata que pode ser feita apenas algumas realizações parciais da essência humana, mas é importante o homem se reconhecer como um ser irrealizável, pois com a ideia da realização parcial do reino da liberdade, o ser humano poderá utilizá-lo como forma de superar e sair do estado de alienação. Isso mostra o grau da evolução humana para atingir a emancipação, pois Marx (1993) defende a ideia de que o reino da liberdade (emancipação) ocorreria de uma forma plena, com uma evolução e implantação de um estado comunista, ou seja, através desta emancipação, o ser humano poderia mudar de vida, libertando-se da alienação e conseqüentemente, voltando novamente a ser livre.

Sendo assim, para que ocorra a superação da propriedade privada, é preciso eliminar as divergências existentes entre o trabalho e o trabalhador e, de modo especial, entre o produto e o produtor. Com a eliminação dessas contravenções, o ser humano começa a superar a propriedade privada.

De fato, nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, Marx aposta em uma solução definitiva para o antagonismo entre o homem e a natureza, e entre o homem e o próprio homem. Por outro lado, na obra madura, Marx (2015, P. 942) afirma que não há mais solução definitiva, mas apenas aproximações entre a necessidade e a liberdade. O reino da liberdade transcenderia qualquer factibilidade histórica. “De fato, o reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade exteriormente imposta; por natureza, situa-se além da esfera da produção material propriamente dita.”

Com isto, Marx (2015) está dizendo que pelo trabalho na estrutura da sociedade capitalista o homem dificilmente vai conseguir alcançar o reino da liberdade. Este reino somente será alcançado quando o trabalho não mais será realizado pela necessidade dos trabalhadores, mas pela necessidade de sua objetivação.

A sociabilidade imposta ao professor, sobretudo nas redes públicas de educação básica, não permite que ele se objetive plenamente como um trabalhador



intelectual. Uma pesquisa realizada com os professores (TOKARNIA, 2013) constatou que menos da metade do magistério das escolas públicas leem no seu tempo livre. Poderíamos realizar uma análise superficial e aparente desta afirmativa e cair nas concepções sociais que culpabilizam o professor pelas suas próprias dificuldades e fracassos. Como este não é nosso intento, algumas perguntas são pertinentes: qual tempo livre sobra ao professor depois de uma jornada diária completa em sala de aula? Como é possível o professor comprar livros para ler se o seu salário não permite honrar todas as despesas básicas? Será que o professor não lê porque ele é preguiçoso? (FERNANDES, 2013, p. 2013).

Assim, observa-se que para se concretizar a reino da liberdade, passará necessariamente pela objetivação como trabalhador docente ao reconhecer-se no produto de seu trabalho. Para tanto, Marx (2015, p. 942) em outra passagem do capital afirma:

A liberdade nesse domínio só pode ser consistir nisto: o homem social, os produtos associados regulam racionalmente o intercâmbio material com a natureza, controlam-no coletivamente, sem deixar que ele que ele seja a força cega que os domina; efetuam-no com o menos dispêndio de energias e nas condições mais adequadas e condignas com a natureza humana. Mas, esse esforço situar-se-á sempre no reino da necessidade. Além desse começa o desenvolvimento das forças humanas como um fim em si mesmo, o reino genuíno da liberdade, o qual só pode florescer tendo por base o reino da necessidade. E a condição fundamental desse desenvolvimento humano é a redução da jornada de trabalho.

Assim, o autor descarta a possibilidade da realização plena do reino da liberdade, pois o reino da necessidade deve ser o fator que possibilita o surgimento do reino da liberdade, ou seja, o reino da necessidade é o elemento que dá o rumo para o reino da liberdade.

Marx tem o objetivo de mostrar que o reino da liberdade é algo que está muito além do alcance do homem, pois, Oliveira afirma que a

[...] emancipação não seria mais pensada como um estágio a atingir, como um processo indefinido de aproximações. A história seria, então, marcada por uma tensão insuperável: a tensão entre o horizonte transcendental e as aproximações históricas e, por isto mesmo, seria um processo, permanente, aberto. (OLIVEIRA, 1996, p.128-129).

De fato, o reino da liberdade não é alcançado em plenitude, pois só é possível aproximar-se dele, devido à própria insatisfação humana, isto é, o homem é uma constante realização, construção, projeção, ou seja, o reino da necessidade impede que o reino da liberdade ocorra em plenitude. O reino da liberdade não ocorre plenamente, pois o ser humano está muito envolvido com o processo social (produção, objetos), e, o reino da liberdade, só acontecerá na medida em que o ser humano superar suas alienações. Dessa

forma, Marx ressalta que só é possível atingir a aproximação do reino da liberdade, pois é extremamente difícil o ser humano libertar-se totalmente das formas de alienação. Assim, percebemos que o problema da alienação é amenizado, resolvido, mas nunca totalmente extinto. O objetivo do ser humano, de atingir a liberdade, está sempre sendo meta ao longo da história.

Dessa maneira, ao que toca ao trabalhador docente, cabe não se submeter às lógicas alienantes no seu trabalho pelo sistema capitalista. Isto somente acontecerá no momento em que passar a defender de forma plena o significado e o sentido de seu trabalho, desencadeando assim atitudes resistentes no sentido crítico e emancipatórios. Tais atitudes promoverão espaços de autonomia para seu pleno exercício da profissão numa busca constante do bem estar profissional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Educação e de qualidade é direito fundamental de todo cidadão, referendado pela nossa carta magna constitucional. Pelo processo educacional nos fundamos enquanto seres humanos. A letra fira desta lei constitucional passa necessariamente por diversos agentes educacionais de forma direta e indireta, porém é na relação dialógica docente/discente que a transcendência do aprendizado se dá. Não há, portanto, educação de qualidade sem esta classe trabalhadora dos professores. Refletir sobre suas condições de trabalho faz-se cada vez mais necessário buscando a saúde integral do profissional. Não haverá saúde física, psíquica ou social deste agente educacional submetido a condições alienantes de trabalho. Igualmente não haverá educação e de qualidade se o profissional docente não se reconhece no exercício de seu labor. Um professor que em seu trabalho que não se realiza, não se emancipa e não é libertador, igualmente não o será para o educando.

Penando nisto, é que o presente trabalho dissertativo, que hora estamos concluindo, buscou fazer uma revisão bibliográfica sobre alguns conceitos que fazem referencia ao exercício da profissão docente. Relacionar as questões sociais do trabalho alienado com as questões psicológicas de estresse docente e da Síndrome de *Burnout* parecia distante num primeiro momento, também pela pouca literatura existente, porém na sua gênese há profunda relação. Buscamos assim, entender as causas do adoecimento psíquico da classe trabalhadora docente, perpassando pelas questões sociais da alienação na tentativa de construções de superação através de sua emancipação.

Buscamos entender o trabalho humana na sua gênese segundo a concepção marxista de transformação da natureza pela sua necessidade. Esta concepção nos ajudou a entender trabalho humano no contexto atual, e de modo especial o trabalho docente.

Procuramos estudar o trabalho docente na sociedade atual, iluminados pela teoria marxista da alienação do trabalho. De posse desta contextualização iluminamos o atual mal estar docente que se caracteriza por níveis elevados de estresse e que levam em muitos casos, a se cronificar desenvolvendo a Síndrome de *Burnout*. Nesta, por sua vez, o trabalhador docente, assim como no trabalho alienado exposto por Marx, não se reconhece no produto de seu trabalho. Há um esvaziamento de sentido deste trabalhador, nas características de exaustão emocional, despersonalização e perda de sentido, que não mais

se realiza no ato de educar. O que em outros momentos era sinônimo de realização, através do adoecimento psíquico perde seu sentido de ser.

Ao pesquisarmos sobre o trabalho docente, observou-se sua grande importância na construção e reconhecimento social. O trabalho é edificante ao ser humano. Sob este aspecto considera-se esta categoria trabalho importante para o desenvolvimento e compreensão do psiquismo humano. Torna-se assim a entendê-lo em seu sentido histórico e social. De posse deste entendimento, a compreensão do fenômeno do mal estar docente pode ser melhor e de forma mais ampla diagnosticado, pois podem ser entendido também em seu contexto social e histórico. Assim, a compreensão do estresse docente e *burnout* não são naturais e intrínsecos no exercício da profissão, existe uma causa. As condições objetivas do trabalho ajudam a explicar o adoecimento do docente e não mais pelas explicações simplistas das consequências naturais ou de anormalidades (o que podem acontecer, mas necessitam de melhores investigações).

A compreensão das condições sociais de trabalho corrobora com o entendimento das condições de trabalho alienado do docente intensificam o adoecimento psíquico destes trabalhadores. Faz-se necessário o entendimento e discussão da temática saúde/doença do trabalhador docente embasado também nas investigações materialista as quais proporcionaram um entendimento global do indivíduo e não simplista.

Para que o processo dialético de emancipação aconteça não basta diagnosticar o problema, cabe apontar perspectivas com vistas à superação das situações estressoras e alienantes do trabalho docente. Para tanto, nos propomos a apontar alguns aspectos, não como receituário de resolução dos problemas elencados, mas como meio para entender e subsidiar uma práxis transformadora.

- Lutar por práticas de valorização salarial e profissional e pelo cumprimento das que estão em vigor, como por exemplo, a lei do piso do magistério que não é cumprida por muitos gestores;
- Permanência do professor em uma única escola para cumprimento de sua carga horária evitando desgaste de deslocamento e oportunizando a participação plena nas atividades de formação e planejamento de uma única escola. Hoje os professores dividem seu tempo da semana em várias escolas aumentando o desgaste físico e mental;
- Promoção de programas de formação permanente que subsidiem os professores teórica e praticamente, complementando a formação inicial, suprindo possíveis lacunas desta ou adquirir conhecimento para enfrentar situações novas que forem surgindo;

- Composição de equipe de trabalho com profissionais de áreas como psicologia e assistente social para auxiliar nas situações mais críticas de alguns estudantes e até de casos de professores;
- Definição de carga horária para o planejamento e preparação de aulas remuneradas, evitando que o professor tenha que fazer estas atividades em horário extraclasse, especialmente em fins de semana ou horários que seriam para seu descanso;
- Realização de formação no sentido de melhorar os ambientes de trabalho (administração de conflitos) e também para orientação, para que os educadores desenvolvam o cuidado de si como pessoas humanas e que transformem o trabalho em fonte de vida e realização profissional. Desenvolver atividades e processos formativos que atendam à saúde mental do professor.

Apontamos algumas possibilidades de realizar ações concretas que resultem em meios de humanização e retorno positivo do trabalho do professor. A implementação destas ações por parte dos professores, dos gestores, e de políticas públicas, podem contribuir com um processo de libertação dos docentes e de reconhecimento de si e do resultado de seu trabalho.

Em meio a situações de alienação e estresse necessita-se que se apresentem contra propostas com vistas à emancipação do trabalhador docente. Se existem situações que dificultam o exercício do trabalho docente ideal, os elementos de superação serão encontrados na mesma sociedade que os produziu. Dessa forma, torna-se necessário que se desenvolva um espírito de ciência revolucionária que venha a organizar os meios subjetivos para o enfrentamento da contradição entre o trabalho e o capital.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Klayne Leite de; STOLL, Ingrid; RAMOS, Letícia Silveira; BAUMGARDT, Rosana Aveline; KRISTENSEN, Christian Haag. Estresse ocupacional e Síndrome de Burnout no exercício profissional da psicologia. **Psicol. cienc. prof.** [online]. v. 22, n. 2, p. 22-29, 2002.

ANTUNES, Caio. **A educação em Mézaros: trabalho, alienação e emancipação.** Campinas: Autores Associados, 2012.

ARAUJO, Doracina Aparecida de Castro. Pedagogia histórico-crítica: proposição teórico metodológica para a formação continuada. In: SIMPÓSIO CIENTÍFICO-CULTURAL [SCIENCULT], 2009, Paranaíba, MS. **Anais eletrônicos.** Paranaíba, MS: UEMS, p. 352-359, 2009. Disponível em:

<<http://periodicos.uems.br/novo/index.php/anaispba/article/viewFile/180/114>>. Acesso em: 5 out. 2015.

ARAÚJO, Luciane Kozicz Reis; MENDES, Ana Magnólia. Reflexões sobre a Clínica Psicodinâmica do Trabalho no contexto sindical. In: MENDES, Ana Magnólia; BOTTEGA, Carla Garcia; CASTRO, Thiele da Costa Müller (Org.). **Clínica Psicodinâmica do Trabalho de Professores: Práticas em Saúde do Trabalhador.** Curitiba: Juruá, 2014.

BARRETO, R. G.; LEHER, R. Trabalho docente e as reformas neoliberais. In: OLIVEIRA, D. A. **América Latina e os trabalhadores docentes.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia: um guia para a iniciação científica.** 2. ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

BATISTA, Jaqueline Brito Vidal et al. Prevalência da Síndrome de *Burnout* e fatores sociodemográficos e laborais em professores de escolas municipais da cidade de João Pessoa, PB. **Rev. bras. epidemiol.**, v.13, no.3, p. 502-512, set./2010.

BENEVIDES-PEREIRA, A. M. T. Burnout: o processo de adoecer pelo trabalho. In: BENEVIDES-PEREIRA, A. M. T. (Org.) **Burnout: quando o trabalho ameaça o bem-estar do trabalhador.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002, cap. 2, p. 21-91.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CANOVA, Karla Rejane e PORTO, Juliana Barreiros. O impacto dos valores organizacionais no estresse ocupacional: um estudo com professores de ensino médio. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie** (Online), v.11, n.5, p.4-31, out./2010.

CODO, Wanderley. **O que é alienação.** 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. **Indivíduo, trabalho e sofrimento:** uma abordagem interdisciplinar. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. (Org.) **Educação:** Carinho e Trabalho. *Burnout*, a Síndrome da Desistência do Educador, que pode levar à falência da educação. Petrópolis: Vozes, 1999.

CODO, Wanderley; VASQUES-MENEZES, Iône. O que é *burnout*? In: CODO, Wanderley (Org.). **Educação:** carinho e trabalho. Petrópolis: Vozes, 1999.

CODO, Wanderley; VASQUES-MENEZES; VERDAN, Cláudia S. Importância social do trabalho. In: CODO, Wanderley (Org.). **Educação:** carinho e trabalho. Petrópolis: Vozes, 1999.

CORTELLA, Mario Sergio. **Educação, escola e docência:** novos tempos, novas atitudes. São Paulo: Cortez, 2014.

CORTESÃO, Luiza. **Ser professor:** um ofício em risco de extinção? 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

COSTA, José André da. **Dialética:** um acerto de contas de Marx com Hegel. Passo Fundo: Berthier, 2001.

DEMO, Pedro. **Educar pela Pesquisa.** 6ª Ed. São Paulo: Autores Associados, 2003.

\_\_\_\_\_. **Aposta no professor:** cuidar de viver e de trabalhar com dignidade. Porto Alegre: Mediação, 2006.

ENGUIITA, Mariano Fernández. **Educar em tempos incertos.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

FERREIRA, Carlos Serrano. Pauperização e alienação do trabalho docente: contradições e perspectivas para o movimento dos trabalhadores de educação. Londrina. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 3, n. 1, p. 62-71, 2011. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/viewFile/9493/6917>>. Acesso em 20 out. 2016.

FERNANDES, Luciete Valota. O trabalho docente à luz da perspectiva materialista-histórica. Goiânia: USP. **36ª Reunião Nacional da ANPEd**, 2013. Disponível em: [http://36reuniao.anped.org.br/pdfs\\_trabalhos\\_aprovados/gt09\\_trabalhos\\_pdfs/gt09\\_3017\\_texto.pdf](http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt09_trabalhos_pdfs/gt09_3017_texto.pdf) . Acesso em 10 de out. 2016.

FIORELLI, José Osmir. **Psicologia para administradores:** integrando teoria e prática. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2007.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica.** Ceará: UECE Departamento de Ciências Humanas/, 2002. 127f. Apostila. Disponível em: <<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>>. Acesso em 30 set. 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque dialético materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.) **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 69-90

FROM, Erich. **Conceito marxista do Homem**. Rio de Janeiro, 1983.

GAMBOA, Sílvio Ancizar Sanchez. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias**. Chapecó, SC: Argos, 2012.

GENUÍNO, Shirley Luanna Vieira P.; GOMES, Marcos da Silva; MORAES, Elaine Medeiros de. O Estresse Ocupacional e a Síndrome de Burnout no Ambiente de Trabalho: Suas Influências no Comportamento dos Professores da Rede Privada do Ensino Médio de João Pessoa. **Anagrama**. São Paulo, SP, Ano 3, ed 2, dez. 2009/fev. 2010.

GIANNINI, Susana Pimentel Pinto, LATORRE, Maria do Rosário Dias de Oliveira and FERREIRA, Leslie Piccolotto. Distúrbio de voz e estresse no trabalho docente: um estudo caso-controle. **Cad. Saúde Pública**, v. 28, no.11, p. 2115-2124, nov./2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

\_\_\_\_\_. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Alínea, 2001.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do Agir Comunicativo: racionalidade da ação e racionalização social**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HOUAISS, Antônio. **Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

HUSSERL, E. **A crise da humanidade europeia e a filosofia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

IBERNÓN, Francisco. **Formação permanente do professorado: novas tendências**. São Paulo: Cortez, 2009.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de Metodologia Científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

KONDER, Leandro. **Marx: Vida e Obra**. São Paulo: Cromosete, 1998.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.



KUENZER, Acacia Z.; CALDAS, Andrea. Trabalho docente: comprometimento e desistência. In: FIDALGO, Fernando; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora M.; FIDALGO, Nara Luciene Rocha (Org.). **A intensificação do trabalho docente: tecnologias e produtividade**. Campinas: Papirus, 2014.

LESSA, Sergio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LIMA, Odila Finger Fernandes; WEBER, Daiana Klein; MARTINI, Rosa Maria Filippozzi. Trabalho docente: um trabalho alienado? **Rev. Faced**, Salvador, p. 13-31, jun./jun 2008.

LUCHESEI, Karen Fontes, MOURÃO, Lucia Figueiredo and KITAMURA, Satoshi. **Ações de promoção e prevenção à saúde vocal de professores: uma questão de saúde coletiva**. Rev. CEFAC, v.12, nº. 6, p. 945-953, dez./ 2010.

LUNA, Sérgio Vasconcelos de. O falso conflito entre tendências metodológicas. In: FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.) **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Moraes, 1984.

MARX, Karl; ENGELS, F. **História** / organizador [da coletânea] Florestan Fernandes. São Paulo: Ática, 1984.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1993.

\_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política; Livro 1: O processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MARCUSE, Herbert. **Ideias sobre uma teoria crítica da sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MCLELLAN, David. **Karl Marx: vida e pensamento**. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MOREIRA, Hudson de Resende et al. Qualidade de vida do trabalhador docente em educação física do estado do Paraná, Brasil. **Rev. bras. cineantropom. desempenho hum.**, v.12, nº. 6, p. 435-442, dez./2010.

OIT. **A OIT no Brasil: Trabalho decente para uma vida digna**. Brasília, 2012. Disponível em:< <http://www.oitbrasil.org.br/node/809>>. Acesso em 25 de out . 2012.

OLIVEIRA, Eloiza da Silva Gomes de. O “mal-estar docente” como fenômeno da modernidade: os professores no país das maravilhas. **Ciências e Cognição**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 27-41, 2006.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Tópicos sobre dialética**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

\_\_\_\_\_. **Ética e Sociabilidade**. São Paulo: Loyola, 1993.

PEREZ, Karine Vanessa. A dinâmica do reconhecimento no trabalho docente: considerações sobre a atividade de professores do ensino superior privado. In: MENDES, Ana Magnólia; BOTTEGA, Carla Garcia; CASTRO, Thiele da Costa Müller (Org.). **Clínica Psicodinâmica do Trabalho de Professores: Práticas em Saúde do Trabalhador**. Curitiba: Juruá, 2014.

RANIERI, Jesus. **A câmara escura**. Alienação e estranhamento em Marx. São Paulo: Boitempo, 2001.

ROBBINS, Stephen Paul. **Comportamento Organizacional**. São Paulo: Prentice Hall, Brasil, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 39. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 10 ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SANTOS, Cassio Miranda dos. A proletarização do trabalho docente: entre o mito, a realidade e a possibilidade. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, n. 4, p. 137-160, ago./dez. 1998.

SANTOS, Marcio Neres dos, MARQUES, Alexandre Carriconde. Condições de saúde, estilo de vida e características de trabalho de professores de uma cidade do sul do Brasil. **Ciênc. saúde coletiva**, v.18, nº. 3, p.837-846, mar./2013.

SANTOS, Milton Almeida dos. **Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: USP, 2006.

SORATTO, Lúcia; PINTO, Ricardo Magalhães. Burnout e carga mental no trabalho. In: CODO, Wanderley (Org.). **Educação: carinho e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SORATTO, Lúcia; OLIVIER-HECKLER, Cristiane. Os trabalhadores e seu trabalho. In: CODO, Wanderley (Org.). **Educação: carinho e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SOUSA, Ivone Félix de and MENDONÇA, Helenides. Burnout em professores universitários: impacto de percepções de justiça e comprometimento afetivo. **Psic.: Teor. e Pesq.**, v. 25, nº. 4, p.499-508, dez./2009.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claudete. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. 9ª ed., Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TUMOLO, Paulo Sergio; FONTANA, Klalter Bez. Trabalho docente e capitalismo: um estudo crítico da produção acadêmica da década de 1990. **Educ. Soc.** Campinas, v. 29, n.102, p. 159-180, jan./abr./2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v29n102/a0929102.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2016.

VASCONSELOS, Ana Claudia Leal; ROSAS, Maria Letícia Messias. Trabalho de professores de escolas públicas do Amazonas: demandas e operacionalização da clínica da Cooperação. In: MENDES, Ana Magnólia; BOTTEGA, Carla Garcia; CASTRO, Thiele da Costa Müller (Org.). **Clínica Psicodinâmica do Trabalho de Professores: Práticas em Saúde do Trabalhador**. Curitiba: Juruá, 2014.

VÁSQUEZ, Adolfo Saánchez. **Filosofia da Práxis**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VIEIRA, Helen Paola. **Estresse ocupacional, síndrome de burnout e hardiness em professores do colégio Militar**. Campo Grande: UCB, 2007.

WITTER, Geraldina Porto. Professor-estresse: análise de produção científica. **Psicol. Esc. Educ. (Impr.)**, v.7, nº. 1, p.33-46, jun./2003.

ZARAGOZA, José Manuel Esteves. **O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores**. Tradução: Durley de Carvalho Cavicchia. 3ª ed., Bauru: Edusc, 1999.